

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

CÉLIA MARIA SOARES DE OLIVEIRA

**EDUCAÇÃO SEXUAL
NA ESCOLA - CONCEPÇÕES E PRÁTICAS**

**FORTALEZA-CE
2006**

CÉLIA MARIA SOARES DE OLIVEIRA

**EDUCAÇÃO SEXUAL
NA ESCOLA - CONCEPÇÕES E PRÁTICAS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Educação, sob a orientação do Prof. Dr. José Arimatea Barros Bezerra.

FORTALEZA-CE
2006

O48e Oliveira, Célia Maria Soares de
Educação sexual na escola: concepções e práticas
[manuscrito] / Célia Maria Soares de Oliveira. – 2006.
130 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará,
Programa de Pós-Graduação em educação Brasileira, 2009.
“Orientação: Prof. Dr. José Arimatea Barros Bezerra”.

1. Educação Sexual - Brasil. 2. Estudo e Ensino. 3. Escola.
I.Título.

CDD 372.372

EDUCAÇÃO SEXUAL
NA ESCOLA – CONCEPÇÕES E PRÁTICAS

CÉLIA MARIA SOARES DE OLIVEIRA

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. José Arimatea Barros Bezerra
Presidente da Banca

Prof^ª. Dr^ª. Catarina Tereza Farias de Oliveira
Examinadora da UECE

Prof. Dr. Luiz Botelho Albuquerque
Examinador da UFC

Dissertação defendida e aprovada em: 24/04/2006

DEDICATÓRIA

A Deus, por todo amor, misericórdia, bênçãos e vitórias concedidas, especialmente esta, que me parecia impossível.

Ao papai, meu exemplo de vida, por tudo que é para mim: modelo de homem, pai e amigo.
Obrigada pela força, pela luta e pela persistência de vida.

AGRADECIMENTOS

Ao professor José Arimatea Barros Bezerra, pela sua excelente orientação e apoio.

A meu esposo, Cleyton Pereira dos Santos, pelo apoio, incentivo e compreensão.

Aos meus pais e irmãos, por sempre acreditarem que os obstáculos podem ser vencidos.

À Coordenação de Pós-Graduação e ao corpo docente do Curso de Mestrado da Faced-UFC.

À Universidade Federal do Piauí (UFPI) e ao Campus Amílcar Ferreira Sobral, na pessoa dos professores Pedro Leopoldino Ferreira Neto, Aroldo de Carvalho Reis e Gilmar Pereira Duarte.

Aos professores Ana Karina Moraes de Lira, Luiz Botelho Albuquerque, Maria Juraci Maia Cavalcante, Sônia Pereira e Bernadete Beserra pelo incentivo.

Aos colegas do mestrado - especialmente Antonio Reis Neto e Maria Francinete Damasceno, pelo apoio e incentivo.

A todos das Escolas, em especial alunos e professores, razão deste trabalho.

A Deus, razão maior de tudo isso, por sua misericórdia e pela luz projetada sobre mim.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIDS - *Acquired Immunodeficiency Syndrome*
CAFS – Campus Amílcar Ferreira Sobral
CNMC - Comissão Nacional de Moral e Civismo
DST – Doença Sexualmente Transmissível
EJA – Ensino de Jovens e Adultos
GRE – Gerência Regional de Educação
HIV - *Human Immunodeficiency Virus*
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC – Ministério da Educação e Cultura
PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais
PSF – Programa Saúde da Família
SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SUS – Sistema Único de saúde
UESPI – Universidade Estadual do Piauí
UFC – Universidade Federal do Ceará
UFPI – Universidade Federal do Piauí
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
USP – Universidade de São Paulo

RESUMO

O presente estudo analisa a prática pedagógica da educação sexual em duas escolas de ensino fundamental no município de Floriano-PI. A seleção das escolas se deu mediante os seguintes critérios: ser uma de natureza pública e outra particular; possuir ensino fundamental de quinta a oitava série, nos turnos manhã e/ou tarde; possuir em seu quadro funcional, além do professor de ciências, outros que trabalhem a educação sexual. A pesquisa é qualitativa, do tipo estudo de caso. Professores e alunos foram entrevistados no intuito de melhor caracterizar essa prática educativa. Com esse estudo, conclui-se que as escolas pesquisadas desenvolvem dois tipos principais de educação sexual: uma oculta e outra explícita, com abordagens médica, pedagógica e política. Os professores demonstram maturidade e entendimento de suas limitações e de possibilidades de concretizar a educação sexual como prática educativa escolar. E, ainda, concebem a escola como um local ideal para esse exercício pedagógico. No entanto, há consenso apenas que pessoas devidamente capacitadas devam exercê-la. Para os alunos, a educação sexual é importante e se faz necessária por fazê-los refletir. Todavia, a falta de integração e de sistematização dos conteúdos abordados, dentre outros fatores, são os que fazem com que a educação sexual aconteça de forma ainda frágil na realidade estudada. Como protagonistas dessa realidade, os próprios alunos sugeriram a educação sexual que gostariam de ter na escola; contudo, cabe aos educadores repensarem as possibilidades institucionais da escola, repensar o processo burocrático, percebendo-o como uma força capitalizadora da unidade e, portanto, uma questão política e não apenas funcional.

Palavras-chave: educação sexual; escola; abordagem pedagógica

ABSTRACT

The present study is a qualitative case study research, which aims to analyze the pedagogic practice of sexual education in two schools of elementary teaching in Floriano, state of Piauí. The selection of the schools was done by the following criteria: one school must be a public school and the other one must be a private school; both of them must be elementary teaching schools, teaching from 5th to 8th grade, with morning and/or afternoon sessions; both schools must have a sexual education teacher in its staff in addition to the Science teacher. Teachers and students were interviewed with the intention to characterize better the educational practice. Through this study it is possible to conclude that the researched schools develop two main kind of sexual education: an occult one and an explicit one, with medical, pedagogic and politic approaches. The teachers show maturity and understanding about their limitations and possibilities of realizing sexual education as an educational practice of the school. Besides, they conceive the school as the perfect place for that pedagogic exercise. However, they agree that only properly qualified people should exercise it. For the students, sexual education is important and necessary for making them reflect about it. Nevertheless, the lack of integration and systematization of the approached contents, among other factors, makes sexual education happens in a still fragile way in the studied reality. As the main characters of that reality, the students themselves suggested what sexual education they would like to have at school. Yet, it is up to the teachers to ponder about the institutional possibilities of the school and to think over the bureaucratic process perceiving it as a capital force of the unit and, therefore, a political and not only functional subject.

Keywords: sexual education; school; pedagogic approach

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 EDUCAÇÃO SEXUAL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	17
2.1 Educação Sexual no Brasil: breve histórico.....	19
2.2 Campus de Estudo da Educação Sexual no Brasil	24
2.3 Educação Sexual X Orientação Sexual.....	33
2.4 Parâmetros Curriculares e Sexualidade	36
3 PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO.....	52
4 O AMBIENTE DA PESQUISA - AS ESCOLAS PESQUISADAS: ROTINA E PRÁTICA DA EDUCAÇÃO SEXUAL.....	58
4.1 A Escola Pública: história e estrutura física	58
4.2 A Dinâmica da Escola	64
4.3 A Hora do Recreio: os pátios de recreação e a sala dos professores	70
4.4 Escola Particular: História e Rotina.....	74
4.5 Interior da Escola e Suas Rotinas	76
4.6 A Escola – A hora da chegada e a hora da saída.....	76
4.7 Os Horários das Aulas	78
4.8 Hora do Recreio: na sala dos professores.....	83
5 A CONCRETUDE DA EDUCAÇÃO SEXUAL NA FALA DOS QUE EDUCAM E DOS QUE SÃO EDUCADOS	87
5.1 A Sexualidade na Concepção dos que Educam.....	89
5.2 A Educação Sexual na Ótica dos Docentes.....	93
5.3 A Percepção dos Docentes Sobre sua Própria Prática de Educação Sexual.....	100
5.4 A Sexualidade na Concepção dos Educandos	109

5.5 Educação Sexual na Percepção dos Discentes	111
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	124
ANEXOS	127
ANEXO A - Roteiro de observação.....	128
ANEXO B - Roteiro de entrevistas com professores.....	129
ANEXO C - Roteiro de entrevistas com alunos.....	130

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho é resultado de um estudo sobre a temática Educação Sexual na Escola, cujo objetivo foi investigar o ensino da educação sexual em escolas de ensino fundamental público e particular do município de Floriano (PI). A investigação parte do pressuposto de que o ensino de educação sexual nas escolas concorre para uma vivência da sexualidade de forma saudável, refletido na diminuição dos índices de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), gravidez na adolescência e aborto provocado - fontes de inúmeros problemas orgânicos, psicológicos e sociais.

A relevância da temática, no recorte acima, está na contribuição para o preenchimento da lacuna de análise do ensino da educação sexual no Estado do Piauí e, especificamente, na cidade de Floriano; também por provocar interesse no campo educacional, em nível de Estado, onde não há um debate sistemático sobre o tema entre os professores da educação básica. Consegui localizar somente um trabalho acadêmico sobre o tema: uma dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal do Piauí.

Foi determinante, ainda, para a escolha desse tema, a preocupação com as crescentes estatísticas de gravidez na adolescência, DST e abortos presentes nos boletins epidemiológicos do Sistema Único de Saúde (SUS), no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e veiculados na mídia. A Folha de São Paulo, de 24 de agosto de 2003, apresenta uma enquete intitulada “Gravidez também é epidemia”, mostrando que especialistas em saúde pública classificam a gravidez na adolescência como epidemia, uma vez que, dos partos realizados atualmente, cerca de 25% são de adolescentes. Em 1990, essa proporção era de 10%.

No Piauí, o jornal Meio Norte, de 14 de novembro de 2004, apresenta a reportagem “Gravidez na adolescência cresce 27%”, em que relata que, de acordo com dados da

Secretaria Estadual de Saúde do Piauí (SESAPI), de 2002 para 2003 o número de meninas grávidas, com idade entre 11 e 17 anos, aumentou cerca de 27%. Somente neste ano de 2004, até o mês de outubro, foram registrados 5% a mais que no mesmo período, em 2003. Percebe-se que o comportamento no nível estadual não é diferente do nacional.

Segundo o Ministério da Saúde (MS), dados do SUS mostram que o número de partos de adolescentes, com idade entre 15 e 19 anos, caiu 21%, de 1998 a 2003. Porém, para as meninas de 10 a 14 anos, o número se manteve na média de 28 mil partos ao ano. Em 2004, quase 49 mil jovens foram atendidas para curetagem pós-abortos no SUS; destas, 2.711 tinham de 10 a 14 anos. Segundo médicos ginecologistas, há um sub-registro muito grande, pois, em média, somente uma, de cada quatro mulheres que abortam, chega ao hospital (MS, 2004).

Ainda conforme dados do Boletim Epidemiológico de DST/AIDS (MS, 2004), relativos a 2004, a incidência de casos de AIDS no Brasil manteve-se estável no ano de 2003, em comparação com o final da década de 1990. Apesar da tendência de estabilidade dos casos no país, os números ainda são elevados: foram 28.318, em 1998, o que representa uma incidência de 17,2 casos por 100 mil habitantes, em 2004, e 17,5, em 1998. Já nas regiões Norte e Nordeste, a incidência vem crescendo ano a ano, chegando a 11,1 casos novos por 100 mil moradores, em 2004, e 8,7, em 1998. Dessas regiões, cinco Estados apresentam taxas preocupantes, por terem registrado alta de 100% no período: Maranhão, Pará, Acre, Piauí e Roraima.

É senso comum, mesmo entre estudiosos da temática, que toda essa panacéia é decorrente da falta de informação entre os jovens; que sofrem avalanches de estímulos biológicos (desenvolvimento do corpo-ponderal-hormonal), audiovisuais, medo (ocasionado por veiculação de estatísticas) e pelo próprio sentido de proibição dado à sexualidade expressa no plano privado, no íntimo.

Tais suposições podem ser verdadeiras, porém, atualmente, informações a respeito da sexualidade, como reprodução, DST/AIDS, gravidez na adolescência, dentre outras, são comuns na mídia (revistas, jornais, televisão); bem como no setor Saúde, através de palestras dos profissionais de saúde do Programa Saúde da Família (PSF) e do programa de prevenção das DST/AIDS presentes em todos os municípios do Brasil. Talvez, por seus caracteres efêmeros, isolados e não sistematizados, não sejam capazes de proporcionar reflexão e, portanto, não gerarem mudanças de comportamento e atitudes esperadas.

Seria ingenuidade pensar que a escola, por si só, através da educação sexual, venha dar resposta a todos esses problemas emergidos pela não “cidadania da sexualidade”. Ao contrário, ela deve ser entendida como uma variável importante, dentre muitas outras. Nesse sentido, concordo com Barbosa (2002, p. 22), que diz que a escola não é a única responsável pelas mudanças sociais necessárias, porém, é uma das instituições que tem condições de dar contribuição, pois, o papel da mesma, em relação ao conhecimento é:

(...) promover a crítica da informação; é acreditar na possibilidade de provocar as relações entre conhecimento e entre acontecimentos, é exercitar a consciência através do diálogo, da escuta daquilo que se diferencia do que se vive e do que se fala.

Parece claro que somente a informação não promove mudança de atitude. Destarte, é importante a reflexão, a discussão e a organização de proposições que possam resultar em melhor forma de viver plenamente a sexualidade, pois, conforme Barbosa (*op. cit.*, p. 35),

Não basta dar aulas de Ciências Naturais e Geografia, não são suficientes os livros didáticos, os comentários em vídeos e as denúncias das revistas e jornais se o aluno, ou aluna, não puder se posicionar frente ao comportamento humano diante do mundo em que vive e, a partir desse posicionamento, agir de forma coerente e consciente.

O ensino supõe muito mais do que a recepção de uma informação. Professor e professora, alunos e alunas precisam estar constantemente construindo pontes entre a realidade, os conhecimentos já existentes e aqueles que ainda podem ser produzidos. Pensar a realidade, questioná-la, encontrar soluções para os problemas que nela existem exige uma forma de aprender diferente, que vai muito além daquilo que professor e professora, aluno e aluna já sabem.

Vygotsky (*apud* Barbosa, 2002) afirma que a mente humana possui duas importantes funções: uma que reproduz e que garante nossa identidade como seres históricos; e outra criadora, capaz de transformar o que é dado pela função anterior, ressaltando a nossa identidade como fazedores de história. Nesse sentido, o uso do pensamento lógico, da criatividade, da intuição e da capacidade de análise crítica atendem à dupla função de se produzir e criar, dando à aprendizagem uma característica de transformação pessoal e social.

Procurei, então, aprofundar a minha compreensão sobre a educação sexual na escola a partir da expressão no meu próprio município de residência e trabalho – Floriano (PI). Desse modo, partindo de tantas inquietações, a pesquisa desenvolveu-se tendo como norte as seguintes perguntas: Como se dá a abordagem de temas relacionados à sexualidade em salas de sexta a oitava séries, com relação ao conteúdo e à metodologia de ensino? Que disciplinas tratam dessa temática? Quais são as fontes desses conhecimentos? Como os alunos percebem essas informações? Que tipos de educação sexual existem no interior da escola?

O interesse de investigar o ensino de educação sexual no cotidiano escolar surgiu, primariamente, da minha atuação como enfermeira do PSF, no ano de 2000, no município de Cajazeiras do Piauí. Nessa pequena cidade, que possui cerca de 3.000 habitantes, percebi significativa procura de adolescentes grávidas para fazer o pré-natal. A todas, fazia a mesma pergunta: você assistiu à palestra que fiz na sua escola, no seu bairro ou rua? E a resposta

quase sempre era afirmativa. As palestras versaram em sua maioria sobre DST/AIDS e métodos contraceptivos.

No ano seguinte, 2001, ocorreu a minha transferência da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) para a Universidade Federal do Piauí (UFPI). Vale ressaltar que, no ano de 2000, eu estava afastada da UFRN para acompanhar meu pai, que mora em Cajazeiras do Piauí, por motivo de doença. Com a minha transferência da UFRN para a UFPI, fui lotada no Campus Amílcar Ferreira Sobral (CAFS), na cidade de Floriano (PI). No CAFS, fiquei responsável pela disciplina de Anatomia e Fisiologia do curso Técnico em Enfermagem. Nas aulas de Sistema Reprodutor, os alunos, apesar de terem o ensino médio e alguns até cursarem cursos superiores (como Normal Superior, Biologia e Educação Física), demonstravam certa falta de conhecimento e até mesmo faziam perguntas do tipo:

- O que torna o pênis rígido?
- Qual a diferença entre sêmen e esperma?
- Qual a diferença entre vagina e vulva?
- Por que a mulher depois de certa idade (45 a 50 anos) se torna infértil e o homem não?
- Qual a diferença entre prepúcio e glândula?

A partir desses comportamentos, perguntei à turma se já tinham estudado o corpo humano no ensino fundamental e médio; ao que responderam que sim, mas que somente agora estavam tendo a oportunidade de conhecer os seus corpos sem medo de se exporem. Na verdade, essas aulas se tornaram verdadeiras trocas, pelo fato de ter pessoas de várias idades, estados civis e níveis educacionais.

No início de 2003, uma colega enfermeira me convidou para fazer um curso de Especialização em Docência do Ensino Superior¹. A princípio, fiquei me perguntando para que fazer tal curso, se não era a minha área. O prazo para as inscrições foi passando e, no último dia, resolvi inscrever-me. No decorrer do mesmo, formado por disciplinas na maioria desconhecidas por mim, deparei-me com os Temas Transversais. Parecia que estava caminhando para arrumar as peças de um quebra-cabeça que, até então, eu tinha deixado de lado; como uma criança que abusa do brinquedo e deixa em um canto qualquer.

Conhecendo os temas transversais, descobri que as escolas são responsáveis pelo processamento não só dos conteúdos acadêmicos, mas, também, por um conteúdo que permeia a vida humana e que precisa ser aprendido. Dentre esses temas, está a sexualidade. Fiquei surpresa e comecei a conversar sobre o assunto com as colegas da especialização, cuja maioria eram professoras do ensino fundamental e médio. Constatei, através dessas conversas, que a escola desenvolvia a educação sexual no seu cotidiano, não como uma disciplina curricular.

As peças do quebra-cabeça das minhas inquietações a respeito das estatísticas crescentes de gravidez na adolescência e das DST/AIDS, apesar do setor de saúde desenvolver programas de prevenção dessas mazelas sociais, pareciam estar se organizando. Tudo isso despertou meu interesse e a vontade de conhecer de forma mais aprofundada o ensino da educação sexual, o que se tornou possível com o convênio da UFPI com a Universidade Federal do Ceará (UFC) para a realização deste mestrado.

O presente relatório de dissertação está organizado em seis capítulos e anexo. O segundo capítulo é a introdução onde apresenta as razões pessoais de interesse pela temática e a relevância do estudo.

¹ Curso de Especialização oferecido pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI).

O segundo capítulo faz uma revisão bibliográfica acerca da educação sexual no Brasil situa sistematicamente a temática em relação aos campos de estudo da educação sexual, diferencia os termos educação e orientação sexual e faz, ainda, uma breve reflexão sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), transversalidade e sexualidade.

O terceiro capítulo descreve o percurso teórico-metodológico da pesquisa.

O quarto capítulo descreve o ambiente em que se realizou a pesquisa - uma escola pública e outra particular de ensino fundamental de 5ª a 8ª série - no tocante às suas rotinas internas.

O quinto capítulo caracteriza a educação sexual presente na prática escolar na concepção de professores e alunos.

Os sextos capítulos são feitos as considerações finais. Em anexo, encontram-se os instrumentos básicos de coleta de dados.

Por fim, ressalto que foi mantido o anonimato das escolas e das pessoas que participaram desta pesquisa.

2 EDUCAÇÃO SEXUAL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Se observarmos o último século de nossa história, foram inúmeras as mudanças sociais que alteraram os mecanismos de compreensão e vivência da sexualidade humana. Numa análise mais direcionada à sociedade brasileira, percebi como a gradativa influência da mídia tem acelerado mudanças no comportamento sexual, refletido no conjunto de valores sociais, nas variações lingüísticas, nas manifestações artístico-culturais, nos fetiches da moda, na construção das noções de masculino e feminino, nas formas de relacionamento entre os indivíduos, nas idéias acerca do público e do privado, no papel de homens e mulheres na sociedade, entre outros aspectos.

Não é de se admirar, pois, que apesar de os meios de comunicação concorrerem para mudanças drásticas nas atitudes morais, uma vez que contribuem para a modificação de enfoques, de atitudes de comportamento, o sexo continue uma questão polêmica, envolta em superstições, tabus, falso moralismo, constrangimentos, preconceitos, vergonha, ignorância e repressão.

A questionada revolução sexual espalhou-se pelos meios de comunicação, ou foi por estes promovida, mas não se vê facilmente as pessoas conversando abertamente sobre sexualidade, sobretudo, dentro da escola.

Percebe-se que à escola não pode mais caber somente a transmissão do conhecimento construído através da história, como algo a ser arquivado para ser utilizado quando necessário. Essa função bancária da escola, que leva apenas à acumulação do conhecimento, já foi questionada por muitos educadores, como Paulo Freire.

Freire (1997, p. 34), ao defender a transformação da curiosidade ingênua em crítica, pergunta-se: “Por que não estabelecer uma necessária ‘intimidade’ entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduo?” Essa preocupação parece estar presente na proposta dos temas transversais, trazidos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

Os PCN definiram a Orientação Sexual como um dos temas transversais que devem perpassar toda a concepção e estruturação da educação básica em nosso país. A inclusão da sexualidade como tema transversal proposta para a educação brasileira era produto de uma longa luta de educadores, entre percalços e conquistas, para que este tema fosse incluído nas abordagens curriculares formais e institucionais da escola.

Este capítulo, portanto, reflete sobre a história da educação sexual e campos da educação sexual no Brasil, as diferenças entre os termos educação e orientação sexual, e também traz considerações sobre a sexualidade e os PCN.

2.1 Educação Sexual no Brasil: breve histórico

No Brasil, no início do século XX, começaram as preocupações com a educação sexual, com intenções higienistas e médicas, tendo como objetivos combater a masturbação, as doenças venéreas e preparar a mulher para ser esposa e mãe.

Conforme Bassalo (1999), a partir da década de 1920, a discussão em torno da temática educação sexual tomou corpo e surgiu uma variedade de títulos publicados; na sua maioria, sob a forma de traduções de estudos sobre sexualidade e psicanálise.

As discussões acerca da importância da educação sexual tomavam corpo, de tal modo que em julho de 1933 é criado o Círculo Brasileiro de Educação Sexual - CBES, no Rio de Janeiro com atuação ampla e intensa [...] O CBES desenvolveu uma campanha pela educação sexual com as mais variadas atividades, entre palestras, conferências, semanas de educação sexual, postos de atendimento gratuito sobre higiene e psicologia sexual [...] A educação sexual dos jovens, seria para o presidente do CBES, a forma mais eficaz para mudar o cenário de saúde do brasileiro, especialmente em relação à erradicação das doenças venéreas, especialmente da sífilis, consideradas um dos maiores flagelos sociais do país (*Idem*, p. 41).

Em 1938, Arthur Porto publicou o livro “Conselhos a escolares (sobre educação sexual)”, no qual enfatiza que a educação sexual auxilia na construção de “moças” preparadas para sua “missão social” e proteger das “moléstias” e das “manobras dos perversos” (BASSALO, *ibidem*).

As feministas, lideradas por Berta Lutz, tentaram a implantação da educação sexual desde 1920, com objetivos de proteção à infância e à maternidade (GUIMARÃES, 2002).

Em 1927, ocorreu a I Conferência Nacional de Educação e, nela, foi aprovada a defesa de programa de educação sexual nas escolas para crianças acima de 11 anos. Nessa conferência, houve a defesa de que meninos e meninas deveriam ser educados sexualmente, tendo em vista compreender as responsabilidades individuais futuras na construção da família e do país (GUIMARÃES, *op. cit.*).

Também foram apresentadas teses que versavam sobre temas relacionados à área de educação sexual, tais como, educação higiênica, a relação entre escola e psicanálise e teses que utilizaram diretamente o termo educação sexual. Trabalhava-se a educação sexual por vários motivos: para obter indivíduos mais saudáveis para uma sociedade organizada, funcional e higiênica; para evitar os preconceitos criados em torno do sexo, fonte geradora de conflitos e problemas; pela falta de preparo dos pais; e pelos perigos das más informações.

O campo discursivo dos intelectuais na área da educação sexual, nas primeiras décadas do século XX, no Brasil, tem como uma de suas preocupações centrais o controle dos corpos, a partir do domínio da energia sexual e da normalização das relações entre homens e mulheres. Ao construírem a argumentação para a educação sexual de meninos e meninas, consideraram o papel social que cada um vai exercer ao constituir uma família. No entanto, não houve consenso quanto à forma; ou seja, se deveriam estar ou não juntos ao receber tais ensinamentos.

Entre os autores das décadas de 1930 e 1940, houve a polêmica sobre favorecer ou não o acesso das meninas aos temas do sexualismo. Conforme Bassalo (1999), autores como Arthur Porto (1930), em Belém; Jean Marestan (1930), no Rio de Janeiro; Othon Chateau (1935), também em Belém; Sebastião Mascarenhas Barroso (1935), em São Paulo; e José de Albuquerque (1940), também no Rio de Janeiro, defenderam a educação sexual da mulher, fundada na compreensão das modificações sociais correntes na sociedade da época e que influenciavam diretamente o comportamento das meninas.

Outro grupo de intelectuais, formados por Oswaldo Brandão da Silva (1938), Eugênio Mesonero Romanos (1941), ambos no Rio de Janeiro, e Ernesto Then de Barros (1945), em São Paulo, excluíram a mulher da missão de ser educada sexualmente. Para esse grupo, o garoto é quem deveria ser preparado para a vida sexual, pois, seria ele quem teria a

responsabilidade maior no casamento - no que se refere às relações sexuais e ao provimento dos filhos e da esposa.

Apesar de os intelectuais que defendiam a educação sexual terem uma posição consensual em torno da necessidade de saber, ensinar, formar e favorecer o acesso ao conhecimento científico, é possível identificar, no mesmo grupo de educadores, posições contrárias no que se refere ao lugar apropriado para o desencadeamento da educação sexual. Em todos os discursos, cabia à família, a tarefa da educação sexual. Contudo, na I Conferência Nacional de Educação, alguns consideraram que os pais não vêm desempenhando a contento seu papel e sugeriram o professor como a pessoa preparada para tal e a escola como o lugar mais adequado - posicionamento do qual discordaram os intelectuais das décadas de 1930 e 1940 envolvidos com o tema - nos anos de 1920, a escola era o lugar da educação sexual; mas, nos anos de 1930 e 1940, foram múltiplos os lugares para a educação sexual.

Na década de 1960, surgiram várias tentativas de implantação de Educação Sexual, tanto em escolas públicas quanto particulares. Em 1963, em Minas Gerais, um colégio introduziu em seu currículo a educação sexual para alunos do 4º (quarto) ano ginásial, hoje oitava (8ª) série; foi uma experiência que durou apenas três anos, devido à reação negativa dos pais (GUIMARÃES, 2002).

Entre 1964 e 1970, o serviço de Saúde Pública do Departamento de Assistência ao Escolar, em São Paulo, ministrou orientação sexual a meninas das quatro séries primárias. Essas aulas foram conduzidas por um orientador sanitário, tanto para as meninas e suas mães, quanto para os professores. Em 1970, esse programa foi interrompido por determinação do Ministério da Educação e Cultura (MEC) (GUIMARÃES, 2002).

Segundo Dadoorian (2000), no Rio de Janeiro, no ano de 1964, o ensino de educação sexual foi introduzido em todas as séries. Já em 1968, outros colégios, como o Orlando Roucas e o André Maurois, também o adotaram.

Em São Paulo, alguns programas experimentais foram iniciados em escolas públicas, cuja metodologia causou grande repercussão em tentativas subseqüentes de projetos de Educação Sexual nas escolas, até nossos dias. De 1963 a 1968, esses programas foram iniciados no colégio de aplicação Fidelino Figueiredo, da Universidade de São Paulo (USP) (DADOORIAN, *op. cit.*).

De 1961 a 1969, a educação sexual foi incluída no currículo dos ginásios vocacionais, onde a mesma ficava sob a coordenação da equipe de orientação educacional. O objetivo dessa abordagem não era apenas informar, mas formar conceitos e valores, de modo a levar o adolescente a ter parâmetros para opções conscientes e coerentes com o conceito de homem e sociedade que a proposta educacional da escola procurava desenvolver. Os conteúdos discutidos eram integrados em diferentes matérias e como recursos utilizados estavam os filmes e *slides*. Tinha ainda atendimento individual, caso o aluno solicitasse. Essa proposta da educação sexual aberta perdura até os dias atuais.

Sob a alegação de que era responsabilidade exclusiva dos pais, de 1975 a 1979 (época da ditadura militar), a educação sexual foi impedida oficialmente nas escolas estaduais de São Paulo, pelo então secretário José Bonifácio Coutinho (GUIMARÃES, 2002).

Em 1968, a deputada Julia Strimbruck apresentou um projeto de lei propondo a introdução obrigatória da Educação Sexual em todas as escolas e em todos os níveis no país. A Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC), com argumentos teológicos, moralistas e sentimentais, conseguiu barrar tal projeto.

O interesse pela educação sexual ressurgiu na segunda metade da década de 1970, no âmbito dos movimentos feministas, dos movimentos de controle populacional e pela grande

mudança no comportamento sexual do jovem. Em 1978 e 1979, foram realizados congressos sobre educação sexual nas escolas, por iniciativa particular, abrindo-se o debate sobre a dimensão pública desse tipo de educação (DADOORIAN, 2000).

Marta Suplicy, em 1980, criou um quadro no programa TV Mulher falando sobre sexo. O assunto renasceu em discussão na Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), na Escola de Pais e em debates nas universidades.

A partir de 1980, com o surgimento da AIDS (Acquired Immunodeficiency Syndrome) e, portanto, do risco de contaminação pelo HIV (Human Immunodeficiency Virus) entre os jovens, como, também, com o crescente aumento da gravidez na adolescência aumentou a demanda de trabalhos na área da sexualidade nas escolas.

Uma pesquisa do Instituto Datafolha, realizada em dez capitais brasileiras e divulgadas em junho de 1993, constatou que 86% das pessoas ouvidas eram favoráveis à inclusão de Orientação Sexual nos currículos escolares (GTPOS, 2004).

A realidade mostra que, em diferentes momentos históricos, surgiram iniciativas bastante relevantes dentro do próprio sistema escolar, onde educadores tentaram a sedimentação de programas de educação sexual na escola dentro dos limites morais e preceitos teóricos de cada época. Professores, orientadores, diretores, gente da escola que tiveram suas iniciativas cerceadas, interrompidas, frustradas, punidas (profissionais pioneiros) traziam o compromisso com o coletivo da escola. No entanto, esses programas sempre foram esvaziados por mudanças políticas, intenções de redução de gastos, divergências administrativas; nada da consistência com a necessidade real e o compromisso de continuidade e aperfeiçoamento.

Finalmente, entre avanços e recuos, a educação sexual foi contemplada na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) através dos PCN, como tema transversal.

2.2 Campos de Estudo da Educação Sexual no Brasil

No levantamento bibliográfico sobre educação sexual, percebi que esse campo apresenta duas tendências gerais de estudo: uma linha que privilegia a análise histórica e outra que se desenvolve no âmbito dos aspectos metodológicos, enfatizando o contexto escolar - tendência na qual se insere parte deste trabalho.

Nesse levantamento, encontrei trabalhos como o de Cruz (1996), Xavier Filha (2000) e Guimarães (2002) que vão ao encontro de algumas de minhas interrogações, como os tipos de abordagem e as formas de educação sexual na escola.

No que diz respeito à abordagem de temas relacionados à sexualidade, Figueiró (*apud* CRUZ, 1996, p. 36) mostra que existem quatro tipos:

(...) a abordagem religiosa, a médica, a pedagógica e a política. A abordagem religiosa divide-se em católica e protestante, ambas ligadas a um conteúdo conservador, ao cumprimento de preceitos. Já as abordagens médica e pedagógica, têm a preocupação de proporcionar às pessoas, em especial, às crianças e jovens, uma educação sexual que as torne capazes de viver a sexualidade livre de danos. A abordagem política amplia essa concepção por englobar um enfoque cultural, histórico e social.

Parece claro que se a escola adotar, para trabalhar a educação sexual, as abordagens religiosa e médica, correrá o risco de tornar-se essencialmente repressiva.

Conforme Guimarães (2002, p. 87),

Há entre nós, latinos, forte herança de educação moralista, com influências repressivas religiosas muito presentes e que podem dominar a Educação Sexual como uma doutrina. Existe ainda a idéia de que a Educação Sexual seja algo para higienizar, para esterilizar, para curar. Se o e seja algo para higienizar, para esterilizar, para curar. Se o enfoque religioso quer exorcizar o sexo como um pecado, o enfoque médico/biológico quer clinicá-lo para prevenir doenças. Ambos tratam o tema de forma repressor, o que hoje pode se agravar pelo fenômeno da AIDS, facilmente transformável em ameaças e terror.

A abordagem política parece dar resposta aos objetivos da educação sexual apresentados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN); porém, supõe uma série de mudanças no cotidiano da escola e nas relações no interior da sala de aula, uma vez que desenvolver uma educação sexual cidadã é ir além das preocupações com o conteúdo acadêmico e com a aprendizagem de abrangência apenas intelectual. Seria, antes de tudo, poder integrar conhecimentos às atitudes; proferir um discurso que seja também revelado nas ações.

Essa abordagem é muito interessante, apesar de suas implicações com a problemática de formação do professores, posto que o desafio proposto é:

(...) o de não esperar por professores que só depois de “prontos” ou “formados” poderão trabalhar com alunos. Sem desconhecer a necessidade de investir na formação inicial e de criar programas de formação continuada é possível afirmar que o debate sobre as questões sociais e eleição conjunta e refletida dos princípios e valores, assim como a formulação e implementação do projeto educativo já iniciam um processo de formação e mudança (BRASIL, 1998, p. 32).

A afirmação oficial acima pode levar a uma conclusão equivocada de que para exercer a função de educador sexual não é necessário ter diploma de professor nem ser um *expert* em alguma área especial do conhecimento. Pelo simples fato de interagirmos uns com os outros, todos nós somos, de certa forma, educadores sexuais. “Contudo isto não significa dizer que, quando intencionalmente nos propomos a educar a sexualidade de alguém, seja dispensável certo preparo” (OLIVEIRA, 1998, p. 101).

E quem estaria preparado? Antes de tudo, é importante desnaturalizar a idéia de que para ser um bom educador sexual é necessário ser profissional da área da saúde ou das ciências biológicas e ter conhecimento científico aprofundado sobre o funcionamento do corpo. Nesse sentido, concordo com Oliveira (*op. cit.*, p.101) quando diz que “o preparo para

tratar das questões afetas à sexualidade tem pouco a ver com a formação acadêmica do educador e muito a ver com a sua postura frente à vida e à sexualidade”.

Feito esse breve comentário sobre as formas de abordagem dos temas relativos à sexualidade, passo agora a tratar especificamente da educação sexual que formalmente acontece no contexto escolar.

A escola tem sido considerada como um espaço de educação do jovem para uma atividade dentro dos limites que a sociedade considera saudável. Apesar das demandas sociais (gravidez na adolescência, DST/AIDS, abortos, etc.), ainda é muito inconsistente a ação da escola como espaço oficial para a promoção da saúde através da educação sexual. Em geral, as explicações para tal contradição recaem sobre o fato de que sexualidade ser um assunto delicado e de difícil abordagem (BARBOSA, 2002).

Quando, em resposta a essas demandas, a escola decide trabalhar com as questões ligadas à sexualidade dos alunos, a tarefa recai naturalmente sobre os professores; e, dentre estes, preferencialmente os da área de ciências biológicas. Como predomina a idéia de que sexualidade tem a ver exclusivamente com reprodução, em geral, gera-se a convicção de que educação sexual inclui apenas conteúdos afetos à biologia e à fisiologia do aparelho reprodutor. A redução da sexualidade apenas ao seu caráter reprodutor não é um fato recente, é fato cristalizado, arraigado historicamente, e é conseqüência da negação do sexo como fonte de prazer.

Se é verdade que a sexualidade é uma dimensão da existência humana que extrapola os limites da reprodução, é preciso considerá-la no seu todo para fins do desenvolvimento de um empreendimento educativo. Nesse sentido, a psicanálise mostra a abrangência da sexualidade quando afirma que ela não está ligada apenas (...) às atividades e ao prazer que dependem do aparelho genital, mas a toda uma série de excitações e de atividades presentes desde a infância, que proporcionam um prazer irredutível à satisfação de uma necessidade fisiológica fundamental (respiração, fome, excreção, etc.) e que se encontram a título de componentes na chamada forma normal do amor sexual (LAPLANCHE e PONTALIS, 1979, p. 619).

Aqui, a sexualidade é entendida como um conjunto de ações que dão prazer, não necessariamente buscadas no aparelho genital; é uma forma mais ampla, que tem na reprodução apenas uma de suas dimensões. Portanto, é pluridimensional, multifacetada, construída em vários contextos, incorporando dimensões biológica, psíquica e sociocultural que a educação sexual pretende dar conta.

Nesse sentido, a educação sexual oferecida pela escola deve abordar as repercussões de todas as mensagens transmitidas pela mídia, pela família e pela sociedade, com as crianças e com os jovens. Trata-se de preencher lacunas presentes nas informações que já possuem e, principalmente, criar a possibilidade de formar opinião a respeito do que lhe é ou foi apresentado. A escola, ao proporcionar informações atualizadas, do ponto de vista científico, e explicitar os diversos valores associados à sexualidade e aos comportamentos sexuais existentes na sociedade, possibilita ao aluno desenvolver atitudes coerentes com os valores que ele próprio elegeu como seus.

Mas, como trabalhar num campo tão complexo, com várias dimensões? Como toda ação educativa formal, a educação dirigida para o sexual, na escola, exige planejamento e propõe intervenção por parte dos educadores. Deve ainda utilizar uma metodologia problematizadora, que levante questionamentos e amplie o leque de conhecimento e de opções para que o aluno, ele próprio, escolha seu caminho.

É necessário, portanto, que o professor tenha acesso à formação específica para tratar de sexualidade com crianças e jovens, possibilitando a construção de uma postura profissional e consciente, e que tenha discernimento para não transmitir seus valores, crenças e opiniões como sendo princípios ou verdades absolutas. Além disso, ainda que estabeleça uma relação de confiança com o aluno, o professor deve-se mostrar disponível para conversar a respeito das questões apresentadas; não emitir juízo de valores sobre as colocações feitas pelos alunos

e responder às perguntas de forma direta e esclarecedora. Esse trabalho deve ser complementar à educação dada pela família.

Conforme os PCN (BRASIL, 2000d, p. 127),

(...) a abordagem da sexualidade no âmbito da escola precisa ser explícita, para que seja tratada de forma simples e direta; ampla, para não reduzir sua complexidade; flexível, para permitir o atendimento a conteúdos e situações diversas e sistemáticas, para possibilitar uma aprendizagem e um desenvolvimento crescentes.

No trabalho de educação sexual, são muitas as questões às quais se deve estar atento. Em primeiro lugar, trata-se de uma temática associada a muitos preconceitos, tabus, crenças ou valores singulares. Nesse sentido, para que o trabalho possa se efetivar de forma coerente com a visão pluralista, os conteúdos foram agrupados não apenas em seus aspectos conceituais, que garantem as informações pertinentes, mas, sobretudo, por seus aspectos procedimentais e atitudinais. A partir desses critérios, os conteúdos dos PCN foram organizados em três blocos: corpo-matriz da sexualidade, relação de gênero e prevenção às DST/AIDS.

Assim, o objetivo da educação sexual na escola é contribuir para que os alunos possam desenvolver e exercer sua sexualidade com prazer e responsabilidade. Vincula-se, dessa forma, ao exercício da cidadania, na medida em que, de um lado, propõe-se a trabalhar o respeito por si e pelo outro, e, por outro lado, busca garantir direitos básicos a todos, como a saúde, a informação e o conhecimento, elementos fundamentais para a formação de cidadãos responsáveis e conscientes de suas capacidades.

Feito esse breve comentário sobre as formas de abordagem dos temas relativos à sexualidade e à educação sexual, prescrita pelos PCN, passo agora a tratar dos tipos de educação sexual que formalmente acontecem no contexto escolar, que, Segundo Xavier Filha (2000, p. 117), são cinco: 1) “educação sexual da esquiwa; 2) educação sexual do silêncio; 3)

educação sexual sexista; 4) educação sexual inculcadora de valores e normas morais; e 5) educação sexual interação professor-aluno” - as quais, a seguir, são apresentadas resumidamente.

A **educação sexual da esquiva** é aquela em que o educador procura dar a resposta da estranheza, da ênfase, para despistar a pergunta ou comentário feito. Por exemplo, “dizer que a galinha é um bicho que come milho, que pinto é filho da galinha, que veado é um bicho que vive no mato, sem dar a real importância para a queixa do aluno, para o pedido de socorro que ele está fazendo” (XAVIER FILHA, *loc. cit.*).

Muitos de nós fomos educados assim, tanto na família como na escola, acreditando que éramos trazidos pela cegonha. Aqui, reporto-me à minha infância, não tão distante, mas, dado ao meio em que vivia – um sítio sem energia, com apenas duas residências e estudando em uma escola em que a professora sempre mandava bilhetes aos pais ao sinal de qualquer manifestação de curiosidade. Lembro-me que no meu primeiro ano escolar, com apenas sete anos, a professora estava grávida e, inocente, quis saber por onde o nenê nascia. A professora olhou pra mim com um olhar ameaçador e disse: “no dia de nascer, à noite, Deus manda a cegonha deixar o bebê no saco”.

Essa forma de educação sexual não tem a função de enfatizar, satisfazer a curiosidade, e não dá a real importância ao fato, ao pedido de ajuda. Ademais, menospreza o tema sexualidade, tão importante para as nossas vidas, e, além disso, reproduz a esquiva de muitas famílias que não conseguem falar de sexo com naturalidade.

O segundo tipo, a **educação sexual do silêncio**, é uma das mais perversas formas de educação; é aquela que reprime, que finge não ouvir e não fala, e acredita que sexo não é assunto para ser tratado dentro da escola. Nesse caso, “os alunos sempre aparecem como aqueles que querem saber coisas a respeito do sexo e sexualidade, porém há professores que

não escutam as perguntas e com isso mantém o assunto no âmbito do proibido, do escondido, daquilo que não pode ser falado e que gera culpa” (XAVIER FILHA, 2000, p. 118).

Fazer de conta que não ouviu, que não viu, é uma forma de ensinar reações inadequadas frente às diferenças na sociedade. É uma forma de não enfrentar o preconceito, por medo de trazer à tona temas, como, AIDS e homossexualidade, por exemplo, que não são tratados por medo de, ao levantar o assunto, ter que lidar com os conceitos e preconceitos pessoais, sociais e da comunidade escolar.

Por conta da educação sexual do silêncio, muitas situações concretas que aparecem na escola deixam de ser trabalhadas e de servirem de aprendizagem para os alunos e alunas. O silêncio ensina mais do que a gente pensa; porém, deixa um grande espaço para a fantasia e para a construção de fantasmas que somente tumultuam uma aprendizagem tão efetivamente humana.

A **educação sexual sexista** parte do princípio de que um dos representantes do sexo é forte e o outro é fraco e, portanto, devem ser tratados de formas diferentes, tendo direitos e deveres também diferenciados. É o princípio da superioridade de um gênero sobre o outro.

Consoante Xavier Filha (*op. cit.*, p. 119)

Essas formas estereotipadas e rígidas impedem que as pessoas se comportem e vivam suas vidas em plenitude. Há nessa educação, um duplo padrão moral, onde o homem tem liberdade sexual e a mulher possui pela metade. [...]. O objetivo da educação sexual, segundo as educadoras é para que as meninas possam dizer não as investidas masculinas.

Na verdade, o objetivo dessa educação é fazer com que as mulheres continuem dizendo não ao prazer, à sua sexualidade, à sua possibilidade de externar sentimentos e de participar da vida a dois. O sexismo - que trata o masculino como o forte e o feminino como o fraco - tenta infantilizar sexualmente as meninas e tornar os meninos mais adultos em relação ao sexo. Quando trata o feminino como o sexo frágil e o masculino como o forte, destaca as

ações de conquistas, de luta; mostra a possibilidade das mulheres desenvolvê-las, para se equipararem aos homens. A meu ver, a educação sexista instala uma competição de gênero quando, na verdade, não há melhores, nem piores, uma vez que são complementares.

Outra vertente do sexismo diz respeito a entender o sexo como uma prioridade do mundo adulto, distante da criança e do adolescente. E, por último, conforme Guimarães (2000, p. 89)

Poderíamos considerar a questão do “sexismo”, como uma forma de manutenção da estereotipia dos comportamentos masculino e feminino. A escola pode ser uma grande reforçadora das diferenças e discriminações entre homem e mulher. A educação sexual poderia ser um espaço da “doutrinação” sobre as qualidades femininas e masculinas, reforçando a submissão feminina ao machismo.

A **Educação sexual inculcadora de valores e normas morais** é mais um dos tipos de educação sexual que traz, de certa maneira, a função conservadora da escola. Essa forma de educação foi destacada por Xavier Filha (2000) por representar a conservação de duas instituições sociais: o casamento e a heterossexualidade. De certa forma, esse tipo de educação luta pela sexualidade apenas a favor da reprodução, desligando-a diretamente da busca do prazer, pelo prazer.

Os professores entrevistados pela autora supracitada, em sua maioria, colocaram-se contra qualquer manifestação de homossexualidade, deixando claro que seus objetivos estão voltados para a manutenção da vida burguesa, mantida pelo casamento heterossexual. A autora ainda coloca que o homossexualismo é temido, de tal forma, na escola, que qualquer manifestação que possa causar suspeita é imediatamente atacada de maneira repressiva. Segundo a mesma autora, essa forma de educação repressiva impossibilita novas vivências da sexualidade, tanto para homens quanto para mulheres.

Todas essas questões relativas aos aspectos negativos da educação sexual devem ser discutidas, tendo em vista a busca de uma educação sexual desejável e necessária.

Nesse trabalho, entendo que é necessário possibilitar o conhecimento e o desenvolvimento da vida sexual com maior espontaneidade, liberdade e aceitação das diferenças individuais, tanto para o educador quanto para as crianças e os adolescentes. No entanto, são grandes os desafios, mormente para os professores de hoje, pois, o caminho do conhecimento da vida sexual se contrapõe à crescente complexidade da vida moderna. O mundo da tecnologia, por meio de suas máquinas, oferece rapidamente imagens, soluções e idéias maravilhosas para serem consumidas pelo homem e pela mulher, mas não favorece a reflexão sobre suas reais necessidades e vontades. No mundo hodierno, o poder de consumo apropriou-se da nossa liberdade.

Segundo Camargo e Ribeiro (1999), outra questão também relacionada à liberdade e à autonomia da vida sexual, que merece ser pensada, é a tendência de os afetos se realizarem apenas na posse de bens materiais. Cada vez mais amamos o outro não pelo que ele é, mas pelo que ele possui; o corpo, por exemplo, transforma-se em objeto de uso, assim como os produtos de consumo diário. Nesse sentido, vale refletir sobre a adolescente e/ou o adolescente que troca seu corpo por um tênis ou uma calça *jeans* da moda.

Como poderia, então, o professor contribuir para quebrar essa teia de relações que impede a construção da autonomia do ser humano? Ao tentar responder essa questão, Camargo e Ribeiro (1999) falam que é preciso ter bem claro que a liberdade exige não só a igualdade, mas também a variedade de oportunidades; e isso significa dizer abertura para aqueles que não se adaptam a padrões culturalmente aceitos e de interesse da sociedade. Por exemplo, as questões que envolvem a virgindade, a homossexualidade, o machismo, o feminismo, a religiosidade são polêmicas, mas, se tratadas com respeito e liberdade, podem ser debatidas.

Entendo que o trabalho de educação sexual na escola deve ser realizado de tal forma que permita a participação constante dos alunos por meio de discussões que privilegiem o posicionamento de cada um quanto ao tema em debate, assim como o levantamento e discussão das dúvidas, das divergências e dos pontos em comum. Tal posicionamento visa à formação de uma atitude crítica e de compromisso em relação ao sexo; busca favorecer a reflexão e o estudo dos fatos que influem na vida sexual, que facilitam as relações interpessoais, dando uma interpretação positiva e consciente da própria sexualidade. Assim, é possível construir, com crianças e adolescentes, uma postura crítica perante as doutrinas que se fundamentam na normatização das condutas sexuais visando a uma satisfação padronizada.

Esse tipo de educação sexual, de acordo com Xavier Filha (2000), é a **interação professor-aluno**, que só é possível de acontecer numa escola que não seja reprodutora de valores sociais e que se caracterize por ser aberta, a ponto de dar voz ao aluno e de poder colocar na mesa de discussão todos os assuntos relacionados à sexualidade.

O potencial de mudança é grande quando o aluno é levado, de um modo adequado, a abrir-se a uma nova compreensão de determinados fatos relativos à sexualidade; quando é dado a ele um espaço para colocar e discutir suas dúvidas; quando é incentivado com conversa aberta entre jovens; e quando lhes é facilitado o acesso livre a materiais informativos e provocadores de reflexão crítica sobre sexo.

Mediante o exposto, fica claro que a escola tem potencial para uma boa e uma má educação sexual; e que ela está irremediavelmente comprometida com uma das duas posturas.

2.3 Educação Sexual X Orientação Sexual

Educar sexualmente é assunto polêmico e controvertido, tanto quanto a postura da sociedade diante do sexo e divergências sobre a natureza, identidade, limitações do que seja propriamente esse termo; divergências que estão presentes no campo das ciências, da

educação e das iniciativas institucionais de entendimento e de conceituações sobre esta questão ou tema, que dá nome a capas de livros e a trabalhos, entre dois termos: Educação ou Orientação Sexual.

Segundo Melnik (1980) e Egypto (2003), **educação sexual** é a denominação utilizada para designar o aprendizado automático, constante e inconsciente, ou seja, informal, de inúmeras atitudes e noções sexuais. Assim, tem seu início a partir do nascimento e se estende por toda vida. Ela acontece constantemente, de uma forma ou de outra.

Conforme esses autores, estamos sempre sendo educados sexualmente, seja através da família, da mídia, da comunidade, dos livros, da religião ou até quando não falamos sobre sexo.

Melnik (1980, p. 19) denomina **orientação sexual** “os esclarecimentos, noções e orientação dados deliberadamente, intencionalmente à criança por outras pessoas, além dos pais.”

Segundo o Guia de Orientação Sexual (GTPOS, 2004, p. 26), o termo orientação sexual “deriva do conceito de Orientação Educacional, definindo-se como o processo de intervenção sistemática na área da sexualidade, realizado principalmente em escolas”.

Este mesmo Guia (*Idem*, p. 27) mostra que, nos meios médico, jurídico e da sexologia, o termo orientação sexual é utilizado “para denominar a identidade erótica dos cidadãos em hetero, homo ou bissexuais” - o que está em consonância com Cardoso (1996, p. 7), que diz que Orientação Sexual “traduz-se pelo sentido do desejo sexual”.

Para compreender a diferença entre Educação Sexual e Orientação Sexual, faz-se necessário definir os termos Educação Formal, Educação não-formal e Educação Informal. Conforme Gohn (2001, p. 98), Educação Formal “é aquela desenvolvida nos aparelhos escolares institucionalizados, ministrada por entidades públicas ou privadas”. Enquanto que Educação não-formal “é aquela organizada sistemática, levada o efeito fora do marco de

referência do sistema formal, visando propiciar tipos selecionados de aprendizagem” (p. 91). Já a Educação Informal “é aquela que decorre dos processos espontâneos ou naturais, nos espaços de possibilidades educativas no decurso da vida dos indivíduos e tem caráter permanente” (p. 100).

A mesma autora diz, ainda, que os espaços onde se desenvolvem ou se exercitam atividades da educação não-formal são múltiplos, a saber: no bairro/associação, nas organizações que estruturam e coordenam os movimentos sociais, nas igrejas, nos sindicatos e nos partidos políticos, nas organizações não-governamentais, nos espaços culturais, nas próprias escolas, nos espaços interativos destas com as comunidades educativas, dentre outros.

Diante do exposto, verifica-se que o termo Educação Sexual é mais apropriado para o ensino da sexualidade, por vários motivos:

- Nas ciências médica, jurídica e da sexologia, o termo Orientação Sexual traduz-se pelo direcionamento do desejo e da busca do prazer, ao objeto de desejo, que poderá ser o semelhante a si, o diferente de si ou ambos;
- Na educação, o termo Orientação Sexual deriva do conceito pedagógico de orientação educacional, portanto, restrito a uma parte da educação - o que dá uma visão reducionista da mesma;
- O termo Educação tem uma abrangência mais ampla, por isso mais apropriado para este intento.

2.4 Parâmetros Curriculares e Sexualidade

Temos acompanhado nos últimos anos algumas iniciativas tomadas na esfera governamental sobre educação, como também por outras entidades não-governamentais brasileiras, para viabilidade e ampliação das bases de programas para a formação integral dos

indivíduos. Esta busca pela formação integral do indivíduo é uma exigência dos tempos hodiernos, quando a formação fragmentada e a incapacidade de entendimento da globalidade da condição do homem e conseqüente incapacidade que este tem de entender a realidade em que atua e o mundo onde vive, de maneira também global, já não encontram mais lugar na sociedade interligada por várias formas de comunicação e de informações.

Houve um momento em que se priorizou a informação como elemento fundamental para o entendimento e o alcance dos novos e modernos tempos. Hoje, vive-se uma espécie de overdose de informações, mas, por outro lado, e de maneira geral, “falta a nós uma adequada capacidade de interpretação e, até mesmo, capacidade de seleção dessas informações que muitas vezes se perdem na nossa frágil formação crítico-interpretativa” (NUNES e SILVA, 2000, p. 61).

Enfim, temos consciência de que vivemos a era da informação, um tempo onde viabilizamos poderosos meios de comunicação e diferentes maneiras de divulgação de informações dos mais variados assuntos de conhecimento humano.

Não demorou muito para percebermos que a informação pela informação não dava conta por si só do esclarecimento do homem. Como diz Nunes e Silva (*op. cit.*, p. 62).

A significação destas informações depende de outros domicílios: informação armazenada não é informação decodificada. Este armazenamento não pressupõe conhecimento. Em outras palavras, é preciso combinar as informações de maneira a gerar processo de conhecimento que é dinâmico e deve ser contínuo. Portanto, não querendo subestimar, o poder dos canais e das mediações de informações que circulam hoje com incrível rapidez, queremos considerar que estas são potencialmente bases do conhecimento, ao menos que não se saiba como articulá-las interpretativa e criteriosamente. Para este salto em relação ao conhecimento é necessária uma exigente formação, que, entendemos deva ser integral, ética, estética e política na construção social do homem.

Nesse sentido, os PCN aparecem imbuídos da intenção de desenvolver a cidadania e superar a prática de um conhecimento acadêmico distante da realidade histórica e social, que

não possibilita o nascimento do interesse pelo estudo, num mundo que possui tantos atrativos e formas de obter informações mais agradáveis e interessantes do que as utilizadas até então.

A escola pensada pelos PCN, em tese, é uma escola cidadã, que prevê uma prática educativa adequada às necessidades sociais, políticas, econômicas e culturais da realidade brasileira.

O ensino de qualidade que a sociedade demanda atualmente expressa-se aqui como a possibilidade de o sistema educacional vir a propor uma prática educativa adequada às necessidades sociais, políticas, econômicas e culturais da realidade brasileira, que considere o interesse dos alunos e garanta a formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos, capazes de atuar com competência, dignidade e responsabilidade na sociedade em que vivem (BRASIL, 2000a, p. 33).

O compromisso com a construção da cidadania, proposto pelos PCN, pede necessariamente uma prática educacional voltada para a compreensão da realidade social e dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal, coletiva e ambiental. Nessa perspectiva, são incorporados os temas transversais: Ética, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Saúde e Orientação Sexual.

Muitas questões sociais poderiam ser eleitas como temas transversais para o trabalho escolar, uma vez que o que os norteia é a construção da cidadania e da democracia – que são questões que envolvem múltiplos aspectos e diferentes dimensões da vida social. Foram, então, estabelecidos os seguintes critérios para defini-los e escolhê-los: “urgência social, abrangência nacional, possibilidade de ensino e aprendizagem no ensino fundamental, para favorecer a compreensão da realidade e a participação social” (BRASIL, 2000b, p. 30-31).

Conforme os PCN, os temas transversais têm natureza diferente das áreas convencionais. Sua complexidade faz com que nenhuma das áreas, isoladamente, seja suficiente para abordá-los. Por isso, devem integrar-se às áreas convencionais de forma a estarem presentes em todas elas.

A transversalidade diz respeito à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender na realidade e da realidade de conhecimento teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade) (BRASIL, 2000b, p. 40).

Afinal, o que se pode entender por transversalidades? Começando pela explicação conceitual do sentido literal da expressão “transverso ou transversal”, temos, segundo Ferreira (1988), o significado de oblíquo ou, ainda, do que passa transversalmente, que atravessa. Então, a transversalidade destes temas configura-se na característica de perpassarem o conjunto das matérias curriculares. De acordo com os parâmetros em questão, estes temas não se constituem em disciplinas e, sim, em abordagens específicas dentro destas disciplinas. Todas as disciplinas tratariam, de acordo com sua área do conhecimento, os temas transversais. E estes representariam formas de atenuar as fronteiras que separam de forma classificatória uma disciplina da outra em suas especificidades, que, na realidade, as torna fragmentárias e muitas vezes discrepantes entre si.

E o que se pode entender por temas transversais?

Os temas transversais são conteúdos de valor formativo que perpassam as disciplinas curriculares de maneira a articular entre si conteúdos e atitudes e ampliar os conhecimentos advindos dos conteúdos trabalhados a partir do currículo escolar.

Quanto ao cunho metodológico, é importante registrar que os temas transversais não têm como proposta transformarem-se em disciplinas e, sim, colaborar para que estas tenham um desempenho mais voltado para a formação integral do homem. Então, a novidade estaria na questão metodológica de abordagem dos temas através dos trabalhos curriculares já existentes.

No tocante aos temas transversais, vou-me deter no tema educação sexual; razão de ser deste trabalho. No texto dos PCN, relativo a esse tema, percebe-se que ali expressa preocupação significativa com a questão da cidadania, ética e direitos humanos, revelando

uma atitude de respeito à expressão individual, coletiva e sócio-cultural da sexualidade. Assim, nestes parâmetros, a educação sexual na escola assume também uma conotação de educação para a saúde; sobretudo, a partir da ocorrência cada vez maior dos casos de AIDS e gravidez na adolescência.

Esses mesmos parâmetros justificam a transversalidade do que chamam “orientação sexual”, pelas ligações transpertinentes, e dos temas da sexualidade com diversas áreas do conhecimento e, por consequência, com a prática educativa.

Quanto à forma de trabalho, o texto que trata da questão da transversalidade da sexualidade indica que esta abordagem pedagógica deve acontecer de forma sistemática, simples e direta, no sentido de orientar processualmente a aprendizagem e o desenvolvimento humano nos aspectos psicofísico, sócio-cultural, político e econômico. Com efeito, os parâmetros destacam duas formas gerais na organização dos trabalhos pedagógicos neste campo: “o trabalho de orientação sexual deverá, portanto, se dar de duas formas: dentro da programação, por meio dos conteúdos já transversalizados nas diferentes áreas do currículo, e extra-programação, sempre que surgirem questões relacionadas ao tema” (BRASIL, 2000c, p. 129).

A orientação organizacional proposta no documento é que, a partir da quinta (5ª) série do ensino fundamental, as escolas criem um espaço formal no currículo; a sugestão dos PCN é de que haja uma aula semanal com um professor disponível para este trabalho. Há também a sugestão de que, a partir daí, os alunos participem da elaboração de um programa para este trabalho através de sugestões de temas e abordagens, num empreendimento coletivo deste processo e iniciativa institucional.

Também no texto referente à sexualidade dos PCN, encontra-se uma listagem com sugestões de temas/conteúdos a serem trabalhados, organizados em blocos: corpo-matriz da sexualidade, relações de gênero e prevenção às DST/AIDS. Com essas sugestões, indicam os

objetivos básicos da educação sexual na escola, que buscam assegurar, no longo prazo, uma vivência tranqüila e significativa da sexualidade, de maneira prazerosa e eticamente responsável. Em suma, o trabalho deve observar e respeitar as diferenças culturais, a diversidade de expressão da sexualidade e a valorização de cada indivíduo, envolvendo as dimensões da saúde e da afetividade.

O papel dos temas transversais, como diz Cordioli (1999, p. 6), é o de servir de “óculos” para que os elementos do ensino-aprendizagem e sua dinâmica possam ser percebidos de uma forma diferenciada e crítica; uma vez que

Os Temas Transversais apontam para mudanças na cultura, nos aspectos de ver e sentir o mundo. Não se trata, portanto, de “mais conteúdos”, nem de procurar organizar os conteúdos numa perspectiva interdisciplinar ou transdisciplinar, mas sim da formação de valores e padrões de conduta, como uma espécie de “óculos” que qualifica o olhar dos professores para certos elementos da formação dos alunos.

Conforme o mesmo autor, esse “óculos” não tem somente o poder de fazer os educadores perceberem o mundo, a educação e o ensino de forma crítica, mas tem, também, o poder de modificar a ação dos mesmos, na medida em que muda suas percepções e concepções.

No que tange a temática sexualidade, Nunes e Silva (2000) dizem que a forma dada ao tratamento curricular transversal ainda não contempla a exigência de a escola assumir a educação sexual com todo o rigor científico que é necessário para a compreensão de sua abrangência na vida social e cultural humanas. E, ainda, que não foram oferecidas oportunidades institucionais suficientes e condições materiais efetivas para preparar os professores que irão assumir os trabalhos escolares em sexualidade. Por estes motivos (*Idem*, p. 65),

Corremos o risco do diletantismo e da ineficiência deste trabalho que se propõe transversal que, neste contexto, viria não exatamente a colaborar com a questão como interesse pedagógico coletivo, mas, se assumido numa perspectiva improvisada e voluntarista, redundaria o ecletismo e na banalização do assunto.

No entanto, retornando à imagem trazida por Cordioli (1999), percebe-se que a mesma ainda não conseguiu clarificar o caminho da sexualidade.

Para algumas pessoas, escola e sexualidade devem se constituir em duas instâncias distintas e absolutamente separadas. Compreendendo a sexualidade como uma questão pessoal e privado, e a escola como um espaço social de formação, voltada para a vida coletiva, entendem que cabe exclusivamente à família se ocupar da educação sexual das crianças e jovens. Outras pessoas consideram impossível tal posição, ao admitirem que a sexualidade integra, inapelavelmente, os indivíduos e a sociedade. Nessa perspectiva a sexualidade se constitui em um aspecto importante da formação dos sujeitos e dos grupos, exigindo atenção no contexto das políticas e dos programas educacionais. De muitos modos e apoiados em diferentes perspectivas ideológicas ou teóricas, argumentos a favor e contra a utilização da escola como uma instância privilegiada para a “educação” ou “orientação” sexual confrontam-se (LOURO, 1998x, p. 87).

Antes de assumir uma posição nesse confronto, é indispensável admitir que a escola, como qualquer outra instância social, queira ou não, é um espaço sexualizado. Na instituição escolar, estão presentes as concepções de gênero e sexual que, histórica e socialmente, constituem uma determinada sociedade. A escola, em seu espaço físico, em seus regulamentos, currículos, normas, programas, práticas, atitudes e gestos das pessoas que ali convivem, é atravessada pelas concepções de masculinidade e feminilidade, pelas formas de sexualidade de uma dada sociedade.

Sendo a sexualidade uma essencial dimensão humana, é de grande importância que ela seja compreendida em seus sentidos mais amplos como tema e área de conhecimento e, na abordagem educacional, em termos mais específicos, isso é importante para que se tenha o alcance das múltiplas interações desta dimensão com as outras dimensões da realidade e da

vivência humana. A sexualidade, portanto, concentra-se nestes núcleos que prespam a subjetividade e a sociedade.

Nesse sentido, faz-se necessário, para melhor compreensão, diferenciar os termos sexo e sexualidade, sexo e gênero, identidade de gênero e identidades sexuais.

Destarte, **sexo** é relativo ao fato natural, hereditário e biológico da diferença física entre o homem e a mulher e da atração de um pelo outro para a reprodução. No mundo moderno, o significado dominante do termo passa a ser “fazer sexo”, referindo-se às relações físicas para prazer sexual. No senso comum, sexo é “relação sexual”, “orgasmo”, “órgãos genitais”.

Sexualidade é um termo do século XIX, que surgiu alargando o conceito de sexo, pois, incorporou a reflexão e o discurso sobre o sentido e a intencionalidade do sexo. É um substantivo abstrato que se refere ao “ser sexual”. Comumente, “é entendido como vida, amor, relacionamento, sensualidade, erotismo, prazer” (GUIMARÃES, 2002, p. 24). A sexualidade “tem a ver com o modo como as pessoas vivem seus desejos e prazeres, tem a ver, portanto, com a cultura e a sociedade, mais do que com a biologia” (LOURO, 1998x, p. 88).

Fazer a distinção entre sexo e gênero também se faz necessário, pois, o senso comum usa as duas palavras como se fossem sinônimas. Porém, a conexão entre homem e masculino, mulher e feminino, nem sempre é de estreita correspondência.

Nesse sentido, a palavra **sexo** se refere à diferença biológica entre macho e fêmea, incluindo as diferenças da anatomia, da fisiologia, da genética, do sistema hormonal, dentre outras. A palavra **gênero** designa tudo o que caracteriza o masculino e o feminino, na diferenciação entre o mundo do homem e o mundo da mulher: o físico, a anatomia, o vestuário, a fala, os gestos, os interesses e atitudes, o comportamento, os valores. Gênero é “sempre, uma construção social feita a partir de características biológicas” (LOURO, 1998x, p. 88).

Talvez pareça inútil uma distinção entre **identidade de gênero e identidades sexuais**, uma vez que se trata de uma distinção no plano teórico, já que, na prática sexual, as identidades não existem separadas. Porém, Louro (*op. cit.*, p. 89) afirma que

As identidades são construídas socialmente, elas estão sempre referidas às representações que um dado grupo faz de feminino ou de masculino; do mesmo modo, as identidades sexuais também se produzem socialmente, através das distintas formas de experimentar prazeres e desejos corporais, de pôr em ação a sexualidade. Homens e mulheres podem exercer sua sexualidade com parceiros do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros. Suas identidades de gênero (as formas como vivem sua masculinidade ou feminilidade) articulam-se às suas identidades sexuais (à sua homossexualidade, à sua heterossexualidade, à sua bissexualidade, etc.). Elas não são, pois, a mesma coisa, ainda que se constituam em instâncias extremamente articuladas e, frequentemente, confundidas. Essas distintas identidades sexuais e de gênero, no entanto, compartilham um processo semelhante de formação: todas são socialmente construídas, nenhuma é natural.

Esclarecidas essas expressões básicas, busquemos a compreensão da sexualidade humana como totalidade, isto é, enquanto natureza e cultura. A dialética entre os dois pólos resulta, para o indivíduo, na dinâmica entre o interno e privativo e o externo e social, que têm uma dimensão pública. A tensão e o prazer humanos surgem, portanto, nos encontros e desencontros desses pólos.

A sexualidade - o sexo, como se dizia - parecia não ter nenhuma dimensão social; era um assunto pessoal e particular que, eventualmente, se confidenciava a alguém muito próximo. Viver plenamente a sexualidade era, em princípio, uma prerrogativa da vida adulta e masculina.

As muitas formas de fazer-se mulher ou homem, as várias possibilidades de viver prazeres e desejos corporais são sempre sugeridas, anunciadas, promovidas socialmente e, hoje, possivelmente, de formas mais explícitas do que antes. Elas são também, renovadamente, reguladas, condenadas ou negadas. Na sociedade atual, o sexo constitui,

ainda, um instrumento poderoso de criação de vínculos sociais e, ao mesmo tempo, uma constante ameaça às regras estabelecidas.

As novas tecnologias reprodutivas, as possibilidades de transgredir categorias e fronteiras sexuais, as articulações corpo-máquina, a cada dia, desestabilizam antigas certezas; subvertem as formas de gerar, de nascer, de crescer, de amar ou de morrer. Jornais e revistas informam que casais, no intuito de adiarem o nascimento de filhos, congelam o embrião; revelam a batalha judicial de indivíduos que, submetidos a um conjunto complexo de intervenções médicas, reclamam uma identidade civil feminina para complementar o processo da transsexualidade que empreenderam, embalados pela ameaça da AIDS e pelas possibilidades cibernéticas. Práticas sexuais virtuais substituem ou complementam práticas corpo-a-corpo. Por outro lado, adolescentes experimentam mais cedo a maternidade e a paternidade; uniões afetivas e sexuais estáveis, entre sujeitos do mesmo sexo, tornam-se crescentemente visíveis e rotineira; arranjos familiares se multiplicam e se modificam (LOURO, 2001).

Todas essas transformações afetam, sem dúvida, as formas de viver, de construir identidades sexuais. Tudo isso nos remete à idéia de que a sexualidade apresenta várias compreensões.

Conforme Louro (*op. cit.*, p. 11),

A primeira é de que a sexualidade não é apenas uma questão pessoal, mas é social, política; a segunda, é o fato de que a sexualidade é “aprendida”, ou melhor, é construída, ao longo de toda a vida, de muitos modos, por todos os sujeitos.

Muitos consideram que a sexualidade é algo que todos nós possuímos naturalmente. Aceitar essa idéia, oculta a consideração de sua dimensão social e política ou a respeito de seu caráter construído. A sexualidade seria, assim, algo dado pela natureza, inerente ao ser

humano. Tal concepção, segundo Louro (1997), usualmente, se ancora no corpo e na suposição de que todos “vivemos” nossos corpos, universalmente, da mesma forma. No entanto, podemos entender que a sexualidade envolve uma série de processos (rituais, linguagens, fantasias, representações ou símbolos) profundamente culturais e plurais. Nessa perspectiva, nada há de exclusivamente natural nesse terreno, a começar pela própria concepção de corpo, ou mesmo de natureza. “Através de processos culturais, definimos o que é - ou não natural; produzimos e transformamos a natureza e a biologia e, conseqüentemente, as tornamos históricas” (LOURO, *op. cit.*, p. 11.).

Os corpos ganham sentido socialmente. A inscrição dos gêneros (feminino ou masculino) nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marca dessa cultura. As possibilidades da sexualidade, das formas de expressar os desejos e os prazeres, também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. A identidade de gênero e as sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais.

A sexualidade, afirma Foucault (1988), é um “dispositivo histórico”. Em outras palavras, ela é uma invenção social, uma vez que se constitui, historicamente, a partir de múltiplos discursos sobre sexo: que normatizam, que instauram saberes; que, por sua vez, produzem “verdades”.

Sua definição de dispositivo sugere a direção e abrangência de, conforme Foucault (1993, p. 244),

Um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proporções filosóficas, morais, filantrópicas [...] o dito e o não dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos.

É, então, no âmbito da cultura e da história que se definem as identidades sociais. Essas múltiplas e distintas identidades constituem os sujeitos, na medida em que estes são

interpelados a partir de diferentes situações, instituições ou agrupamentos sociais. “Essas múltiplas identidades sociais podem ser também, provisoriamente atraentes e, depois, nos parecerem descartáveis; elas podem ser, então, rejeitadas e abandonadas”. Somos sujeitos de identidades transitórias e contingentes. Portanto, “as identidades sociais e de gênero têm o caráter fragmentado, instável, histórico e plural” (LOURO, 2001, p. 12).

A despeito de todas as oscilações, contradições e fragilidades que marcam esse investimento cultural, a sociedade busca, intencionalmente, através de múltiplas estratégias e táticas, fixar uma identidade masculina ou feminina normal. Esse intento articula, então, as identidades de gênero normais a um único modelo de identidade sexual: a identidade heterossexual (LOURO 1997; 1998x; 1998x’). Nesse processo, a escola tem uma tarefa muito importante e sua manifestação desembaraçada difícil: de um lado, incentivar a sexualidade normal e, de outro, simultaneamente, contê-la.

Redobra-se ou renova-se a vigilância sobre a sexualidade, mas essa vigilância não sufoca a curiosidade e o interesse; consegue, apenas, limitar e sua expressão franca. As perguntas, as fantasias, as dúvidas e a experimentação do prazer são remetidas ao segredo e ao privado. Através de múltiplas estratégias de disciplinamento, aprendemos a vergonha e a culpa; experimentamos a censura e o controle. Acreditando que as questões da sexualidade são assuntos privados, deixamos de perceber sua dimensão social e política.

Portanto, como diz Weeks (2001), a sexualidade não pode ser compreendida de forma isolada. Nossas identidades de raça, gênero, classe, geração ou nacionalidade estão imbricadas com nossa identidade sexual e esses vários marcadores sociais interferem na forma de viver a identidade sexual; eles são, portanto, perturbados ou atingidos, também, pelas transformações e subversões da sexualidade. Pois, ainda segundo Weeks (*idem*, p. 38)

Embora o corpo biológico seja o local da sexualidade estabelecendo os limites daquilo que é sexualmente possível, a sexualidade é mais do que

simplesmente o corpo. Ela tem tanto a ver com nossas crenças, ideologias e imaginações quanto com nosso corpo físico.

Mesmo podendo se argumentar que as questões relativas aos corpos e ao comportamento sexual têm estado, por muito tempo, no centro das preocupações ocidentais, que eram, em geral, até o século XIX, preocupações da religião da filosofia moral, eles tem se tornado a preocupação generalizada de especialistas, da medicina e de profissionais e reformadores morais. O tema ganhou, no final do século XIX, sua própria disciplina, a sexologia, tendo como base a psicologia, a biologia e a antropologia, bem como a história e a sociologia. Isso teve enorme influência no estabelecimento dos termos do debate sobre o comportamento sexual. A sexualidade é, entretanto, além de uma preocupação individual, uma questão claramente crítica e política.

A história da sexualidade é, para Foucault (1988), uma história de nossos discursos sobre a sexualidade, discursos através dos quais a sexualidade é construída como um corpo de conhecimento que modela as formas como pensamos e conhecemos os corpos. A experiência ocidental da sexualidade, sugere ele, não é a da expressão do discurso. Ela não pode ser caracterizada como um “regime de silêncio”, mas, ao contrário, como um constante e historicamente cambiante incitamento ao discurso sobre sexo.

Essa explosão discursiva sempre em expansão é parte de um complexo aumento do controle sobre os indivíduos, controle não através da negação ou da proibição, mas, através da produção - pela imposição de uma grade de definição sobre as possibilidades do corpo, através do aparato da sexualidade. “O dispositivo da sexualidade tem como razão de ser, não o reproduzir, mas o proliferar, inovar, onerar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais global” (FOUCAULT, 1988, p.101).

Percebe-se que o estudo de Foucault sobre o dispositivo sexual está intimamente relacionado com a análise que ele faz do desenvolvimento daquilo que ele vê como a

“sociedade disciplinar”, que é característica das formas modernas de regulação social; em outras palavras, uma sociedade de vigilância e controle - que ele descreve no seu livro *Vigiar e Punir* (1987). Ele argumenta aqui que, no período moderno, deveríamos ver o poder não como uma força negativa que atua com base na proibição - “não deverás” -, mas como uma força positiva preocupada com a administração e o cultivo da vida - “você fazer isto ou aquilo”. Trata-se do que ele denomina “bio poder”; e a sexualidade tem aqui um papel crucial, pois, o sexo seria o pivô ao redor do qual toda a tecnologia da vida se desenvolve, visto que o sexo é um meio de acesso tanto à vida do corpo quanto à vida da espécie; isto é, ele oferece um meio de regulação tanto dos corpos individuais quanto do comportamento da população - o corpo político - como um todo (FOUCAULT, 1988).

Este autor ainda aponta quatro unidades estratégicas que ligam, desde o século XVIII, uma variedade de práticas sociais e técnicas do poder. Juntas, elas formam mecanismos específicos de conhecimento e poder centrados no sexo. Elas teriam a ver com a sexualidade das mulheres; a sexualidade das crianças; o controle do comportamento procriativo; e a demarcação de perversões sexuais como problemas de patologia individual. Essas estratégias teriam produzido, ao longo do século XIX, quatro figuras submetidas à observação e ao controle social, inventadas no interior de discursos reguladores: “a mulher histérica, a criança masturbadora, o casal que utiliza formas artificiais de controle da natalidade e o pervertido” (FOUCAULT, *op. cit.*, p. 100).

A importância deste argumento é que ele questiona, fundamentalmente, a idéia de que regulação social submete ao controle tipos pré-existentes de ser. O que, de fato, ocorre é que uma preocupação social generalizada com o controle da população faz surgir uma preocupação específica com tipos particulares de pessoas, que são simultaneamente evocadas e controladas dentro do complexo “poder-saber”. Isso não quer dizer que a sexualidade feminina, a masturbação, o controle de natalidade ou a homossexualidade não existissem

antes. O que isso quer dizer é que a especificação das pessoas através dessas características e a criação de posições de sujeitos ao redor dessas atividades são um fenômeno histórico.

Com relação às dimensões sociais da sexualidade, Weeks (2001, p. 52) sugere que elas sejam modeladas na junção de duas preocupações principais: “com a nossa subjetividade (quem e o que somos); e com a sociedade (com a saúde, a prosperidade, o crescimento e o bem-estar da população como um todo). As duas estão intimamente conectadas porque no centro de ambas está o corpo e suas potencialidades”.

Na medida em que a sociedade se tornou mais e mais preocupada com as vidas de seus membros - pelo bem da uniformidade moral, da prosperidade econômica, da segurança nacional ou da higiene e da saúde -, ela se tornou cada vez mais preocupada com o disciplinamento dos corpos e com as vidas sexuais dos indivíduos. Segundo Weeks (*op. cit.*, pp. 52-3),

Isso deu lugar a métodos intrincados de administração e de gerenciamento; a um florescimento de ansiedade morais, médicas, higiênicas, legais; e a intervenções voltadas ao bem-estar ou ao escrutínio científicos, todas planejadas para compreender o eu através da compreensão e da regulação do comportamento sexual.

Tais preocupações não são exclusivas do século XIX: a sexualidade se tornava, mais e mais, uma obsessão. Nos anos antecedentes a I Guerra Mundial, estava em voga a eugenia, a procriação planejada de melhores indivíduos. Embora nunca dominante, ela teve uma influência significativa, em alguns países, na modelação de políticas de bem-estar e na tentativa de reordenar as prioridades nacionais face à competição internacional.

Nos anos de 1940, houve uma preocupação urgente com o controle da natalidade, a fim de assegurar que as famílias fossem constituídas pelo tipo certo de indivíduo, bem como a preocupação com os papéis apropriados para homens e mulheres na família (especialmente mulheres), no admirável mundo novo da democracia social.

Ligado a isso, ao redor dos anos de 1950, ocorreu uma nova caça aos “degenerados” sexuais, especialmente os homossexuais. Ao redor dos anos de 1960, um novo liberalismo/ permissividade parecia dividido entre um relaxamento dos velhos códigos sociais autoritários e a descoberta de novos modos de regulação social, baseados no que havia de mais moderno na psicologia social e numa redefinição da divisão público/privado. Durante os anos de 1970 e 1980, houve, de fato, o começo de uma reação contra aquilo que era visto como os excessos da década anterior e, talvez, a sexualidade se tornasse uma verdadeira política, com a nova direita identificando o “declínio da família”, o feminismo e a nova militância homossexual como potentes símbolos do declínio nacional.

No entanto, segundo Weeks (2001), o ataque à permissividade, como uma tentativa de estabelecer uma nova forma, foi central para a mobilização conservadora acerca de questões sexuais nos anos de 1970 e 1980. Ele se focalizou, particularmente, naquilo que essa mobilização vê como várias mudanças significativas:

- a ameaça à família;
- o questionamento aos papéis sexuais, particularmente aquele feito pelo feminismo;
- o ataque à normalidade heterossexual, em especial através das tentativas dos movimentos gay e lésbico para alcançar a completa igualdade para homossexualidade;
- a ameaça aos valores colocada por uma educação sexual mais liberal, vista como induzidora de crianças a aceitar comportamentos sexuais até então inaceitáveis. Todos estes medos eram reforçados pela emergência de uma importante crise da saúde, associada à AIDS, que era pensada como símbolo da crise.

Percebe-se que todas essas preocupações estão relacionadas a uma quantidade de questões centrais que têm estado presentes ao longo da história da sexualidade: questões relacionadas à família, à posição relativa de homens e mulheres, à diversidade sexual, a filhos.

Essas representam as questões em torno das quais a história da sexualidade ainda gira e “elas ilustram o poder da crença de que os debates sobre a sexualidade são debater sobre a natureza da sociedade: tal sexo, tal sociedade” (WEEKS, 2001, p. 64).

Com o advento dos PCN, a escola pareceu “abrir-se” mais para a discussão da sexualidade. Particularmente, não é importante procurar o motivo dessa investida: se foi para fazer frente à crescente visibilidade das práticas sexuais na mídia, estimuladas pelo crescimento de casos da AIDS ou se foi pela epidemia da gravidez na adolescência. O importante, como diz Louro (1998x, p. 95), é perceber que

A escola “dá lições” de sexualidade cotidianamente, muito além das possíveis sessões de “educação” ou “orientação” sexual prevista no currículo; em conseqüência, qualquer tentativa de um projeto educacional alternativo implica uma tomada de posição mais ampla. Caminhar nessa via implica a ampliação da discussão sobre a sexualidade, na escola e fora dela. Isso supõe acolher as culturas e os saberes dos jovens; supõe debater e problematizar as representações de feminino e masculino que estão sendo feitas pela mídia, pelas igrejas, pelos discursos jurídicos e, logicamente, pelos estudantes, seus pais e professores. Essa perspectiva obriga-nos a fazer face a nossas próprias histórias e preconceitos e assumir, criticamente, que estamos pessoalmente envolvidos em jogos e relações de poder que separam, classificam e discriminam sujeitos. Uma tal abordagem certamente rompe com a estrita e estreita concepção de educação sexual de caráter biológico, ainda tão presente nos currículos, nos livros e nas equipes de “especialistas”. Vai em outra direção, apontando para uma prática educativa muito mais ampla, que lida com a sexualidade, com a formação de identidades sexuais e de gênero. Talvez possamos dizer que ninguém é especialista nessa tarefa e que por outro lado, todos somos dela encarregados por isso parece impossível tratar da educação da sexualidade de nossos alunos como se essa não nos afetasse: Somos todos arrastados nesse processo.

3 PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO

São inúmeros os métodos utilizados pelos pesquisadores no estudo dos problemas que interessam ao desenvolvimento científico de determinada área de conhecimento. Tal diversidade é fundamental ao espírito científico, cuja meta principal é o avanço da ciência. Portanto, não existe uma única maneira correta de compreendermos a complexidade de nosso mundo. Se assim o fosse, o conhecimento científico seria de fato escasso.

A questão central da escolha do método, ou métodos, depende da visão de mundo e de valores de cada pesquisador e, principalmente, da natureza do problema sob investigação. No entanto, para efetivação deste estudo - Educação sexual em escolas pública e particular de ensino fundamental do município de Floriano (PI) -, utilizei a pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso, por entender que, através da mesma, poderei utilizar diversas formas de abordagem de levantamento de dados empíricos que, após analisados, irão favorecer um melhor entendimento das inter-relações do cotidiano escolar. E, ainda, por estar relacionada às características dos problemas propostos neste estudo complexo, multifacetado. Ou seja, à compreensão do ensino da educação sexual do ponto de vista dos seus agentes e beneficiários - professores e alunos.

No que concerne à pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso, Ludke e André 1986 relatam que ela envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada; enfatiza mais o processo do que o produto; e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes. Portanto, busca retratar a realidade de forma completa e profunda enfatizando a complexidade natural das situações, evidenciando a inter-relação dos seus componentes. Além disso, o pesquisador recorre a uma variedade de dados, coletados em diferentes momentos, em situações variadas e com uma variedade de

tipos de informantes, o que permite iluminar o dinamismo interno das situações, geralmente inacessíveis ao observador externo.

Entre os diversos instrumentos de coleta de dados, no trabalho de campo utilizei a entrevista semi-estruturada e a observação participante, pois, de acordo com Richard (1999, p. 83), no que diz respeito a procedimentos metodológicos, “as pesquisas qualitativas de campo exploram particularmente as técnicas de observação e entrevistas devido à propriedade com que esses instrumentos penetram na complexidade de um problema”.

Considerando o cotidiano como fonte de conhecimento e prática social, a observação do mesmo se constitui um instrumento privilegiado, tanto para a coleta de dados como para a confirmação e/ou entendimento de informações provenientes das entrevistas.

Nesse sentido, compartilho com Fazenda (1989) a idéia de que o estudo do cotidiano escolar é fundamental para se compreender como a escola desempenha o seu papel socializador, seja na transmissão dos conteúdos curriculares, seja na condução das crenças e valores que surgem nas ações, interações, rotinas e relações sociais que caracterizam a vida escolar.

Quanto ao processo de seleção das escolas selecionadas para realizar o estudo, fui à décima 10ª Gerência Regional de Educação da Secretaria Estadual, onde consegui uma lista contendo todas as escolas do ensino fundamental, de quinta (5ª) a oitava (8ª) série, e, em seguida, fui a Secretaria Municipal de Educação e consegui a lista de todas as escolas municipais públicas e particulares que contemplam o ensino fundamental também de quinta (5ª) a oitava (8ª) série.

Em conversas informais que tive com coordenadores e professores de escolas públicas (estadual e municipal) e particulares, em ambos os casos foram enfáticos em afirmar que somente a partir da 5ª série eles começam a trabalhar a questão da sexualidade na escola. Como justificativa, apontavam que nem todos os professores se sentiam preparados para

abordar essas questões com crianças menores de 10 anos e que, geralmente, esse trabalho ficava a cargo dos professores de ciências ou profissionais da Saúde, como, médicos, enfermeiros, psicólogos ou estudantes de saúde, convidados pelas escolas.

Essas informações prévias indicavam que ambos os tipos de escolas (pública e privada) tinham uma prática semelhante. Resolvi, então, adotar os seguintes critérios para a escolha das escolas:

- Ser, uma de natureza pública e outra, particular.
- Possuir ensino fundamental, de quinta a oitava séries, nos turnos manhã e/ou tarde.
- Possuir, em seu quadro funcional, além do professor de ciências, outros que trabalhem a educação sexual na escola.

A partir desses critérios, comecei a visitar escolas públicas e particulares. A visita consistia em apresentar a proposta do trabalho de pesquisa à direção e/ou coordenação pedagógica e aos professores. Ao final da exposição, percebi o interesse e a disponibilidade dos mesmos em participar do estudo.

Confesso que fiquei surpresa, pois a primeira escola particular visitada mostrou-se prontamente interessada e concordou com a pesquisa. O contrário ocorreu com escolas públicas estaduais. Quando indagadas se implementavam o ensino da educação sexual, diziam que sim, mas, quando exposta a proposta da pesquisa, respondiam que, pelo fato deste ano (2004) ter ocorrido greve e, por isso, estarem com seu cronograma alterado, não seria possível participarem da pesquisa. Somente a terceira escola visitada aceitou prontamente o estudo.

As escolas selecionadas, coincidentemente, ficam situadas no mesmo bairro da cidade de Floriano (PI); sendo uma pública estadual e outra particular. Em ambas funciona o ensino fundamental de quinta à oitava série.

A minha presença nas escolas se deu no 2º semestre do corrente ano de 2004, nos horários da manhã ou tarde, em função do período de funcionamento das mesmas. Pela manhã, pesquisei na escola particular - pelo fato da mesma só funcionar neste horário - e, à tarde, na escola pública.

Na escola particular, estive de agosto a novembro do referido ano, durante todo o turno da manhã, com frequência não inferior a quatro dias e durante todo o horário de funcionamento. Já na escola pública, em função da greve dos professores, o calendário escolar foi alterado e minha presença na mesma se deu no período de setembro de 2004 a janeiro de 2005, também durante todo o horário de funcionamento e, no mínimo, quatro dias por semana.

Nas duas escolas a pesquisa ocorreu com as sextas e oitavas séries, pelas seguintes razões: nível de estudo e idade dos alunos entre dez (10) e dezoito (18) anos; portanto, na fase de adolescência - caracterizada por intensa curiosidade, buscas, descobertas do próprio corpo e do corpo do outro, e por já terem vivenciado pelo menos um ano da prática da educação sexual na escola; pois, conforme alguns professores e alunos, antes da quinta série não são discutidos assuntos relativos à sexualidade em sala de aula. Uma das principais justificativas dos professores é a idade dos alunos e a própria falta de experiência e de cursos que os capacitem nessa área.

Nas escolas, diferentes são as atividades e os espaços físicos utilizados para o trabalho pedagógico. Em alguns espaços são privilegiadas atividades de aspectos cognitivos de caráter acadêmico; em outros, são realizadas atividades de caráter lúdico recreativo, que favorecem aspectos sócio-afetivos.

Em ambas as escolas, as observações foram feitas na sala de aula, na quadra e no pátio interno. Não pretendi, assim, controlar as diversas variáveis, mas, sim, melhor abrangê-las,

observando em variados contextos as dimensões de multiplicidade e complexidade que o espaço escolar abrange.

As observações aconteceram nas salas de aula de sexta e oitava séries, nos momentos das aulas, com o objetivo de verificar os conteúdos abordados e a metodologia. A duração das observações foi de aproximadamente cinquenta (50) minutos, tempo de uma hora-aula.

Quando me senti suficientemente familiarizada com o dia-a-dia das escolas e, portanto, mais próxima dos sujeitos desses espaços, iniciei as entrevistas semi-estruturadas com professores e alunos, buscando contemplar as questões básicas do estudo, complementado por aspectos que, durante a observação, foram considerados relevantes para a compreensão da problemática naqueles locais. O roteiro das entrevistas dos professores versa sobre a identificação do professor e como vêem a sexualidade, a educação sexual na escola e a sua própria experiência na área de educação sexual. Já o dos alunos, além da identificação pessoal, questiona como os mesmos concebem a sexualidade e a educação sexual na escola.

Sempre com o objetivo de caracterizar o ensino de educação sexual nessas escolas, a seleção dos entrevistados se deu após dois meses de observação e da seguinte forma:

- Seis professores: três da escola pública e três da particular. O critério de escolha foi o fato de o professor desenvolver práticas de educação sexual na sala de aula. Os professores selecionados de acordo com a escola foram:
 - Escola pública: a professora de ciências da 7^a e 8^a séries, a professora de religião da 5^a a 8^a série e a professora de português da 5^a a 8^a série.
 - Escola particular: a professora de ciências da 6^a série, o professor de ciências da 7^a e 8^a séries e o professor de religião da 5^a a 8^a séries.
 - Dezoito alunos: seis da escola pública e doze da escola particular. Os critérios de seleção foram os seguintes: ser aluno da 6^a ou 8^a série, ter

participado dos grupos de conversa nos momentos de recreação com a pesquisadora, ser comunicativo e querer participar da pesquisa.

O total de seis alunos da escola pública corresponde a aproximadamente 14% do número de alunos da sexta (22 alunos) e da oitava (21 alunos) séries, do horário da tarde, que freqüentam regularmente as aulas. Como falei anteriormente, neste ano (2004) aconteceu uma greve nas escolas públicas estaduais, o que ocasionou um alto índice de evasão escolar, não só na escola pesquisada, mas, praticamente, em toda a rede estadual. O motivo dessa evasão, segundo a diretora da escola e o diretor da 10ª Diretoria Regional de Educação, foi o longo período de greve, uma vez que o primeiro semestre só começou praticamente na metade do mês de abril - por isso estes alunos representam apenas 50% da amostra da escola particular.

Essa escola pública funciona nos três turnos; sendo manhã e tarde com ensino regular de quinta a oitava série, com uma turma de cada série. No turno da noite, também funciona de quinta a oitava série, mas na modalidade Ensino de Jovens e Adultos (EJA), uma espécie de supletivo.

O total de doze alunos da escola particular corresponde a aproximadamente 10% do número de alunos da sexta (62 alunos, dividido em duas turmas) e oitava (60 alunos, dividido em duas turmas) séries. Essa escola só funciona no período da manhã; à tarde são realizadas atividades extraclasse, como pesquisa na biblioteca.

Os dados foram registrados em diário de campo e fita k-7 (com recurso de gravador). Essa combinação de diferentes fontes de registros foi-me extremamente útil para a elaboração da análise que se segue.

4 O AMBIENTE DA PESQUISA - AS ESCOLAS PESQUISADAS: ROTINA E PRÁTICA DA EDUCAÇÃO SEXUAL

As escolas pesquisadas ficam localizadas no centro da cidade de Floriano, no Estado do Piauí; sendo uma de natureza pública estadual e a outra particular.

4.1 A Escola Pública: história e estrutura física

No início de 1970, foi inaugurado o prédio do Complexo Educacional² da cidade de Floriano (PI) - órgão de descentralização das ações administrativas da Secretaria Estadual de Educação do Piauí. A partir de então, questões administrativas de todos os colégios estaduais passaram a ser resolvidas na própria cidade de Floriano. Para inspetor³ do complexo foi nomeado o professor Oséas Lopes Mesquita, que reuniu os diretores e coordenadores de todos os 10 colégios estaduais existentes naquela época, na cidade, para discutirem as mudanças que estavam sendo implementadas na Secretaria de Educação e, ao mesmo tempo, para ver a necessidade de um novo colégio, já que a demanda de matrículas estava aumentando e os colégios existentes não eram suficientes. Três anos depois, foi construído um novo colégio ligado ao complexo educacional.

Em 10 de março de 1973, sem inauguração oficial, devido à necessidade de cumprir o calendário escolar, a população florianense ganhou mais uma escola. Logo no início, por não ter sido registrada, era conhecida como a unidade do prédio novo ou polivalente. Não terminou o ano e a escola foi registrada como Josefina, em homenagem a uma professora maranhense que morou e lecionou nesta cidade por muitos anos.

A este colégio, foram agregadas todas as 4^a séries do antigo primário. Para sua direção, o inspetor Oséas nomeou a professora Rita de Cássia, que conta que

² Corresponde atualmente a Gerência Regional de Educação (GRE).

³ Neste caso, corresponde ao cargo de diretor da GRE.

As primeiras carteiras, mesas e quadro de giz foram obtidos por empréstimo nas outras unidades, graças à boa vontade de algumas diretoras. Mas não havia arquivos nem cadeiras para a direção e sala dos professores. Tudo foi adquirido aos poucos, com muito esforço da administração e dos próprios professores.

Segundo a referida professora, em entrevista concedida a esta pesquisadora, o corpo docente dessa escola era um dos melhores da cidade, de expressiva capacidade profissional e que se dedicou com afinco e muito esmero à causa da educação nesta nova unidade escolar - que se lançava na comunidade florianense como modelo de escola pública. Todos se empenhavam para que os alunos aprendessem e brilhassem.

Nesta escola foram criados: um jornal, “o Farolzinho”, que circulou por algum tempo, mensalmente; um pequeno coral, que animava e dava brilho às festinhas; um pelotão de saúde e exposições culturais, organizados pelos professores de ciências; um time de futebol; e uma animadíssima banda, de poucos instrumentos, mas levada adiante com a muita boa vontade dos garotos que a compunham. Todo o corpo docente, com raras exceções, contagiado pelo interesse dos professores e da parte administrativa, também se empenhou no cumprimento de suas tarefas.

No ano seguinte, devido à sua expressividade, a escola passou a funcionar não mais com as quartas (4ª) séries, mas com turmas de quinta (5ª) a oitava (8ª), nos períodos da manhã e tarde, e, à noite, com o ensino supletivo. Assim, a escola passou a ter três diretores, sendo um para cada período.

A referida escola possui uma área de 4.063m², mas com apenas 822m² construídos, que estão assim divididos: dois blocos de salas de aula, com quatro salas em cada bloco; uma cantina; um pequeno depósito de alimentos; a sala dos professores; uma sala onde funcionam a diretoria e a secretaria; três banheiros; uma área coberta e três abertas; e uma quadra de esporte.

Atualmente, a escola vive uma realidade muito distante da época desse relato. Suas instalações físicas, apesar de todo ano, antes do início do primeiro semestre, serem pintadas, não se apagaram as marcas das goteiras nas paredes; várias salas de aulas estão cheias de janelas improvisadas pela quebra dos combogós e há algumas portas quebradas. Também, os banheiros dos alunos se entopem com freqüência, devido a objetos jogados nos vasos; já o dos professores apresenta um sério problema de entupimento, que, segundo o vigia, é devido à raiz das árvores que invadiu a fossa.

As pequenas reformas que são feitas, como a retirada de algumas goteiras, pintura das paredes, conserto nos banheiros, no início do semestre, têm efeito efêmero porque são operações semelhantes ao trabalho dos bombeiros. Ademais, esses pequenos serviços são feitos com o próprio recurso da escola e, geralmente, pelos próprios vigias - tudo na base do improvisado.

Conforme a diretora administrativa, essas pequenas reformas são feitas para tornar a escola viável ao início das aulas e, portanto, mais atrativa para alunos e professores - e também na esperança de se conseguir uma reforma geral através da Secretaria de Educação.

A mesma relatou, durante a entrevista realizada, que

Todo ano é feito um relatório para a secretaria sobre as reais condições da escola com o objetivo de conseguirmos uma reforma, mas até agora só promessas. Os problemas mais sérios são os entupimentos dos banheiros que mando ajeitar umas três vezes no ano e só passa poucas semanas funcionando e o resto do tempo não. Agora já sabemos qual é o problema, mas não temos dinheiro para resolver. O outro problema é a questão das goteiras, cheguei a comprar quase dois milheiros de telhas, mas não é suficiente. Não é fácil administrar uma escola pública. Uma época dessas estava precisando de uns caldeirões para fazer merenda, sorte minha que fui a Teresina e quando cheguei lá, conversando com uma amiga, funcionária da secretaria de educação, sobre os problemas da escola, ela me disse que poderia resolver um que era a falta das panelas, pois naquela semana tinha chegado bastante, ai eu aproveitei e trouxe logo.

Todos esses problemas não são somente pelo mau uso da escola por seus alunos ou funcionários, mas, sim, provenientes da falta de investimento na educação por parte do governo do Estado, em especial na manutenção e conservação das escolas. Esta escola, por exemplo, ainda segundo a diretora administrativa, nunca sofreu uma reforma.

Se observarmos o tempo de existência da mesma, mais de 30 anos, e sem levarmos em consideração que funciona nos três turnos, percebe-se um grande descaso com as instituições educativas.

Na realidade, essa escola reflete as dificuldades materiais comuns às instituições públicas mantidas pelo Estado, cujo modelo se implanta não só no Piauí, mas no Brasil, priorizando o investimento no setor econômico privado e secundarizando as ações e políticas dos setores sociais como, por exemplo, educação e saúde.

Das oito salas de aula existentes, uma não funciona para o seu fim, pois, foi transformada em sala de “TV Escola” - que nunca funcionou. Na realidade, hoje é uma sala de depósito geral.

A escola oferece somente o ensino fundamental de quinta (5^a) a oitava (8^a) séries, nos períodos diurno e noturno, e, à noite, esse nível de ensino se faz por classes de aceleração através do EJA.

Vale ressaltar que, das sete salas de aulas disponíveis, somente quatro são ocupadas em cada período (manhã e tarde) com turmas de quinta (5^a) a oitava (8^a) séries, o que corresponde praticamente a um turno, se levado em consideração somente a capacidade física da escola. À noite funcionam sete turmas do EJA, sendo quatro de primeira etapa - que corresponde à quinta (5^a) e à sexta (6^a) séries - e três de segunda, que corresponde à sétima (7^a) e à oitava (8^a) séries.

Contudo, a pirâmide de exclusão escolar é perceptível: no corrente ano (2004) foi matriculado um total de 616 alunos nos três períodos, sendo 208 no diurno e 408 no noturno.

Ademais, as séries que possuem mais turmas são as da quinta (5^a) e sexta (6^a), como também maior número de alunos.

Esse processo de esvaziamento, caracterizado pelo número de salas sem alunos, não é característica somente desta escola, mas, praticamente, de todas as pertencentes à rede estadual que oferece esse tipo de modalidade de ensino. Como explicação para esse problema, a direção da escola tem várias justificativas, que a meu ver, são possíveis (abaixo, o relato da Diretora Administrativa).

Na minha concepção, existem três fatores principais para esse processo, além de outros. O primeiro é o fator municipalização do ensino fundamental, em que todas as cidades oferecem essa modalidade de ensino, fazendo com que alunos das cidades circunvizinhas não se desloquem mais para estudar em escolas públicas, pois, há uns dez anos atrás tínhamos muitos alunos de outras cidades e até de Estados vizinhos; ainda temos, mas, é muito pouco. Segundo, é o aumento crescente de vagas oferecidas pela Secretaria Municipal de educação; além do mais, as escolas municipais são sempre construídas nos bairros ficando mais próximo do aluno, facilitando o acesso. O terceiro fator são as greves, comuns na rede estadual e, até o momento, inexistente nas nossas escolas municipais, o que atrasa o início das aulas e, conseqüentemente, todo o processo ensino-aprendizagem. Tudo isso faz com que os pais procurem matricular seus filhos nas escolas municipais e até mesmo os já matriculados, com o retardamento do início das aulas, saiam para essa mesma rede de ensino.

Toda essa explicação é plausível de ser verdadeira, pois, neste ano de 2004, devido à greve, o primeiro semestre só começou praticamente na metade do mês de abril, quando em uma condição normal teria começado no início de fevereiro. Isso ocasionou transferência e desistência de grande parte dos alunos do período diurno, como podemos constatar através do quadro a seguir.

Quadro 1 - Alunos matriculados no ano de 2004 no período diurno.

Turmas	Turno	Nº de alunos matriculados	Nº de alunos transferidos	Nº de alunos desistentes
5ª série	Manhã	23	05	00
5ª série	Tarde	21	03	01
6ª série	Manhã	30	02	02
6ª série	Tarde	28	03	03
7ª série	Manhã	27	03	02
7ª série	Tarde	27	04	03
8ª série	Manhã	29	05	06
8ª série	Tarde	23	08	01
Total		208	33	18

Fonte: Dados da pesquisa.

Mediante o quadro acima, observa-se que a escola perdeu 51 alunos, o que corresponde a praticamente 25% dos alunos matriculados no período diurno. Todo esse processo pode-se refletir não somente na perda de alunos, mas também em todo o processo ensino-aprendizagem da escola.

A escola possui um quadro funcional de 47 profissionais, sendo 28 professores, uma coordenadora e os demais exercem funções de auxiliares administrativos, merendeiras, zeladoras e vigias. Do quadro de professores, a grande maioria é efetiva e tem mais de 20 anos de profissão e com cursos universitários. Desse total, somente quatro professores possuem contrato temporário; seis estão cursando curso universitário; e dois só possuem o ensino médio, antigo magistério.

O corpo administrativo é composto por uma diretora administrativa e outra adjunta que são escolhidas através de eleições diretas, com mandato de dois anos.

4.2 A Dinâmica da Escola

A escola pública pesquisada funciona nos três turnos: manhã, tarde e noite, como já dito anteriormente. A pesquisa ocorreu no ano de 2004, no turno da tarde, com turmas de sexta (6^a) e oitava (8^a) séries. Neste ano, devido à greve de professores, a hora-aula desta escola foi reduzida em cinco minutos, perfazendo um total de 6 horas-aulas com o intuito de não ter reposição aos sábados. É interessante notar que nem sempre esse horário era cumprido por alguns professores, que sempre davam um jeito de sair mais cedo.

Antes das 13h o portão se abre e os alunos começam a entrar, um a um, e vão direto para suas salas colocar os materiais escolares; depois, saem e começam a conversar nas áreas livres da escola; outros ficam na própria sala, conversando; e outros vão até a sala dos professores, para cumprimentá-los.

Enquanto isso, muitos professores já se encontram na sala de espera, assistindo televisão ou conversando. Às 13:20h o funcionário responsável por tocar a campainha aperta o dedo com força e começa o corre-corre em direção às salas de aulas - é aquele barulho. Muitos alunos ficam suados devido o calor e também por estarem jogando bola nas áreas livres.

Quando o professor entra na sala, vai logo pedindo silêncio, faz a chamada e, apesar de a turma ser pequena, ainda tem aqueles que não escutam devido às conversas que só diminuem quando o professor reclama. Após a chamada, o professor inicia a aula dando continuidade ao assunto anterior, corrigindo exercícios ou iniciando um novo assunto. Os exercícios eram sempre corrigidos e, na época de provas, sempre tinha revisão. Todos os alunos têm livro, mas, mesmo assim, os assuntos, em sua maioria, são escritos no quadro e depois explicados.

No momento das aulas, somente pequena parte dos alunos não prestava atenção. A metodologia variava: aulas expositivas, seminários, leitura e discussão de textos. Nessas observações, que, geralmente, duravam 45 minutos - tempo de uma hora/aula - e que ocorreu

durante o segundo semestre de 2004, pude perceber três professores que trabalhavam educação sexual em sala de aula: a professora de português, a de ciências e a de religião. A partir dessas observações, comecei a acompanhar mais de perto as aulas dessas professoras.

Em minhas observações, pude perceber como a maioria dos professores percebe e/ou reagem à sexualidade de seus alunos. Muitos fingem não ouvir, ignoram ou reprimem o que, conscientemente ou inconscientemente, o aluno está pedindo através de suas conversas sobre, por exemplo, namoro, virgindade e gravidez, em sala de aula. Ou através de brincadeira com colegas, como beijos e abraços, também no momento da aula, ou até através de indiretas, para o próprio professor, como: professora, você já comeu salsicha; o dindin está mole; estou com um calor danado naquele lugar; dentre outras formas mais explícitas, como o caso da gravidez na escola e o namoro dentro das salas vazias.

No dia-a-dia de acompanhamento das aulas de português na sexta (6^a) e oitava (8^a) séries, a professora, por diversas vezes, abordou assuntos relativos à sexualidade, tais como: formas de relacionamento, as mudanças ocorridas no corpo no período da adolescência, sobre o desejo, relação sexual, gravidez na adolescência, aborto, desilusões amorosas, a influência da mídia e amigos e o tabu sobre o sexo, bem como sobre a importância de conversar com os pais e professores sobre o assunto. Na realidade, a mesma abordava praticamente os mesmos assuntos, tanto nas turmas de sexta (6^a) séries como nas de oitava (8^a) séries.

A metodologia usada era sempre aulas expositivas, do tipo pergunta e resposta, e os assuntos eram sempre sugeridos pelos alunos - eram sempre eles que começavam; às vezes, falavam claramente que queriam conversar sobre determinado assunto ou, então, mediante algum comportamento que a professora entendesse ser necessário para o conteúdo e falar sobre o que eles estavam querendo. Com essa professora (a de português), eles tinham uma relação muito boa, de amizade e confiança, pois, chegavam a confidenciar suas vidas.

Ao perguntar sobre o que a levava a trabalhar a educação sexual na escola, a mesma respondeu:

Sinceramente, são vários motivos: primeiro, porque sou produto de uma época em que falar de sexo na família ou na escola era um verdadeiro tabu e, por isso, sofri as conseqüências da desinformação e aprendi com meus próprios erros; o segundo motivo é que, apesar de muita coisa ter mudado, muitos pais não conversam com seus filhos sobre assuntos relativos à sexualidade, e o professor não pode se omitir; terceiro, por acreditar que a escola e o professor não podem mais só ensinar o que está no livro de determinada disciplina, mas também as questões do dia-a-dia, principalmente o que faz parte da vida desses adolescentes e que se faz urgente, como a sexualidade, em que muitos estão a pedir socorro, expressos de várias formas.

Para essa professora, mais do que transmitir informação, a função educativa da escola deve se orientar para provocar a organização racional da informação fragmentada recebida pelos alunos e fazer a reconstrução crítica dessa informação.

A professora de ciências, no período de observação, ministrou aulas expositivas sobre as DST. Falou dos principais sintomas, dos riscos da automedicação, da transmissão e prevenção. Utilizou também álbum seriado. As alunas⁴ faziam bastante perguntas e, antes de responder, a professora sempre pedia que, quem soubesse, respondesse; nesse momento, sempre duas ou três respondiam, uns discordavam ou concordavam e terminava por ter um debate - o que tornou a aula bastante dinâmica. Apesar de já terem visto esse assunto na sétima (7ª) série, quando a professora está explicando, o olhar delas transparece dúvidas e medo, a ponto de algumas alunas confessarem que tiveram relação sexual sem usar camisinha; as mesmas reconheceram que o melhor método de prevenção é a camisinha.

Em nenhum outro momento essa professora atendeu ao pedido da turma de tirar alguns minutos da aula para falar de assuntos que os mesmos estavam interessados. Vários foram os pedidos, mas vou destacar um: por que os homens podem tudo e a gente não? A resposta foi:

⁴ A turma da 8ª série é composta só por alunas.

Temos que terminar esse assunto, já está atrasado, em um outro momento a gente vê isso. Além do mais, vocês viram tudo isso na sétima (7ª) série, não adianta fugir do assunto, temos que ver pelo menos os principais assuntos; é para o bem de vocês; depois, quando forem fazer um concurso saem falando que a escola não deu todos os assuntos e realmente ficam prejudicados.

O apelo foi tão forte que todos concordaram.

Neste caso, um dos entraves do trabalho da educação sexual me parece ser o tempo das aulas programadas para cumprir certo tipo de assunto, que, conforme o planejamento, “o próprio livro adotado é prioridade”. O interesse do aluno - curiosidade, na maioria das vezes -, é sufocado por esse interesse maior - “os assuntos planejados” – ou por uma suposta fuga da professora sobre o assunto, por insegurança, e por ser, o mesmo, mistificado. Será que o aluno ou aluna, com sua curiosidade e interesse reprimidos ou desviados, conseguirá aprender o que lhes está sendo imposto?

Nas aulas de religião também foram trabalhados assuntos que dizem respeito à educação sexual, que fazem parte do cronograma da disciplina. Em todas as escolas estaduais, o ensino religioso se dá através de apostilas elaboradas pela coordenação de ensino religioso, juntamente com todos os professores dessa disciplina.

Vale ressaltar que, para cada série de quinta a oitava (5ª a 8ª), é elaborada uma apostila que contém assuntos relacionados com a educação sexual. Na sexta (6ª) série foram abordados os assuntos: Conversar em família: o quê? Com quem e quando? e A sexualidade faz parte da nossa vida.

O texto “Conversar em família” mostra que as inúmeras transformações nas organizações e configuração das mesmas faz com que, atualmente, seja questionada a tarefa de educar seus filhos. Nesse processo, os pais que oferecem uma postura de abertura e escutam, possibilitam aos filhos comunicarem as suas idéias, crenças e pensamentos de forma espontânea. O texto mostra, ainda, o resultado de uma pesquisa com adolescente sobre os fatores facilitadores e os limitadores da comunicação com seus familiares, o qual mostra que

os fatores facilitadores são o bom relacionamento, o respeito, a confiança e a união; e os dificultadores, a diferença na maneira de pensar, o fato de não gostarem de contar as coisas pessoais para os pais e a falta de tempo.

O texto “A sexualidade faz parte da nossa vida” aborda as distinções entre sexo e sexualidade e sexo e gênero; e trazem, ainda, um conceito ampliado de sexualidade. Após a leitura e explicação dos mesmos, a professora sempre escrevia umas perguntas no quadro de giz, mas que, nem sempre, eram debatidas na sala de aula.

Na turma da oitava (8ª) série, foram debatidos os seguintes textos: “O significado do prazer”, “Não dá para banalizar o sexo” e, “Nossa identidade sexual.”

O texto “O significado do prazer” fala das várias formas de prazer, sua importância e o que impede de vivê-lo. Após a leitura, foram feitas as seguintes perguntas, pela professora:

- Qual a importância do prazer em nossa vida?
- Prazer tem haver com sexualidade?
- O que nos tira da condição de viver a vida com prazer?
- O que nos dá condições de viver a vida com prazer?
- Que consequência tem, para a humanidade, aprender a viver com prazer?

Todas as questões foram respondidas em forma de debate, sendo que algumas alunas não se manifestaram.

O texto “Não dá para banalizar o sexo” traz para reflexão, da educação sexual, vários pontos importantes: a ampliação das possibilidades sexuais, a sexualidade como fator consumista, a sensualização precoce das crianças e gravidez precoce e indesejada.

Já o outro texto, “Nossa identidade sexual”, é um texto muito interessante que também mostra que a sexualidade sofre modificações quanto aos seus sentidos, à sua função e sua regularização, ao ser deslocado do plano biológico para os da sociedade, da cultura e da

história; também aborda as questões do individual e do coletivo, do proibido e da questão dos papéis sociais do homem e da mulher que nos são impostos. Neste texto, como nos outros, também se fez uma discussão através de três perguntas:

- Como definir sexualidade?
- Porque existem tantos tabus em torno da sexualidade?
- Que importância tem a afirmação da identidade sexual?

As referidas aulas aconteceram durante os meses de setembro e outubro; porque, a partir de novembro, conforme já vem planejado na apostila, os textos trabalhados são bíblicos, voltados para a preparação do Natal.

É interessante dizer que no primeiro semestre foram discutidos os textos “Orientação sexual nas escolas”, “Sexualidade” e “Prostituição”, que, como os outros, fazem parte do conteúdo planejado. Nos textos “Sexualidade” e “Prostituição” são sugeridas uma dinâmica de reflexão sobre o próprio tema, que não foram feitas. Como justificativa, a professora disse: o tempo não dá para fazer dinâmica e discutir o texto; se fizer isso, atraso tudo e; no final; deixo muitos assuntos importantes. Mesmo assim, às vezes, tenho que deixar alguns conteúdos para trás, principalmente aqueles que sei que se repetem em outras apostilas.

Neste caso, o tempo hora-aula é um fator determinante não só dos conteúdos a serem trabalhados, mas, também, da metodologia a ser utilizada com esses ou outros conteúdos.

Através das observações percebi o quanto os conteúdos extracurriculares, neste caso, especificamente, a sexualidade, são escamoteados, ignorados, negados nas práticas escolares, em detrimento dos conteúdos planejados - o que equivale quase sempre ao livro adotado. Caso este, exemplificável, especialmente na disciplina de ciências, em que a sexualidade é discutida na sétima (7^a) série, porque o livro, nos primeiros capítulos, traz dentro de suas páginas essa temática. A grande maioria dos professores ignora, sufoca ou reprime a

manifestação implícita ou explícita da sexualidade de seus alunos, em detrimento a um planejamento burocrático, “obrigatório”, justificável, como conteúdo formativo e que habilitará esses alunos a serem aprovados e/ou reprovados nos testes seletivos dos cursos e/ou concursos.

4.3 A Hora do Recreio: os pátios de recreação e a sala dos professores

A campainha toca. São 15h35min, momento de recreação. Começa o corre-corre de alunos para a fila da merenda, na disputa pelas primeiras vagas, para pegarem seu lanche e irem brincar, conversar ou até mesmo namorar. Nesse tempo de intervalo, muitos alunos rapidamente formam um time, que é composto de meninos e meninas, e começam a jogar basquete na quadra.

É aquela gritaria, agarra-agarra e quedas, terminando todos suados, devido ao calor que é enorme. Às vezes, nessas brincadeiras participam os alunos da manhã, que chegam muito cedo para as aulas de educação física. Outros aproveitavam esse momento para ficar conversando nas salas de aulas, enquanto outros, ainda, aproveitam para namorar, o que era comum na escola - às vezes, o intervalo terminava e esses casais permaneciam nas salas vazias, só retornando à aula minutos após ter começado.

Nesses intervalos, como também nos horários vagos ocasionados pela falta do professor, eu sempre procurava conversar com os alunos. Num primeiro momento, quis saber sobre seus sonhos, perspectiva de futuro, a relação familiar. A maioria vê nos estudos um meio de vencer as dificuldades financeiras, através de um curso superior; outros, passar logo num concurso e trabalhar. Com relação ao relacionamento com a família, a maioria diz não ter problema, mas não conseguem conversar tudo com seus pais, por terem medo da reação dos mesmos.

Após esse primeiro momento, começamos a conversar sobre o que realmente me interessava: educação sexual. A princípio, parecia que todos viam em mim a oportunidade de tirarem suas dúvidas, de falarem livremente sem medo e, até mesmo, desabafarem e contarem sobre suas vidas. Fiquei a me questionar por que esses meninos, em tão pouco tempo de aproximação, menos de dois meses, já expõem suas vidas com uma pessoa praticamente estranha. Lanço uma suposta resposta: falta de confiança estabelecida com seus pais e professores.

A partir daí, perguntei se os mesmos falavam desses assuntos em sala de aula e quais professores eram receptivos a esse tipo de conversa. As respostas foram variadas: sim, não e mais ou menos.

Os alunos da sexta (6^a) série foram os que mais tiveram o “não” como resposta; justificável, talvez, pelo fato de somente os professores de religião e português trabalharem de forma explícita a educação sexual em sua turma, apesar de ser pouco freqüente. Outro fator, que talvez não os faça perceber esse trabalho, pode ser também o fato de que, neste ano, as palestras com profissionais da Secretaria de Saúde e também com universitários não terem ocorrido.

Sobre a questão da não ocorrência de palestras, a Coordenação Pedagógica explicou o seguinte:

A greve alterou não só o calendário escolar, os horários de entrada e saída e a hora-aula, mas, também, todo o processo ensino-aprendizagem. As palestras neste ano se tornaram inviável, porque ocorrem sempre nos horários das aulas e chegam a consumir até três horas-aulas, o que prejudica todo o planejamento; além do mais, elas não entraram no planejamento, já devido a essas questões. No próximo ano, se tudo ocorrer bem, elas voltarão.

Eu quis saber dos próprios alunos da sexta (6^a) série por que, mesmo tendo professores que abordavam na sala de aula assuntos, como, o respeito pelo outro, liberdade, sexualidade

como parte da vida, formas de relacionamento, gravidez precoce, dentre outros, eles não percebiam a prática da educação sexual na escola.

Eu disse que não tem enfermeira; é porque quase não tem mesmo, pois a maioria dos professores faz é dar uns cartões na gente; e se a gente insistir vai para fora da aula, diz que a gente tá é com “frescura”, querendo atrapalhar a aula (Aluno, 6ª série, 14 anos).

É; eu também disse porque são muito pouco. Só dois professores falam; uma porque é legal mesmo, ela não reclama a gente por isso não, só diz: calma gente, no final da aula a gente conversa! Ai, ela fala mesmo, às vezes até fora da aula (Aluna, 6ª série, 13 anos).

Acho que se faz necessário explicar o que chamo “educação sexual explícita”. Nas observações, pude perceber nas escolas pesquisadas dois tipos de educação sexual: a explícita e a não explícita. Denomino “explícita” aquela em que o professor, mesmo dentro de suas limitações, aborda assuntos relativos à sexualidade na escola, permitindo aos alunos manifestarem suas idéias, pensamentos, dúvidas e certezas, como, também, compartilhá-los com os outros - é, assim, um momento de reflexão. Enquanto que a “não-explícita” é aquela que está oculta nas normas, ações e atos dos diretores, coordenadores e professores. Há vários exemplos, dentre os quais: silêncio, mesmo mediante os apelos dos alunos; o controle do olhar; o sorriso irônico; e o cochicho. Como nos diz Guimarães (2002, p. 102), nesse tipo de educação:

O que é peculiar, porém, é que os professores em geral não assumem que estejam educando sexualmente, assim como o aluno também não tem consciência de que está sendo influenciado pela escola, nessa área. Há como que uma inocência de mão dupla, o que oculta a perpetuação de determinadas posturas preconceituosas, discriminatórias, desinformadoras, medrosas e ameaçadoras.

Na rotina de trabalho interativo com os alunos, os professores estão sempre a revelar como lidam com a dinâmica interpessoal, como se aceitam, como se colocam frente à sexualidade própria e dos outros. Enfim, demonstraram a sua carga de medos, preconceitos, tabus, assim como de compreensão, aceitação e experiência de prazer, de alegria, deixando transparecer em seu cotidiano profissional o tipo de educação sexual exercida.

Em uma das conversas, dentre as várias que tive com a turma da oitava (8^a) série, as alunas falaram que uma de suas colegas de sala de aula tinha engravidado do namorado e, por isso, desistiu, mesmo aconselhada pelos professores a continuar. Nessa hora, uma aluna disse o seguinte: “Sabe, enfermeira, é por isso que eu prefiro ter uma sexualidade fraca”. Então, perguntei o que significava “sexualidade fraca” e ela sorriu bastante e depois respondeu:

Foi assim, eu tinha um namorado que a gente já namorava há seis meses e ele sempre queria transar e eu não. Aí ele disse que eu era medrosa, fria, que tinha uma sexualidade fraca e terminou o namoro. Ainda bem que eu não transei, pois ele não gostava de mim não, queria era só transar. E, também, tenho umas colegas que fizeram só pra dizer que não são frias e se arrependeram. Não é que quero casar virgem, é porque acho que não é o momento [...] O que eu quero é mesmo fazer universidade (Aluna, 8^a série, 16 anos).

Percebe-se nesta afirmação que há um claro exemplo de superioridade do sexo masculino sobre o feminino; fato, este, que tem sustentabilidade na família e também na escola. Portanto, a educação sexual tem uma grande tarefa, que é superar o “sexismo”, forma de manutenção da estereotipia dos comportamentos masculinos e femininos. Trata-se, também, de uma tática do homem para conseguir a relação sexual.

No momento do recreio, eu também aproveitava para conversar com os professores, quando se encontravam todos juntos. Nas muitas conversas que tivemos sobre família, escola e educação, todos os professores disseram ser a favor da educação sexual na escola. No

entanto, a grande maioria, quando perguntada se trabalhava algum assunto relativo a essa temática, tinha as mais variadas respostas.

Falar de sexo é muito complicado, principalmente com os adolescentes, que estão cheios de idéias preconcebidas por receberem informações de várias fontes. Por tudo isso, prefiro não trabalhar com educação sexual; além do mais, não sou a favor do faz de conta na educação, do amadorismo. Acho-me tradicional, só ensino o que sei, o que estou preparada (Professora de Artes).

Sou a favor da educação sexual na escola. Acredito até que todos nós, professores, sejamos capazes, independente da área de formação, da educação familiar e da religião. Mas, antes, é preciso que nos seja oferecida uma capacitação, não como a que foi feita com os PCN, em que nos reuníamos e discutíamos os temas transversais, mas, sim, uma capacitação que nos dê respaldo teórico e metodológico e, se possível, até com técnicas de simulação. No dia que a Secretaria de Educação disponibilizar um curso desse tipo, com certeza, vou trabalhar educação sexual com meus alunos (Professora de matemática).

Não trabalho a educação sexual porque não me sinto capaz. Já os outros temas transversais, sempre que possível, abordo nas aulas. Sou a favor dos professores que se disponibilizam; até os incentivos (Professora de Geografia).

Os professores que não implementam a educação sexual têm as mais variadas justificativas, sendo a mais contundente a questão da falta de preparo teórico-metodológico. Percebi que os mesmos não reivindicam um curso do tipo graduação ou especialização em educação sexual, mas, sim, cursos que possam mostrar o caminho mais eficaz para suas práticas; não só no sentido da bibliografia, mas da metodologia e dos recursos facilitadores.

4.4 Escola Particular: história e rotina

Em 1951, mesmo sendo uma cidade muito pequena, Floriano já servia de referência em termos de comércio e educação para as cidades circunvizinhas. Mas, em relação ao ensino para crianças, havia grande carência; e foi neste intuito que o pároco da cidade, naquela

época, o padre Pedro da Silva Oliveira, iniciou, em primeiro de março de 1951, uma pequena escola que, mais tarde, seria das irmãs Mercedárias, futuro Colégio das Irmãs.

Apesar de ter iniciado as aulas em primeiro de março, a escola foi inaugurada somente no dia trinta do mesmo mês, na presença do prefeito de Floriano, na época, o médico Tibério Barbosa Nunes, e outras autoridade. Suas primeiras colaboradoras foram as professoras Francisca Alves da Silva e Emilia Martins.

Durante um ano, o padre Pedro, juntamente com Dom Expedito - na época, bispo da Diocese Oeiras-Floriano -, que também sonhava com a abertura de uma comunidade religiosa na cidade, entraram em contato com as irmãs Mercedárias Missionárias do Brasil, residentes em São Raimundo Nonato (PI), através de Dom Inocêncio Lopez Santamaria, bispo da cidade de Bom Jesus, pedindo que estas fundassem uma comunidade em Floriano, com a proposta de assumir o colégio recém-fundado. Mesmo com um número limitado de freiras, Madre Lúcia Etchpare, fundadora da congregação, aceitou o pedido, mas as freiras só vieram no ano seguinte.

As freiras assumiram o colégio em 1952, tendo como diretora a Irmã Verônica Andrade, e começaram a dar um novo impulso à construção do prédio. A princípio, a escola receberia o nome de Dona Betina, em sinal de gratidão, por esta ter dado o terreno para a igreja. No entanto, a mesma pediu que fosse colocado o nome de Santa Edwiges, em homenagem à santa e à sua sobrinha e filha adotiva, que tem esse mesmo nome.

A escola, até o ano de 1953, só funcionava com o ensino infantil e o fundamental de 1ª a 4ª série e, a cada ano, foi dado início a uma nova série com o objetivo de acolher os alunos da escola e dar resposta à procura dos novos alunos. Atualmente, a escola funciona nas modalidades de ensino infantil e fundamental de primeira (1ª) a oitava (8ª) séries.

4.5 O Interior da Escola e suas Rotinas

Com uma estrutura física excelente, em forma de blocos, a escola está assim constituída: no primeiro bloco, ficam as salas de arquivo, da diretoria, da administração financeira, dos professores e a recepção; no segundo, ficam seis salas de aulas - onde funcionam as séries da sexta (6^a) a oitava (8^a); no terceiro bloco ficam a sala de informática e de vídeo, a cantina e quatro salas de aulas destinadas à quarta (4^a) e quinta (5^a) séries; no quarto bloco ficam as três salas de aula do ensino infantil, o parque de diversão e o laboratório de ciências. Ainda existem dois blocos laterais, sendo que no bloco à esquerda fica a capela e no bloco à direita ficam a sala de coordenação pedagógica, três salas de aula - de primeira (1^a) a terceira (3^a) série -, banheiros e o auditório. A escola possui ainda uma quadra de esporte, três áreas abertas e uma área coberta.

A escola funciona somente no período da manhã; a tarde fica destinada à aula de educação física e pesquisa na biblioteca.

O corpo discente é formado por 457 alunos, regularmente matriculados para o ano de 2004, e todos permaneceram até o final do ano letivo. A escola conta, ainda, com um excelente quadro funcional composto por 27 professores - todos graduados e atuando em suas áreas de formação; dois coordenadores; uma diretora, nomeada pela madre superiora da congregação, que, por norma, sempre é uma freira; quatro auxiliares de serviço; quatro vigias; uma tesoureira; duas secretárias; e cinco agentes administrativas; além de outras freiras que também ajudam na escola.

4.6 A Escola: a hora da chegada e a hora da saída

Antes das sete horas da manhã, o portão principal da escola é aberto e começa a chegada dos alunos. Muitos, antes de adentrar os portões, batem papo; outros se cumprimentam em forma de abraços e beijos; outros, ainda, se despedem dos pais e só depois

entram na escola, dirigindo-se para suas salas. Alguns ficam logo na sala, resolvendo deveres, e, às vezes, copiando o dever do outro. Já têm outros que aproveitam esse momento para colocar as fofocas em dias e outros que saem para a área livre, sentam nos bancos e ficam conversando, vão ao bebedouro ou ao banheiro. No horário da entrada, é aquele silêncio, pois, estão sob vários olhares: do vigia, da recepcionista e, às vezes, da Coordenação e /ou Direção.

Antes das 07h30min, todos os professores já têm chegado, pois, são muito pontuais, e estão em sua sala conversando, tomando um cafezinho ou pegando seu material. Uma vez ou outra, surge um aluno querendo tirar alguma dúvida sobre o assunto do dia anterior ou sobre o dever. Já outros professores, às vezes, se dirigem direto para a biblioteca, com o objetivo de pesquisar algum assunto, ver livros para os alunos pesquisarem ou apenas para ler revistas, como a Veja, a Isto É ou a Revista do Professor.

Às 07h30min, uma funcionária da escola puxa na corda de um badalo, tipo sino de igreja, os portões da escola se fecham e todos os alunos e professores se dirigem às suas respectivas salas de aula. Os alunos geralmente são muito pontuais, até porque a maioria deles vem acompanhada de seus pais. Além do mais, em relação às faltas, estas também são mínimas e têm justificativas dadas pelos pais e/ou responsáveis, pois, neste último caso, muitos desses alunos são de outras cidades e até mesmo outros Estados.

O horário da saída, aqui, também como o recreio, tem uma característica diferente por se fazer em três períodos - isto significa que o sino toca várias vezes, tanto para o horário dos recreios como para os da saída da escola. Às 11h40min saem as turmas do ensino infantil; às 11h50min, saem as turmas de primeira (1ª) a quarta (4ª) séries; e às 12h00min, as turmas de quinta (5ª) a oitava (8ª) séries.

Às 12 horas, quando o sino toca, os meninos saem eufóricos, todos rápidos, brincando, conversando; uns correm, outros gritam, uns trombam nos outros. Têm meninos que tiram um boné ou chapéu da bolsa e colocam na cabeça e saem fazendo charme para as meninas. Já as

meninas, muitas já saem arrumando os cabelos, passando batom e, a partir do portão da saída dos blocos de aula para a recepção, alguns casais se abraçam, beijam no rosto e até saem de mãos dadas ou abraçados; mesmo alguns sendo namorados, não deixam transparecer, já que a diretora geralmente fica na sala de recepção observando tudo. Meninas também se abraçam, saem de mãos dadas e, a partir do portão que fica da recepção para a rua, os casais de namorados demonstram mais seu afeto pelas ruas próximas à escola, no caminho de casa; já que, na mesma, todos sabem que o namoro entre alunos é proibido.

4.7 Os Horários das Aulas

Durante minha pesquisa, registrei todas as minhas observações. Às 07h30min, quando o sino toca, todos os professores e aqueles alunos que ainda não se encontravam na sala de aula dirigem-se para a mesma. Alguns que estão na sala saem para ir ao bebedouro ou banheiro - muitas vezes, utilizados como fuga instantânea daquele início de aula ou mesmo fuga da própria aula, dependendo da disciplina e/ou do professor.

É norma da escola, antes da primeira aula do dia, cada professor em sala de aula iniciar com a oração do Pai-Nosso - não adianta pedir para ir ao banheiro ou bebedouro, porque a oração só começa com todos; por isso, esse truque não funciona. Na hora da reza, todos ficam de pé, se benzem e o professor começa a rezar para que todos o acompanhem. Nesse momento, uns fingem rezar e, com a mão do lado ou por trás, começam a dar “dedada” uns nos outros - uns fazem gestos de risos, uns fingem que estão rezando e os que ficavam nas últimas filas, às vezes, nem abrem a boca. Tem professores que perdem a paciência e começam a reclamar mesmo na hora da oração.

Após a oração, começa a aula, que geralmente dá continuidade à matéria anterior ou inicia um novo assunto; às vezes, quando próximo ao período de provas, era feita uma revisão. Vale ressaltar que, após o momento da oração, geralmente tinha um sermão referente

ao comportamento dos alunos. Por ser o momento de oração e por ter uma visita presente, no entanto, uma pessoa estranha ao corpo da escola, muitas vezes, esse sermão era seguido de ameaças de retirada de pontos da prova, algo que era feito através de anotação no caderno do professor com o nome do aluno e quanto seria o valor a diminuir.

Nas aulas, dependendo do assunto e/ou professor, a sala se tornava imprópria à aprendizagem, pois, mesmo as ameaças de diminuir pontos, mandar para a coordenação e/ou direção ou até mesmo perderem o direito de recreio por uma semana (coisa que era constante), não faziam os alunos se comportarem melhor ou dar a atenção devida ou esperada pelo professor.

A meu ver, a aula não tinha atrativo para chamar a atenção do aluno. Por vezes, o assunto era bastante chato e a metodologia do professor - de falar, mandar o aluno ler ou ir ao quadro - não correspondia aos anseios dos mesmos.

Apesar desses tipos de aulas, existiam aquelas em que eu me surpreendia, pois, a turma de alunos parecia outra - os mesmos participavam, embora tendo uma conversa ou outra; o que é normal de uma sala de aula. Os professores responsáveis por essas aulas, mesmo tendo uma metodologia parecida com os outros, sabiam envolver os alunos a ponto de não perderem o interesse na aula, por mais difícil ou desinteressante que fosse o assunto.

Percebi, nessas aulas, que eram vários os motivos pelos quais os alunos não respondiam a contento, ou como o esperado de um aluno na sala de aula: a) a metodologia de aulas expositivas, que correspondem a praticamente 90% das aulas; b) o professor não ouvia seus anseios, pedidos de socorro, pois, muitas vezes, o professor estava falando de determinado assunto e eles estavam conversando entre si, de outros, como, por exemplo, de fatos passados na novela, no jornal, revistas, com a família, com amigos ou consigo mesmo; c) o sino tocava às 09h10minh e às 09h30minh - início e final de recreio do ensino infantil - e às 09h35min e às 09h55min - início e final do recreio do ensino fundamental de primeira (1ª)

a quarta (4ª) série, o que dispersava a atenção; e d) a área de recreação fica entre os blocos - nesse momento, os pequenos gritam, correm, choram, é um verdadeiro burburinho, tornando o ambiente praticamente impróprio à concentração.

Durante praticamente dois meses, fiquei observando todas as aulas para descobrir qual professor abordava temas relacionados com a educação sexual. Isso já estava me angustiando, pois, durante esse tempo só percebi um professor que constantemente abordava assuntos relacionados à sexualidade. Esse professor utilizava outras metodologias, como, filme, debate com a turma, ou seja, discussão sobre o filme, e tocava violão com os mesmos.

O professor dessa disciplina me surpreendeu bastante pelo fato de ser o professor de religião, uma disciplina que se imagina ser cheia de formalidades e, no entanto, está aberta para as questões extracurriculares, tão importantes na atualidade. Qualquer pessoa poderia imaginar ser a disciplina mais entediante para os jovens, mas, pode-se perceber nesse caso que a visão de mundo do professor e a metodologia utilizada é que são fundamentais para despertar o interesse ensino-aprendizagem no aluno. Pois com nos diz Barbosa (2002a, p. 18),

Os ensinamentos não podem continuar sendo somente livrescos, exigindo muito da memória e pouco da consciência. Devem ser ensinamentos capazes de serem pensados, lembrados, agidos relacionados, frutos da integração entre as idéias, os sentimentos e as ações e soluções. Nessa forma de trabalho, o modelo do professor e da professora, as atitudes que adotam frente ao mundo e os problemas próximos e distantes, também ensinam.

Após o filme, cada aluno fazia um comentário escrito ou falado, dizendo o que entendeu e que reflexões trazem para vida dos mesmos. Esses comentários viravam verdadeiro debate e, a partir daí, surgiam exemplos de casos que os mesmos conheciam ou tinham vivenciado.

Os debates giram em torno de vários assuntos: casamento, divórcio, família, namoro, “ficar”, gravidez na adolescência, aborto e, a tão sonhada, liberdade dos adolescentes – longe

da cobrança dos pais, assuntos esses, quase sempre relacionados aos filmes e que, às vezes, extrapolavam-nos.

Esses filmes eram sempre passados no horário da aula; como o tempo de uma hora de aula não é suficiente para ver um filme todo, entre o término e a reflexão do mesmo eram utilizadas três aulas.

Durante o período de observação dessas aulas, que aconteceu no segundo semestre de 2004, foram assistido os seguintes filmes: “Curtindo a liberdade”, “Meu novo amor” e “A vida secreta de uma adolescente”.

“Curtindo a liberdade” é um filme que fala da liberdade que todo adolescente almeja: sair sozinho ou com amigos para as festas, viajar, namorar ou fazer algum tipo de aventura longe dos pais ou de seguranças, sem ter a sensação de ser vigiado ou controlado o tempo todo.

O filme “Meu novo amor” acontece basicamente em torno de três famílias, mostrando em cada uma as diferentes formas de relacionamento dos casais e destes com seus filhos; aborda, ainda, questões como: o conservadorismo, desestruturação dos lares (separação e divórcio), namoro, “ficar”, gravidez na adolescência, virgindade, primeira paixão, desilusões amorosas e conflitos da transição criança-adolescência-adulto.

Já o filme “A vida secreta de uma adolescente”, mostra um tipo de adolescente que toda família deseja: responsável, estudiosa, obediente e que faz até trabalhos sociais, como visitar um abrigo de idosos e ajudar nos trabalhos. Após a separação dos pais, ela começa a mentir, a se afastar das amigas da escola e até a roubar, por ter-se envolvido com o mundo das drogas.

Todos os três filmes foram passados para os alunos das oitavas (8ª) séries; no entanto, para os alunos das 6ª séries, somente o filme “Meu novo amor”. Ainda no primeiro semestre do ano, segundo informações do professor e dos alunos, foi passada uma fita da Editora

Paulinas, que fala das transformações da adolescência, namoro, gravidez, métodos preventivos e DST. A título de curiosidade, pedi, ao professor de religião, a fita para assistir.

Na verdade, o título da fita é Educação Sexual e está dividido em quatro partes: Nosso corpo, Fertilidade e sexualidade, Gravidez na adolescência e Métodos anticoncepcionais esta última parte trata das DST. O cenário é uma escola religiosa, em que um casal de adolescentes, bem informado pelos pais e pela escola, discute entre si esses assuntos. Todos os temas, após a discussão dos adolescentes, são tratados por profissionais da saúde, especialmente médicos.

À parte, “Nosso corpo” mostra as transformações físicas que ocorrem no período infância-adolescência e como os adolescentes reagem a essas transformações, bem como as comparações que fazem uns com os outros. “Fertilidade e sexualidade” trata do namoro, do desejo, prazer, reprodução e dos riscos de uma gravidez nesse período da vida. “Gravidez na adolescência” e “Métodos anticoncepcionais” mostram uma adolescente grávida que não está aceitando a gravidez e pensa em fazer aborto; também apresentam entrevistas com outras adolescentes que já passaram por essa experiência, discute sobre virgindade e uma médica comenta os sinais e sintomas da gravidez e os métodos anticoncepcionais. A última parte mostra um casal de adolescentes após a aula discutindo sobre as DST. Logo em seguida, vários médicos falam sobre os tipos, sintomas, tratamentos, prevenção e estatísticas dessas principais doenças.

Todas essas fitas têm um conteúdo excelente, mas a clientela é selecionada; somente os meninos das 7ª e 8ª séries podem assisti-los. Os alunos da 6ª série, com exceção do filme “Meu novo amor”, não assistiram os demais. A escola seleciona, através da idade, o que o aluno pode ou não ver; é como se este aluno não tivesse acesso a outros meios de informações e, na idade deles, que varia de 10 a 14 anos, não tivessem curiosidades ou fossem incapazes de discutir esses assuntos.

Do que pude perceber, pela vontade do professor, esses filmes seriam passados em todas as salas que o mesmo trabalha - se não o faz é por obediência ao tipo de instituição - escola religiosa -, que, na questão da educação sexual, apesar de ter um discurso de que é importante e necessária em todas as idades, na prática se faz diferente.

4.8 Hora do Recreio: na sala dos professores

Através da observação, não presenciei nenhum outro professor abordar assuntos relacionados à educação sexual, mas, conversando com os professores na sala dos mesmos, a professora de ciências das sextas (6^a) séries disse-me que já tinha abordado assuntos relacionados à sexualidade na sala de aula por insistência dos alunos. Segundo a mesma, no primeiro semestre, falou dos órgãos genitais masculinos e femininos com seus alunos, mas não se sentia bem falando dessas coisas; talvez fosse fruto da sua educação familiar e, também, não era assunto relacionado com a série e, portanto, atrapalhava a programação.

Já o outro professor de ciência das sétimas (7^a) e oitavas (8^a) séries, disse que na sétima (7^a) série ele fala de tudo isso, pois, o livro já traz capítulos relativos à educação sexual, e que na oitava (8^a) série não tem como o fazer, porque nesta série são incluídas duas novas disciplinas – química e física. No entanto, em conversas particulares ou em grupo extra-sala de aula, constantemente é procurado pelos alunos para conversar.

De fato, os livros de ciências da sétima (7^a) série atualmente abordam não só o corpo humano - sistema reprodutor masculino e feminino -, vai muito além; ele engloba todos os blocos de conteúdos previstos nos PCN referente à educação sexual.

No entanto, de todas as disciplinas que compõem a grade curricular do ensino médio, somente a disciplina de ciências da sétima (7^a) traz assuntos relacionados à educação sexual implícita em sua programação normal, o que obriga o professor, de certa forma, a abordar questões afetas à sexualidade, independente de sua vontade ou preparação.

Percebe-se que há um grande vazio entre as séries anteriores e as posteriores à sétima (7ª) série, já que nenhum outro livro traz obrigatoriamente questões relativas à sexualidade imbuídas em suas páginas.

Os demais professores são unânimes em dizer que sexualidade tem relação maior com professores de ciências. Além disso, na escola, além do professor de ciências, tem o professor de religião, que trabalha a educação sexual na escola muito bem e é muito envolvido com esse assunto (educação sexual). Lembrem, ainda, que a escola também oferece palestras com profissionais da saúde sobre assuntos relacionados à sexualidade e, portanto, não há necessidade de todos se envolverem, até porque têm um planejamento a cumprir e também há disciplinas que não têm como se relacionar com a educação sexual; por isso, trabalham os temas transversais, que têm maior relação com suas disciplinas, e, assim, não saem tanto do assunto planejado.

É perceptível, como observado na escola pública, a não prática da educação sexual pela grande maioria de seus professores, em detrimento de um conteúdo curricular, planejado; fato, esse, justificável mais por uma fuga da discussão dessa temática, ocasionada por insegurança de ordem psicológica e formativa (profissional), advinda da mistificação da sexualidade, do que propriamente da obrigatoriedade do cumprimento dos conteúdos convencionais.

Ao que se refere às palestras, vale ressaltar que a escola, anualmente, no mês de junho, especialmente na semana do dia dos namorados, oferece uma única palestra sobre sexualidade para (exclusivamente) os alunos da sétima (7ª) e oitava (8ª) série - palestras que geralmente são dadas por psicólogos. Os demais não assistem a tal palestra, por não serem convidados.

Pelo fato de essas palestras geralmente serem dadas por psicólogos, muitos alunos disseram que não as assistem por associarem o profissional psicólogo a pessoas que estão com problemas. E, por isso, acham que a escola está relacionando a sua sexualidade e a

adolescência a problemas - e os mesmos não aceitam esse tipo de relação. A meu ver, a escola não faz esse tipo de relação, é apenas uma percepção equivocada por parte de alguns dos alunos; mas sou a favor de que sejam convidados outros profissionais, pois, serviria de estímulo contínuo para que os mesmos participassem, além do mais, é outra pessoa que, com certeza, também tem outra visão de mundo.

A escola, apesar de não desenvolver ações de educação sexual sistemática e contínua com todos os alunos, como sugere os PCN que trata da educação sexual, mostra, por parte de alguns professores, vontade, flexibilidade, disponibilidade e abertura para trabalhar essas questões.

Sempre procurava me aproximar dos grupos de alunos, revezando por semana, de acordo com a série. Nesses grupos, que nunca eram só da sexta (6^a) e oitava (8^a) séries, conversávamos praticamente sobre tudo: carreira profissional, desemprego, política, sobre o colégio, namoro, aborto, ser criança, ser adolescente, família, relação sexual, métodos de prevenção da gravidez e DST e, ainda, sobre educação sexual na escola, dentre outros.

Nessas conversas, parece que eles queriam tirar todas as suas dúvidas, mas, sempre no momento das perguntas, baixavam o tom de voz como se tivessem medo que alguém os ouvisse. Na seqüência, apresento exemplo de algumas perguntas feitas por alunos das sexta (6^a) e oitava (8^a) séries:

- Fumar ou beber durante a gravidez prejudica o bebê?
- Como se deve agir na primeira relação sexual?
- Por que algumas mulheres têm cólicas menstruais?
- O que a menina faz enquanto o menino está colocando a camisinha?
- A primeira vez dói mesmo?
- Só é virgem se na primeira vez sangrar?
- Sexo oral ou anal tem mais risco de pegar AIDS?

- É preciso colocar camisinha para fazer sexo oral e/ou anal, ou só no local normal (vagina)?
- Por que tem homem que dói o pênis quando transa?
- Mesmo ejaculando fora, a mulher pode engravidar?

Essas são apenas algumas das muitas perguntas que me fizeram. Vale ressaltar que, entre uma pergunta e outra, havia boas gargalhadas, parecendo até que eu era uma garota ou garoto como eles. Depois de várias conversas e muitos encontros, perguntei para eles se faziam essas perguntas para seus pais ou professores; todos disseram que com seus pais não havia possibilidade, pois, eles iam pensar que já estavam transando, fazendo coisas que não deviam. Com relação aos professores, alguns disseram que não, pois, poderiam reagir como seus pais; outros falaram que talvez com o professor de religião, porque era aberto e, com certeza, não iria julgá-los.

Percebe-se que o aluno ainda não adquiriu a devida confiança e liberdade com seus professores para tirar dúvidas que fazem parte do seu dia-a-dia; e, por isso, vão buscar respostas nos livros, nas revistas, na televisão ou entre eles mesmos – mas, como eles mesmos dizem, nem sempre encontram respostas.

É necessário, portanto, que a escola valorize mais os temas extracurriculares, como os temas transversais; que aproxime mais os professores de seus alunos; e que deixe se desenvolver uma relação de empatia entre aluno e professor, expressa numa relação de confiança mútua, para que o aluno possa expressar suas dúvidas e certezas sem medo de ser julgado, discriminado ou entregue aos pais, ou que sirvam de chacotas.

5 A CONCRETUDE DA EDUCAÇÃO SEXUAL NA FALA DOS QUE EDUCAM E DOS QUE SÃO EDUCADOS

Considerando os aspectos históricos e conjunturais e a realidade do ensino brasileiro voltado para a formalização do conhecimento, e como se apresenta a educação sexual no contexto da escola pública e particular de ensino fundamental, onde aconteceu essa pesquisa⁵?

Escolhi além da observação, entrevistar professores e alunos porque, em suas falas, poderiam explicitar melhor o cotidiano escolar. O vocabulário, as expressões, a entonação, os silêncios, os gestos, a alteração de ritmo, as mudanças de postura revelam o “ser sexual”. O discurso pode vir com o verniz da insinuação, com o jogo de brincadeira ou com o vazio de descompromisso.

Nas entrevistas, encontrei mais a empatia da reciprocidade do que o bater das verbalizações vazias, que, às vezes, surgem em falas para serem gravadas. O que se dizia era o que se experimentava realmente na vida; por isso, essas entrevistas tornaram-se trocas e discussões fecundas, num clima de interação recíproca.

Procurei a informação tanto com os professores como com os alunos. Tentei adentrar o universo dos entrevistados, desde a maneira como eles mesmos percebem a sexualidade até a forma como vêem a educação sexual. E, ainda, como os professores percebem sua prática de educadores sexuais.

5.1 A Sexualidade na Concepção dos que Educam

Fruto de nossa educação familiar e escolar, dos mitos e tabus gerados em torno do tema, conceituar sexualidade causa constrangimento, faltam palavras, carece de tempo para

⁵ Os dados das duas escolas foram analisados em conjunto, por não apresentarem significativas diferenças. No entanto, no final de cada item, foram incluídos comentários sobre diferenças e/ou semelhanças de concepções e práticas entre as escolas.

pensar e arrumar as idéias, até mesmo aos professores. Muitos deles, mesmo a entendendo como mais do que o ato sexual e a reprodução, não conseguem se expressar verbalmente – como pode ser observado nas falas abaixo.

Eu acho que a sexualidade é uma atração, desejo, o descobrimento de si e do outro no que diz respeito à vida (Professora de Ciências, 49 anos, escola particular).

Sexualidade é o encontro, descobrimento do homem e da mulher, de si, ao longo da vida e do mundo (Professora de Ciências, 32anos, escola pública).

É uma dimensão fundamental do ser humano, é a forma como ele se reconhece na sua potencialidade maior de perceber o mundo e na sua capacidade de gerar vida (Professor de religião, 42 anos, escola particular).

No entanto, outros professores, mesmo com dificuldades de expressarem seus pensamentos, conseguem visualizar a sexualidade além do biológico, numa dimensão cultural, social e histórica.

Sexualidade é algo além do sexo, do biológico em si, dos tabus e dos mitos (Professora de português, 52 anos, escola pública).

Eu vejo a sexualidade como algo comum da vida das pessoas e que vai sofrendo modificações de acordo com o tempo, época. No meu tempo de jovem era de uma forma, hoje é vista de outra. E nós, todos, temos que acompanhar essa evolução (Professora de religião, 51 anos, escola pública).

Esse conceito, que, em princípio, parece ter uma dimensão abstrata, se extrapola para o concreto, na forma de perceber a sexualidade de seus alunos. É um olhar seletivo, direcionado para a limitação do biológico e até do proibido. Essa percepção é também manifestada pelos professores que concebem outras dimensões da sexualidade, pois, quando perguntados se já observaram fatos relacionados à sexualidade dos alunos responderam:

Na escola, vejo a questão do namoro, gestação em alunas adolescentes (professora, 32 anos, escola pública).

Eu percebo a sexualidade mais especialmente nos meninos; por ter que mostrar que são homens, falam de namoro, relação sexual, fazem desenhos sexy (Professor de ciências, 25 anos, escola particular).

Eu percebo a sexualidade nas piadas, palavrões e até na gravidez precoce (Professora de religião, 51 anos, escola pública).

Percebo o interesse dos alunos por seu próprio corpo e dos outros no sentido das transformações da própria adolescência (Professora de Ciências, 49 anos, escola particular).

Trata-se, portanto, de limites de nossa formação e impedimentos de nossa cultura e informação sobre o tema, o que leva a provocar no espaço institucional escolar também limitação na forma do perceber e abordar a sexualidade com tema curricular (NUNES e SILVA, 2000).

Apesar dessa limitação conceitual e perceptiva, todos os professores das escolas pesquisadas são unânimes de que a exteriorização da sexualidade de seus alunos é também produto do meio cultural e social em que vivem. Alguns vão além, e já apontam a escola como importante agente pedagógico no processo de educação sexual.

Eu penso que eles estão recebendo informações sobre sexualidade de várias fontes, e isso se reflete no comportamento sexual que exteriorizam. Portanto, não podemos fechar os olhos e negarmos nossa própria responsabilidade de educadores de quê, se negarmos os conteúdos extracurriculares (Professora de ciências, 32 anos, escola pública).

Eu acho que eles manifestam uma sexualidade múltipla, proveniente não só da fase em que se encontram - a adolescência-, mas, também, de todo meio em que vivem. Por isso, o que a gente tem que fazer é orientar, tirar dúvidas, não adianta proibir (Professor de ciências, 25 anos, escola particular).

Por um lado, acho normal, vendo o período de suas vidas – adolescência; já por outro, uma gama de estímulos sexuais, através das novelas, revistas, propagandas e tudo isso se reflete no comportamento deles. Esses meninos

não conseguem ter ainda um pensamento crítico e deixam se levar pela emoção, influência, modismo. Sei que nisso a escola tem uma grande responsabilidade (Professora de religião, 51 anos, escola pública).

Olhando como muitos jovens se comportam, agem sexualmente, a gente pensa várias coisas: primeiro, no sexo como consumo, modelo predominante na mídia, na indústria do entretenimento e na mercantilização do corpo e, segundo, na família e escola. Penso que os pais e a escola não estão fazendo seu trabalho como deveriam, principalmente a escola. Mas a escola, digo nós, professores, estamos nos dando conta agora; só que ainda estamos aprendendo (Professor de religião, 42 anos, escola particular).

Através de suas falas, os professores dão indícios de onde provêm os conhecimentos dos alunos sobre sexualidade e que esses conhecimentos são perceptíveis no comportamento e agir dos mesmos. Mostram, ainda, a escola e a família, como as possíveis instituições capazes de interagir e agir nesse processo, principalmente a escola. Ao mesmo tempo, enfatizam a fragilidade dessa última.

Para que a sexualidade passe a ser tratada seriamente e seja entendida e debatida pelo jovem, ela deve fazer parte da estrutura que a escola tem hoje. Conforme Egypto (2003), se o assunto permanecer à margem, se ficar em momentos eventuais, não tem maior significado na vida dos alunos nem dá conta das suas necessidades. É evidente que esse trabalho pode ser feito também na área da saúde, mas a escola é um espaço onde as crianças e adolescentes convivem por mais tempo. Então, é o melhor lugar para que esse trabalho aconteça de forma regular, porque também é importante continuar discutindo a questão da sexualidade; não só pelas dificuldades históricas que todos conhecemos (repressão, censura, discriminação de gênero, preconceito), mas porque ainda hoje a desinformação é muito grande.

No que diz respeito às fontes informantes dos alunos sobre sexualidade, é consenso entre os professores que a escola apresenta a menor proporção nessa escalada, em que o modelo dominante da sociedade de massas reduziu a revolução sexual de fundamentos filosóficos e políticos a uma descompressão de práticas sexuais compensatórias, reificadas,

quantitativas e desumanizadas. A sexualidade, como objeto de consumo, como prática compulsiva de catarse pessoal e coletiva, é modelo predominante na mídia, nas filmografias pornô, na coreografia do apelo sexual que ocupam um dos mais preciosos espaços de alienação.

Eu percebo que eles têm muitos conhecimentos baseados na mídia, principalmente a televisão e as revistas. Percebo que a televisão dita modas, regras e que os jovens, sem terem quem os ajude a refletir, consomem-nas. Digo isso porque a escola faz esse trabalho ainda de forma medrosa e sem meios atrativos (Professora de português, 52 anos, escola pública).

Eu acredito que pequena parte seja na escola ou em casa. Mas a gente percebe que a maior parte é através dos meios de comunicação, até porque eles sabem como prender a atenção dos jovens (Professora de ciências, 49 anos, escola particular).

Apesar de os meios de comunicação exercerem um poder fascinante sobre as crianças e os jovens, os professores acreditam no poder de ação conjunta família-escola, mas, principalmente a escola - como provocadora de reflexão e espírito crítico naquele que é consumido por essas crianças e jovens.

Acho que nunca se falou tanto em sexo como atualmente. Segundo Egypto (2003), nunca se mostrou, pelo menos no Brasil, tanta coisa a respeito de sexo, mas não existe espaço para reflexão. Há muito estímulo, muita excitação, mas pouca ou nenhuma reflexão. O que acontece com as crianças e adolescentes é que eles não conseguem se situar nesse emaranhado de coisas e ficam respondendo àquela sexualidade “sacana”, àquela coisa consumista. Mas, o que recebem por isso? Muitos estímulos e nenhuma reflexão. Por isso, a escola tem uma missão muito importante: ajudar a decodificar as mensagens dos meios de comunicação por meio de uma visão crítica.

Eu acredito que as crianças e os adolescentes serão melhores informados através da família e escola. Eu tenho convicção que a escola é o local apropriado para se aprofundar os conhecimentos, desmistificar os tabus do sexo, as influências da mídia, até porque a escola ainda é o ponto de referência para a aprendizagem e as transformações do homem em termo de crescer e errar menos pelo conhecimento (Professor de religião, 42 anos, escola particular).

A meu ver, através da família e escola. A escola, hoje, através da transversalidade tem uma responsabilidade maior de fazer esses jovens perceberem o mundo da sexualidade com um olhar crítico e reflexivo. No entanto, deparamo-nos com nossa própria limitação intelectual e pessoal (Professora de ciências, 32 anos, escola pública).

A escola, na concepção dos professores, por ser um lugar onde se discute conhecimentos, produz-se diálogo e reflexão, é, portanto, um espaço privilegiado para discutir a sexualidade com crianças e adolescentes. Também é importante porque ajuda a refletir e a debater valores, pois, esses valores não são passados só pela família, são por todos esses outros meios e, geralmente, não são explicitados. O ideal seria que a família sempre conseguisse explicitar o que ela acredita. Com certeza, os outros meios não o fazem. A escola também precisa ajudar a superar os tabus, os medos e os preconceitos; discutir as questões que são importantes para os jovens, para que se instale uma consciência lúcida. Claro que não é fácil, é complexo e exige um trabalho continuado.

Na realidade educacional da cidade de Florianópolis e especificamente das escolas estudadas, a sexualidade é tratada de forma esporádica, sem um trabalho sistemático, de acordo com a vontade e a disponibilidade do professor.

Através dessas falas, observam-se muito mais aproximações que divergências, no que diz respeito à concepção de sexualidade desses dois grupos de professores. Apesar de todos os professores da escola particular e alguns da escola pública conceituarem a sexualidade como dimensão exclusivamente biológica e até darem vida a esse conceito através de exemplificações, percebe-se que essa restrição limita-se a uma dificuldade muito mais de ordem expressiva de idéias do que propriamente de percepção; já que os mesmos,

posteriormente, deixaram claro que a manifestação da sexualidade de seus alunos tem mais a ver com as influências culturais e sociais que eles sofrem, do que com a ação biológica em si. Portanto, a percepção de sexualidade desses professores vai ao encontro da concepção de autores, como Camargo e Ribeiro (1999), Guimarães (2002) e Egypto (2003), que dizem que a sexualidade sempre esteve sujeita ao jogo das influências culturais e sociais historicamente determinadas e, por conseguinte, não representa apenas uma função biológica, marcada pela idéia de função/disfunção, natural/patológico, normal/anormal.

5.2 A Educação Sexual na Ótica dos Docentes

A visão acerca da educação sexual elaborada pelos professores tem como ponto de partida a necessidade de fazer as crianças e os adolescentes tomarem consciência da sua sexualidade, de forma crítica e reflexiva, através da problematização dos termos do dia-a-dia, ou seja, partindo de suas vivências e conhecimentos adquiridos por vários meios.

Eu vejo a educação sexual na escola, hoje, como uma das vertentes que temos para fazer as crianças, os adolescentes e os jovens responsáveis pela sua sexualidade de forma autônoma, crítica, reflexiva, pensada; capaz, portanto, de escolherem conscientemente a forma de viver sua sexualidade. E, ainda, partindo de seus conhecimentos, de suas indagações. Até porque quero que eles tenham a oportunidade que não tive (Professora de português, 52 anos, escola pública).

Eu vejo a educação sexual como um dos caminhos que a escola terá que percorrer, no sentido de transcender o mundo das disciplinas estanques e passar a contemplar também assuntos de interesse pessoal de seus alunos, como a sexualidade, a qual estão vivendo através de uma múltipla estimulação (Professora de religião, 42 anos, escola particular).

No entanto, apesar de todos conceberem a escola como instituição ideal para essa prática, quanto à forma de estar presente na mesma como disciplina curricular ou não, e quem ou quais professores são responsáveis, há controvérsias - o que se pressupõe por vários fatores: para uns, pela forma de estar transversalmente presente na escola; para outros, pelo

medo do não preparo profissional e/ou psicológico e também pela falta de cursos preparatórios que os capacitem através de conteúdos, metodologia e formas facilitadoras dessa prática, como, por exemplo, fitas de vídeo.

Eu acho ainda muito restrita; devia haver mais aulas, palestras, mas o melhor seria mesmo uma disciplina específica que tivesse algum professor para trabalhar essas questões na escola. Pois, da forma que é, o professor só fala se o aluno pedir e, nem sempre; se não, não fala, por não estar no conteúdo curricular e por não se sentir preparado (Professora de ciências, 49 anos, escola particular).

Eu vejo como uma saída para fazer os jovens reflitam sobre tantos estímulos que sofrem em suas vidas sexuais. Mas a escola ainda está com medo de assumir de frente. Eu sei que muita coisa já mudou, pois, no meu tempo, a escola não falava dessas coisas. Só que temos de perder esse medo, pois estamos perdendo espaço de forma gigantesca para outras fontes informantes que têm atrativos, mas pouca capacidade de provocar reflexão em nossos jovens (Professora de religião, 51 anos, escola pública).

Eu vejo como complemento indispensável da educação familiar e, hoje, mais do que nunca, onde o sexo é cultivado de várias formas e em vários meios de comunicação, a escola precisa resgatar o seu papel de formadora de cidadãos. Ela precisa urgentemente modernizar-se através de seus professores, de seus conteúdos, metodologia e até de meios como vídeo, álbum seriado e outros que facilitem o trabalho e torne-o mais atrativo. E, de certa forma, que possa competir com a mídia. Digo isso no sentido do aluno interessar-se mais pela escola. Mas nos deparamos com um grande problema, nossa limitação (Professora de ciências, 32 anos, escola pública).

Fica claro, através da fala desses professores, que há a necessidade de um espaço maior na escola para que as questões relativas à sexualidade possam ser discutidas o tempo todo; necessário, também, abrir canais de participação e comunicação através de metodologia participativa que estimule o jovem a pensar e a dizer o que pensa. “Isso acaba fazendo com que o aluno seja um pouco mais ouvido na escola; e a mesma, mais atrativa” (EGYPTO, 2003, p. 19).

A quem diz respeito à tarefa da educação sexual na escola é objeto de contradições na fala dos professores. Para uns, tarefa dos profissionais de saúde; para outros, dever de todos eles.

Olha! Eu acho que todos os professores, de um modo geral; a família também não pode fugir (Professor de religião, 42 anos, escola particular).

Eu acho que deveria ser função específica do pessoal da saúde, pois eles são bem mais preparados para isso (Professora de ciências, 49 anos, escola particular).

Eu acredito que todos os professores, desde que devidamente preparados, devem dar um tempo de suas aulas para debater assuntos relativos à sexualidade (Professora de ciências, 32 anos, escola pública).

De um modo geral, todos os professores; mais especificamente os de ciências e biologia (Professor de ciências, 25 anos, escola particular).

É perceptível que os mesmos fazem ressalvas, até aqueles professores que acreditam que todos são capazes de desenvolver a educação sexual na escola, no sentido do preparo direcionado para o estudo do corpo humano (subtendido o sentido de reprodução dado a sexualidade). Isso pode ser mais perceptível na fala dos que dizem “ser função específica do pessoal da saúde” e “mais especificamente os de ciências e biologia”, demonstrando uma contradição ao que diz os PCN que tratam da educação sexual. De acordo com os mesmos, todos os professores são capazes de trabalhar a educação sexual, independentemente da área de formação. Mas, faço um parêntese; a meu ver, muito importante: “É necessário então, que o educador tenha acesso à formação específica para tratar da sexualidade com crianças e jovens na escola, possibilitando a construção de uma postura profissional e consciente no trato desse tema” (BRASIL, 2000d, p. 123).

No entanto, observa-se um encontro entre a perspectiva dos professores e a proposta dos PCN, no que diz respeito à prática da educação sexual na escola, quando diz: “todos os professores” e, mais especificamente, aquele que diz “desde que devidamente preparados”. Ao atuar como um profissional - a quem compete conduzir o processo de reflexão que possibilitará ao aluno autonomia para eleger seus valores, tomar posições e ampliar seu universo de conhecimentos -, o professor deve ter discernimento para não transmitir seus valores, crenças e opiniões como sendo princípios ou verdades absolutas. Para isso, faz-se necessário que ele entre

(...) em contato com questões teóricas, leituras e discussões sobre temáticas específicas de sexualidade e suas diferentes abordagens; preparar-se para a intervenção prática junto dos alunos e ter acesso a um espaço grupal de supervisão dessa prática, o qual deve ocorrer de forma continuada e sistemática, constituindo, portanto, um espaço de reflexão sobre valores e preconceitos dos próprios educadores envolvidos no trabalho de orientação sexual. (BRASIL, 2000d, p. 123).

Com relação ao período de escolarização ideal para a intervenção da educação sexual, os professores apresentam várias concepções: a partir da quarta (4^a) série; da quinta (5^a); ou independentemente da idade e nível de escolarização.

Eu acredito que a partir da quarta série, porque o aluno da mesma já é bastante curioso (Professora de ciências, 49 anos, escola particular).

Eu acredito que a partir da quinta série é o ideal; não digo mais cedo porque, a meu ver, a escola não está conseguindo acompanhar a velocidade da evolução e nós, professores, somos os mais penalizados nesse ritmo. Acredito que o principal fator seja a nossa formação profissional aliada à falta de cursos de capacitação oferecidos pelo próprio Ministério da Educação e Secretaria da Educação. Quando digo curso de preparatório, não me refiro àqueles treinamentos que às vezes as Secretarias fazem, tipo “tapa buraco”, que só serve para as mesmas justificarem gastos (Professora de ciências 32 anos, escola pública).

Eu acho que em todas as séries, a partir do momento em que a menina ou menino começa a se descobrir, descobrir o seu corpo e o corpo do outro, a se perceber como ser sexual (Professor de religião, 42 anos, escola particular).

Não tem série nem idade certa; acredito que o momento ideal seja a necessidade, a curiosidade da criança. Mas, na nossa realidade, devido a uma série de limitações, principalmente de formação, só a partir da quinta série é que começamos a dar uns toques (Professora de religião, 51 anos, escola pública).

Os professores, mesmo tendo a percepção de que a ação pedagógica da sexualidade deve suprir, principalmente, a necessidade do aluno, na realidade, as poucas ações são mais comuns a partir da 5ª série. Essa realidade vai ao encontro do que diz Nunes e Silva (2000), pois, trata-se do fato de ser um assunto que não é comumente abordado pelas produções acadêmicas e pedagógicas na fase infantil - fruto da nossa condição de formação profissional e cultural.

Se quiséssemos representar duas atitudes comuns de pais e educadores sobre sexualidade da criança em duas tipologias metafóricas dominantes poderíamos elencar a chamada “pedagogia do bombeiro”; entendendo-a como aquela intervenção unilateral de supostamente “apagar focos de incêndio” no tocante às manifestações da curiosidade sexual infantil, inibidora e mistificadora à “pedagogia do avestruz”, entendendo-a como aquela atitude de fingir que não vê, enterrando a cabeça na areia do dia-a-dia, para não enfocar a questão. (*Idem*, p. 3).

Essas tipologias metafóricas de ações pedagógicas na área da sexualidade não se fazem presente somente no caso estudado por Nunes e Silva, mas foram explicitadas a partir da realidade pesquisada. Assim, acredito que essas tipologias não são restritas ao *locus* dessa investigação, mas que também se fazem reais, como se pode perceber através da fala de uma das professoras da escola em questão:

Eu fico um pouco sem saber o que fazer, como me expressar, devido à idade deles, porque na sexta série tem alunos de 10 anos. Então, eu sinto

receio de estar tirando dúvidas ou acrescentando ou, sei lá, estimulando esses alunos; por isso, eu desconverso e eles acabam esquecendo (Professora de ciências, 49 anos, escola particular).

Sobre como a escola desenvolve sua ação pedagógica da educação sexual, os professores são enfáticos em dizer que a mesma se dá de forma não planejada e esporádica através da disponibilidade e vontade individual de cada um e, ainda, através de eventuais palestras ministradas por profissionais da Saúde.

Esta escola lida razoavelmente, até porque ela está atenta, ela se preocupa com isso, mas deixa a critério de cada professor (Professor de religião, 42 anos, escola particular).

Eu posso até dizer que de certa forma deixamos muito a desejar; não existe um trabalho sistemático, apenas esporádico, focal, por parte de alguns professores, além de poucas palestras desenvolvidas pela Saúde (Professora de ciências, 32anos, escola pública).

A ação pedagógica da educação sexual nessa escola se dá através de palestras e da vontade de cada professor (Professor de religião, 42 anos, escola particular).

A falta de projeto que sistematize a ação da educação sexual faz com que não ocorra uma seqüência dos conteúdos abordados na área da sexualidade e termine por não causar o efeito esperado: uma consciência crítica do aluno. É o que revela a fala das professoras:

O professor faz individualmente, não tem nada planejado; nem pelo professor, nem pela coordenação e nem pela direção; depende da vontade do professor (Professora de ciências, 49 anos, escola particular).

A escola deixa muito a desejar; não temos um projeto que sistematize o trabalho, ele ocorre de forma esporádica, seja no âmbito das palestras ou na própria sala de aula. Eu acredito que dessa forma não funciona por não ter uma seqüência e os assuntos ficarem soltos, sem elo (Professora de português, 52anos, escola pública).

Essa ação poderia se dar, ainda, de forma planejada, quando faz parte da própria grade curricular, através de assuntos imbricados no próprio livro adotado.

Eu mesmo, como professor de ciências, trabalho com meus alunos quando a gente está no conteúdo programático do livro, na parte de reprodução e sexualidade, que por sinal, os livros da sétima (7ª) série atuais englobam todos os conteúdos sugeridos pelos PCN na área da sexualidade. A escola incentiva esse trabalho, mas não facilita no sentido de fornecer material que sirva de subsídio didático para que a aula se torne mais dinâmica. (Professor de ciências, 25anos, escola particular).

Apesar de se apresentar de forma não planejada, reconhecem a importância de ser feita, pois, a escola tem uma missão maior, que é informar, fazer refletir; além do mais, o fato serve de exemplo e encorajamento para outros professores também.

Olha! A gente faz, mas é preciso fazer mais. No início era quase ninguém, hoje já tem mais professores fazendo. Sei que muitos não despertaram para isso. Tem uns que ignoram; é como se a sexualidade não pudesse ser trabalhada na sala de aula; mas pode, ela está inserida de várias formas e a gente não pode mais esconder como nos tempos passados; hoje, tem que ser às claras, pois tem muita gente informando e a gente tem que fazer é refletir (Professora de religião, 51 anos, escola pública).

Nas escolas pesquisadas, a ação pedagógica da educação sexual se faz praticamente de duas formas: extraprogramação e dentro da programação. A extraprogramação se dá de forma não planejada e esporádica sem, no entanto, envolver a maior parte dos professores. Já a programada ocorre de forma planejada através de conteúdos pertencentes ao livro didático ou apostila.

Os educadores reconhecem que a educação sexual deve ser um processo contínuo, ao longo da vida, e a criança deve começar a recebê-la na escola o quanto antes. Alguns indicaram a partir de que série se poderia iniciar a educação sexual; no entanto, há um consenso de se respeitar o desenvolvimento em qualquer idade independentemente da

escolarização. E, ainda, através de suas falas, eles verbalizaram os objetivos da educação sexual: “vertente capaz de fazer os jovens escolherem conscientemente a forma de viver sua sexualidade” e “saída para fazer os jovens refletirem sobre tantos estímulos que sofrem em suas vidas sexuais”.

É notória uma grande aproximação da percepção de educação sexual formada pelos dois grupos de professores pesquisados. Ambos concebem a educação sexual como uma prática educativa que leva os alunos e alunas a encontrarem um ponto de auto-referência da sexualidade por meio da reflexão. Percebem, também, essa prática como complementar à ação familiar.

Contudo, apesar de alguns professores darem indícios do período de escolarização ideal para iniciar essa prática educativa, levando em consideração várias justificativas, ambos concordam que o mais importante é a necessidade expressa pelo aluno ou aluna independentemente da idade ou nível de escolarização. E, ainda, mesmo havendo um consenso de que a educação sexual deve-se fazer presente no cotidiano escolar como prática educativa, a forma de estar como disciplina curricular ou transversalmente gera um debate ocasionado por vários motivos; dentre eles, a busca de um espaço sistematizado e planejado dentro do horário das demais práticas educativas, como também a reivindicação de cursos preparatórios, que dêem subsídios didáticos e que os habilitem a melhor desenvolverem essa prática educativa.

5.3 A Percepção dos Docentes sobre sua própria Prática de Educação Sexual

Em nossa sociedade, a prática da educação sexual na escola se torna problemática, tanto pela especialidade do tema quanto pela fragilidade do atual sistema educacional. Como diz Guimarães (2002, p. 97) “construir sobre o caos implica pensar a calamidade como primeiro passo”.

Os dados da realidade mostram que, entre nós, brasileiros, uma férrea vontade política mantém a instituição escolar em níveis mínimos de sobrevivência. Numa estrutura assim, não podemos projetar a educação sexual ideal - sob o risco de ficarmos apenas no vazio de um exercício teórico -, mas podemos ir às raízes, fazendo indagações críticas, cujas respostas provoquem mudanças fundamentais.

Com o intuito de conhecer a realidade em estudo, utilizei as falas dos professores como forma de exteriorizar melhor suas experiências sobre a prática de educação sexual na escola.

No tocante a como se sentem desenvolvendo a prática educativa de educação sexual, os professores são contundentes em afirmar que se sentem gratificados por saber que estão ajudando seus alunos a entenderem melhor sua própria sexualidade e a dos outros.

Eu me sinto uma professora mais completa, uma cidadã, formando cidadãos. Sei que estou contribuindo para a cidadania deles, para serem adultos donos de seus atos. Vejo como regra geral que os mais bem informados têm uma probabilidade de errar menos. E, por isso, acredito que, na área da sexualidade, não se faz diferente; os mais bem informados irão vivê-la de forma prazerosa e com menos riscos (Professora de ciências, 32 anos, escola pública)

Eu me sinto gratificado por ver como eles participam, não é uma aula qualquer; e, ainda, por estar dando uma oportunidade de tirar dúvidas em uma área que não é comumente trabalhada; e também fico mais próximo do aluno - ajuda-os a compreender melhor a sexualidade (Professor de ciências, 25 anos, escola particular)

Outros partem da percepção de como foi difícil iniciar o trabalho e como é importante tratar sobre esse tema, não só pelo resultado alcançado no aluno, mas também por sua própria mudança no sentido pessoal e profissional.

Hoje, já me sinto segura, porque sei que eles gostam até mais do que outro assunto qualquer; eles colaboram. E também penso que os estou ajudando a refletirem, porque na sala de aula todos podem manifestar seu pensamento,

mostrar o que sabem e o que não sabem também - o que em outros meios não dá para fazer. Além do mais, cresci, ganhei também, tornei-me outra pessoa (Professora de religião, 51 anos, escola pública).

O início foi complicado; ficava sem saber por onde começar, como me expressar, hoje, consegui superar e já falo naturalmente, com simplicidade. Ganhei juntamente com os alunos, porque passei a entender melhor minha sexualidade e a dos outros, consegui vencer preconceitos. Os alunos, com certeza também, pois, ganharam a liberdade de se expressar e poder refletir sobre seu pensamento e o dos outros (Professora de ciências, 49 anos, escola particular).

A prática educativa da educação sexual na escola mostra um efeito de mão dupla, com resultados positivos para docentes e discentes, que se expressam nos alunos - desde a oportunidade de manifestarem seus pensamentos, certezas e incertezas a respeito da sua sexualidade e dos outros, como também uma possível capacidade de escolha, no que diz respeito à forma de vivê-la.

Com relação aos professores, isso é perceptível, por suas próprias falas: “ganhei juntamente com os alunos porque passei a entender melhor minha sexualidade e a dos outros, consegui vencer preconceitos”, “o início foi complicado (...) hoje, consegui superar e já falo naturalmente, com simplicidade”, “hoje já me sinto segura (...) cresci, ganhei também, tornei-me outra pessoa”. Como diz Freire (1997, p. 23) “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender”.

Quanto ao conteúdo de suas aulas, os professores trabalham predominantemente com conteúdos biológicos da sexualidade.

Os assuntos? Eu falo sobre a DST, AIDS, gravidez, transformações que ocorrem no corpo no período da adolescência. Tento abordar assuntos que fazem parte do período da vida que estão vivendo, no sentido que eles possam preparar melhor no sentido de viver a sexualidade (Professor de ciências, 25 anos, escola particular).

Outros, mesmo partindo de conteúdos biológicos, conseguiram ir além e abordar questões culturais, de gênero e históricas, como os mitos e tabus em torno do sexo.

Geralmente, eu falo sobre as DSTs, como prevenir, sobre a gravidez e aborto, conseqüências da desinformação ou informação deturpada e de alguns preconceitos, mitos e tabus da sexualidade; já fui vítima disso (Professora de português, 52 anos, escola pública).

Eu procuro trabalhar não só com a prevenção das doenças e gravidez, mas também com relação ao respeito a si e aos outros, com a questão do homossexualismo e os preconceitos (Professor de religião, 42 anos, escola particular).

Eu procuro trabalhar assuntos relativos à adolescência, relacionamentos, como, namoro, ficar, a questão da primeira vez, gravidez, assuntos desse tipo (Professora de ciências, 32anos, escola pública).

A metodologia utilizada pelos professores na administração de conteúdos relativos à sexualidade revelou posições realísticas e interessantes e ao mesmo tempo dificuldades.

Nas aulas, procuro utilizar textos para não ficar só naquilo de perguntas e respostas. Procuro também problematizar o assunto através dos textos e perguntas e até dramatização, mas, sinto falta de outros meios que facilite a aula e a torne mais interessante. Nessas aulas, a gente se depara com duas coisas: os limites da formação profissional e institucional (Professora de português, 52anos, escola pública).

Nas minhas aulas, apesar das limitações, procuro diversificar com textos que fazem parte da disciplina, filmes, reportagens, aula expositiva, debate do tipo perguntas e respostas; tudo no sentido de fazer o aluno tomar consciência da sexualidade de forma crítica e em todas as dimensões. Esses materiais são meus, pois tenho muita curiosidade e sempre que vejo algo que pode facilitar esse trabalho eu procuro adquirir; mas falta muito. A escola não disponibiliza desses meios (Professor de religião, 42 anos, escola particular).

Com relação à questão metodológica, os professores revelaram conhecimentos das exigências pedagógicas no que se refere aos métodos e materiais que podem tornar as aulas de educação sexual mais dinâmica e, conseqüentemente, mais produtivas, como uma

metodologia participativa com técnicas ativas (filmes, reportagens e ainda, o uso do teatro). No entanto, eles se depararam com as limitações de formação e da própria carência institucional, no que diz respeito à disponibilidade desses meios.

Quanto à escolha dos conteúdos e metodologias utilizados pelos professores, percebe-se que os assuntos abordados acontecem por orientação didática - no caso de estar contido no livro e/ou apostila - e por indicação dos próprios alunos (verbalmente e através de seus comportamentos). Porém, com relação ao livro didático, observa-se que o mesmo pode facilitar, por um lado, mas dificultar, por outro, pois, se não estiver no livro, no programa, não é objeto de estudo, mesmo diante do interesse dos alunos; fato este observado no caso dos professores de ciências de ambas as escolas.

Quanto à metodologia, sua escolha está baseada na disponibilidade ou não de meios facilitadores.

O que me orienta é o livro didático, a necessidade que eu percebo; e os alunos manifestam. A metodologia, procuro utilizar dentro da disponibilidade a que melhor se adequar, mas essa não temos escolha (Professora de português, 52 anos, escola pública).

Normalmente, na semana que antecede o dia dos namorados é feita uma palestra. Então, através das perguntas surgidas, procuro aprofundar esses conhecimentos dentro da sala de aula, além dos textos do próprio livro. Quanto à metodologia, procuro adequá-la de acordo com o conteúdo e os meios disponíveis (Professor de religião, 42anos, escola particular).

A receptividade dessas aulas pelos alunos, de forma positiva, é observada por todos os professores.

Ah! Eles participam mais do que qualquer outra aula. Essas aulas, os conteúdos, são, geralmente, indicadas por eles; então, você não precisa de livros, só da boa vontade mesmo. Só precisa ser aberta, saber ouvir e provocar neles esse diálogo (Professora de religião, 51 anos, escola pública).

Reagem de forma participativa, ficam atentos e isso faz a gente refletir que é preciso mudar a forma conteudista ou livresca de seguir o planejamento cegamente; temos de encontrar um meio de cumprirmos o cronograma e abordar essas questões (Professora de religião, 42 anos, escola particular).

O interesse dos alunos por esses tipos de aulas faz os professores repensarem suas práticas pedagógicas, mas, o que se percebe é que ainda se sentem aprisionados a um planejamento que parece fixo, estático.

Quanto à sua formação acadêmica, os professores afirmam que a mesma, independentemente da área de formação, pode contribuir de forma direta, mas não decisiva, e indiretamente para a prática escolar da educação sexual.

De forma direta, posso dizer que minha formação de professor não me influenciou a trabalhar a educação sexual, mas, indiretamente, sim; pois o curso me deu segurança e habilidade para trabalhar conteúdos, não só relativos à gramática, mas também outros, como a sexualidade, por ter várias formas de abordagem, como, leitura de textos, redação e a própria dramatização (Professora de português, 52 anos, escola pública).

O meu curso, de certa forma, contribui pelo fato de estudar disciplinas do tipo anatomia, fisiologia, embriologia, dentre outras, mas vejo que a questão da sexualidade foi vista como fator de reprodução, unicamente. Por isso, não é fator determinante para eu trabalhar a sexualidade (Professora de ciências, 49anos, escola particular).

Outros fatores, na visão desses professores, também contribuem para que os mesmos desenvolvam a prática da educação sexual.

O fato de gostar de ler e ter curiosidade sobre o tema, ser amiga e, portanto, próxima dos alunos, a própria abertura e receptividade dos mesmos são fatores que também me ajudam a trabalhar a educação sexual (Professora de ciências, 32anos, escola pública).

A minha abertura para o tema e forma de encarar a educação, também contribuem para trabalhar com a educação sexual (Professor de religião, 42 anos, escola particular).

Percebe-se, portanto, que não existe um fator determinante para o trabalho de educação sexual na escola, mas, sim, múltiplos fatores. A formação acadêmica, em si, pouco contribui para que o professor desempenhe ou não este trabalho, haja vista que a mesma não os prepara de forma direta para essa prática.

Cursos de formação preparatória na área de educação sexual, acessibilidade e disponibilidade de materiais didático-pedagógico na instituição escolar são fatores considerados pelos professores como facilitadores da prática escolar de educação sexual.

Para mim, o que facilita a educação sexual na escola é a formação do professor através de cursos preparatórios nessa área; curso não de graduação ou especialização - acredito que não é preciso. Digo um curso que a gente possa passar pela experiência de professor e aluno de educação sexual ao mesmo tempo (Professora de ciências, 32 anos, escola pública).

Para mim, o que facilita é a escola disponibilizar materiais, como vídeo, fitas, DVD, álbum seriado e também curso de capacitação nessa área para todos ou àqueles professores que se disponibilizaram a trabalhar a educação sexual (Professor de religião, 42 anos, escola particular).

No entanto, fatores como despreparo profissional e/ou pessoal, mitos e tabus em torno da sexualidade, ausência de recursos didático-pedagógicos auxiliares da metodologia e a não disponibilidade de cursos preparatórios de educação sexual são os aspectos que impedem e/ou freiam a educação sexual na escola, na visão dos professores.

De um modo geral, o que nos limita ou impede é o nosso próprio preparo nessa área, estarmos mergulhados em um mar de preconceitos, tabus, e a ausência, em nossa realidade, de cursos preparatórios nessa área (Professor de religião, 51 anos, escola pública).

Eu acredito que o que dificulta ou impede o trabalho de educação sexual na escola é a ausência de materiais que facilitem essas aulas, como: álbum seriado, fita de vídeo ou DVD, a nossa própria formação profissional (Professor de religião, 42 anos, escola particular).

Por estas falas, concluo que os professores demonstram maturidade e entendimento de suas limitações e possibilidades de concretizar a educação sexual em sua realidade – a sala de aula. De um modo quase unânime, reivindicam, prioritariamente, oportunidades de crescimento pessoal e treinamento especializado. Como diz Guimarães (2002, p.7 9), “esses educadores nada tinham de alienados, acomodados ou inertes, como é comum se rotulá-los hoje”.

Quanto aos temas, os educadores mostraram-se conhecedores do escopo global dos conteúdos necessários a um programa de educação sexual, partindo sempre dos temas biológicos, como era de se esperar, devido à tradição das questões sexuais serem tratadas, nas escolas, como “biologia” e “ciências”. Porém, a temática esteve presente na maioria das respostas; percebe-se um acréscimo aos conteúdos meramente biológicos, revelando preocupações psicológicas com o desenvolvimento em geral e com o crescimento emocional, em particular; bem como com os papéis sexuais e com o comportamento moral, reivindicando uma maior abrangência no conteúdo específico - que deve abordar: homossexualismo, AIDS, DST, métodos anticoncepcionais, aborto, como também pedindo acesso a metodologias mais avançadas para a escola.

Os educadores falam que não percebem a educação sexual como uma matéria ou disciplina. Falam, ainda, de todos os “professores”, como: educadores sexuais, professores de ciências e biologia ou profissionais da Saúde. Há consenso apenas de que pessoas devidamente capacitadas devem assumir a educação sexual.

Quanto aos recursos materiais, estes são pensados de modo realístico: primeiramente, eles são presos a decisões alienígenas, a rituais inflexíveis de pagamento, impossibilitando improvisações frente a emergências.

Ainda do ponto de vista pedagógico, explicita-se a necessidade de pensar em recursos facilitadores na sala de aula, não só da questão da linguagem especial - que vai sendo

elaborada ao passo que o assunto se torna familiar -, como, também, meios intermediários de demonstração: ilustrações, *slides*, filmes, cartazes. É necessário ressaltar, aqui, que há uma surpreendente ausência desse tipo de material em nossa realidade.

Finalmente, esses educadores revelaram que gostariam de se preparar melhor para conversar sobre sexo com mais segurança. De modo geral, afirmam que é preciso um ambiente de aceitação e confiança para se falar de sexo com naturalidade. Enfim, os professores enfatizaram o clima de reciprocidade de abertura, necessário para este tipo de conversa.

Tudo isso me leva a concluir que a prática da educação sexual nas escolas pesquisadas é muito semelhante. Os professores de ambas as escolas falam da satisfação de exercerem esse trabalho, como também das dificuldades para iniciá-lo. No entanto, a disponibilidade e o interesse dos alunos são apontados como fatores primordiais para vencerem suas próprias limitações e aprender ensinando.

Esses mesmos professores, partindo de conteúdos biológicos, conseguiram ir além e abordar questões do tipo gênero, mitos, tabus, dentre outras, mostrando uma preocupação com a formação integral nessa área. Demonstraram, ainda, ser conhecedores dos fatores dificultadores e facilitadores dessa prática, como também os possíveis meios de melhorarem o desenvolvimento de seus trabalhos através de cursos formativos, com metodologia participativa e recursos didáticos agilizadores dessa prática.

Concluo essa parte com a fala da educadora Isaura Guimarães (2002, p. 82):

Queremos reafirmar a nossa crença no profissional da escola como um possível educador sexual. O que aponta como o mais viável para assumir esse papel é o fato de poder oferecer identidade como um adulto que se liga ao jovem de modo constante e um adulto supostamente conhecedor do processo de desenvolvimento e educação, atento às aquisições cognitivas, afetivas, sociais e filosófico-morais do aluno.

5.4 A Sexualidade na Concepção dos Educandos

É interessante ressaltar que, num país tão demarcado pelos temas da sexualidade, exposto em piadas, em manifestações de gracejo, em fatos que colorem as bancas de revistas, nas danças, nas imagens comerciais, na rede internética, o sexo continue, ainda, marcado por tabus e preconceitos e tão pouco problematizado. Mesmo diante deste panorama, a família e a escola, na grande maioria das vezes, omitem ou tratam-no de maneira inadequada, segundo Camargo e Ribeiro (1999). Talvez, por isso, a concepção de sexualidade dos nossos jovens seja ainda tão demarcada pelo aspecto biológico.

Na realidade estudada, muitos jovens conceberam a sexualidade como uma única dimensão biológica. Mas também houve aqueles que já a concebem além do biológico, nas dimensões social e cultural.

Sexualidade, para mim, é tudo que fala de sexo, desenvolvimento do corpo, gravidez e doenças também - como a AIDS (Aluna, 6ª série, escola pública).

Sexualidade é a transformação do corpo da gente com relação ao sexo (Aluno, 6ª série, escola particular).

Sexualidade, para mim, é algo que envolve muitas coisas: preconceitos, tabus, a própria cultura, não é só transar (Aluna, 8ª série, escola pública).

Para mim, sexualidade não é só biológica, mas também cultural, pois, têm países que a virgindade é tirada ao nascer; outros os homens podem se beijar, vestir roupas de mulher e não é veado. Aqui não pode. (Aluna, 8ª série, escola particular).

Eu acho que são as transformações que ocorrem no corpo da gente, de criança para adolescente e para adulto (Aluna, 8ª série, escola pública).

Vale ressaltar também que todos os alunos da sexta (6ª) série, de ambas as escolas pesquisadas, definiram a sexualidade como única e exclusivamente biológica; já os da oitava

(8ª) série, dos nove entrevistados, sete a definiram além do biológico. Essa definição parece ser muito mais uma dificuldade de expressão do que propriamente de percepção.

No entanto, esses alunos, mesmos os da sexta (6ª) série, quando perguntados sobre o que influencia a sua sexualidade, através de suas falas, denunciaram as dimensões social e cultural da sexualidade, como se pode constatar:

Eu acho que são revistas sobre sexo, minha família e os meus colegas (Aluno, 6ª série, escola pública).

É a televisão, minhas amigas e as revistas (Aluna, 6ª série, escola particular).

As minhas amigas e até minha família (Aluna, 6ª série, escola particular).

Eu acredito que é a minha família, as amizades, meu namorado, a escola, o meio em que vivo a própria sociedade (Aluna, 8ª série, escola particular).

Eu acho que são as revistas sobre sexo, minha mãe, minhas colegas e até a escola (Aluna 8ª série escola pública).

A minha idade, minha irmã, a televisão, revistas e a mulher que eu moro com ela, pois ela conversa muito comigo (Aluna, 8ª série, escola pública).

Contudo, os mesmos meios que os influenciam sexualmente, são também as fontes ou locais onde buscam respostas para suas dúvidas:

Conversando com minhas amigas, com minha irmã mais velha; mas tem vez que ela não sabe, aí a gente pega o livro dela de ciências ou revista e lê (Aluna, 6ª série, escola pública).

Através de revistas, televisão, meus amigos e, às vezes, na escola; vejo também palestras no meu bairro (Aluno, 6ª série, escola particular).

Com minhas colegas, assistindo palestras e com os professores dá para tirar também algumas dúvidas (Aluna, 6ª série, escola pública).

Geralmente, conversando com minha mãe, amigas, lendo e na escola também (Aluna, 8ª série, escola particular).

Com meus amigos, lendo também na escola; a televisão também tira minhas dúvidas (Aluna, 8ª série, escola pública).

Parece claro, através da fala desses adolescentes, que a concepção que fazem da sexualidade é reflexo muito mais da educação informal concebida através da mídia e de algumas formas de relacionamento social, como, amizades, namoro, família, do que através da educação formal oferecida pela escola.

No entanto, mesmo que ainda em menor proporção, a escola já começa a despontar para esses jovens como o local que pode ajudá-los a diminuir suas ansiedades e preencher as lacunas existentes através da oportunidade de ouvir e ser ouvido, debater seus pensamentos e, de certa forma, formar uma concepção crítica.

É perceptível que, para os alunos da sexta (6ª) série de ambas as escolas pesquisadas, os meios de comunicação (revistas e televisão), como também as relações sociais estabelecidas (família, coleguismo e amizades) são os fatores que mais influenciam suas sexualidades. No entanto, para os alunos da 8ª série, além desses meios, a escola já desponta como possível fator influenciador de suas sexualidades. Enfim, a escola, através de seus professores, é apontada também como um dos locais onde esses alunos buscam respostas para suas indagações a respeito da sexualidade.

5.5 Educação Sexual na Percepção dos Discentes

Para os alunos entrevistados, a educação sexual tem vários significados: conhecimento, conversa, explicação, orientação, reflexão. Pode estar na escola, na forma de disciplina ou de outra forma que não ficou explícita e, ainda, ser administrada pelo professor ou profissionais da Saúde.

É quando o professor me escuta, me explica e responde minhas curiosidades sobre sexo (Aluna, 6ª série, escola particular).

É uma disciplina que orienta e ensina a gente sobre o corpo, doenças e o sexo (Aluno, 6ª série, escola pública).

É quando alguém conversa comigo, tira minhas dúvidas e me explica tudo sobre o sexo (Aluna, 6ª série, escola particular).

Educação sexual é quando o professor dá aula sobre sexualidade, o corpo, gravidez e faz a gente refletir (Aluna, 8ª série, escola pública).

Educação sexual para mim é quando o professor dá aula sobre sexualidade, o corpo, as doenças e tira nossas dúvidas (Aluno, 8ª série, escola particular).

Para mim, é o meio que faz a gente refletir sobre as questões da sexualidade, conhecer a gente mesmo e os outros (Aluna, 8ª série, escola particular).

É quando o enfermeiro da Secretaria de Saúde vem dar palestra sobre as DST e faz a gente aprender mais (Aluno, 8ª série, escola pública).

Portanto, a educação sexual, vista pelos alunos, independente de onde acontece e quem a administre; deve proporcionar-lhes oportunidades de falar, manifestar suas dúvidas e certezas, fazê-los refletir. Essa percepção de educação sexual de manifestar as dúvidas e refletir vai ao encontro do que diz Egypto (2003, p. 25): “as aulas de educação sexual devem ser participativas, dando vez e voz ao aluno, problematizando e construindo o conhecimento em grupo”.

Sobre quem são os responsáveis pela sua educação sexual, os alunos foram unânimes em dizer que é o conjunto: família e escola.

Os responsáveis por minha educação sexual é minha mãe e a escola (Aluna, 6ª série, escola pública).

Eu acho que são as pessoas mais velhas, como meus pais e professores (Aluno, 6ª série, escola particular).

Bom, eu considero minha mãe e a escola. A escola é responsável, também, porque eu considero meu segundo lar e por passar boa parte do meu tempo nela. Então, eu acho que ela deve me orientar sobre isso; como eu estou nessa fase de adolescência, de descobrir o novo, então, eu acho que a escola tem que me educar em todos os sentidos (Aluna, 8ª série, escola particular).

Para mim, são os meus pais e a escola, porque eles são os únicos que podem me dar a formação certa sobre essas coisas (Aluna, 8ª série, escola pública).

Esses alunos enfatizaram, ainda, que a escola deve ter aulas de educação sexual por uma série de motivos: fazê-los refletir os conhecimentos informais sobre a sexualidade, mantê-los preparado para as “artimanhas da vida”, porque a escola deve contemplar os conhecimentos do dia-a-dia e não só os curriculares, porque não deve prepará-los só para o vestibular e também porque nem todos têm esse tipo de conversa em casa.

Com certeza, porque de qualquer forma as colegas, a televisão, revista, vai ensinar a gente; por isso, não tem como a gente não saber e, às vezes, a gente pode aprender errado (Aluno, 6ª série, escola pública).

Acho que sim, porque na maioria das vezes nem todos os pais comentam sobre “isso” com seus filhos, mesmo sendo dever deles também. (Aluno, 6ª série, escola particular).

Sim, porque ela não deve preparar a gente só para o vestibular, mas preparar pra vida (Aluna, 8ª série, escola particular).

Eu acho que sim, porque a escola deve ser um ponto de apoio para o aluno, o local propício, principalmente para nós que estamos na fase da adolescência e mais ainda quando não se tem esse tipo de conversa em casa (Aluna, 8ª série, escola particular).

Deve. Porque a maioria das pessoas não tem quem oriente. Por isso, a escola também tem que fazer, já que ensina outras coisas que às vezes a gente nem quer saber, deve também ensinar o que todos nós queremos e precisamos saber (Aluna, 8ª série, escola pública).

Com certeza, com esse mundo de hoje, nós, adolescentes, estamos tirando as curiosidades, como posso dizer... nos meios de comunicação e nem sempre é fácil de entender; então, a escola, eu acho o meio mais propício porque ela faz a gente refletir (Aluna, 8ª série, escola particular).

Sim, porque já que é na escola que a gente aprende, que tem nossa educação, ela deve preparar a gente para as artimanhas da vida, como as DST e gravidez. Ela deve manter a gente informada (Aluna, 8ª série, escola pública).

Através das falas desses alunos, fica claro que a escola não pode mais contemplar só os conhecimentos curriculares, pois, como nos diz Barbosa (2002c, p. 136):

A escola que não se disponibiliza a mudar ações e concepções que morosamente caminha em direção ao novo, tem a visão de que aprender é reter na memória conhecimentos e recitar a cartilha do professor. Reproduzir é a palavra de ordem para, no pretense final da linha passar no vestibular.

Esses alunos estão a dizer que se faz necessário aprender sem fazer de conta e sem acumularem conhecimentos somente para utilizar depois; e aprender no momento histórico, com situações vivenciadas e sentidas no dia-a-dia, que são oportunidades verdadeiras de ensino-aprendizagem.

No que diz respeito à existência da educação sexual como prática pedagógica na realidade estudada, todos os alunos foram unânimes ao afirmarem que a mesma se faz presente. No entanto, a forma como é desenvolvida não corresponde aos anseios dos mesmos.

Educação sexual aqui na escola é mais ou menos, porque só dois professores fazem. E é assim: tem deles que prepara aula normal, tem outro que a gente pergunta e eles respondem, mas, é pouco mesmo (Aluno, 6ª série, escola pública).

Tem, mas é pouco, só um professor fala mais, a gente lê texto, depois debate, a gente pergunta e às vezes o professor passa filme, cada um diz o que entendeu (Aluna, 6ª série, escola particular).

Tem, mas deveria ser mais. É feito com palestras e na sala de aula, com textos, cartazes, no livro também; o professor faz debate com a gente, todo mundo diz o que acha, se não quiser falar pode escrever. A gente, também este ano, apresentou uma peça sobre gravidez na adolescência. Foi muito bem (Aluna, 8ª série, escola pública).

Educação sexual?! A escola faz sim. Aqui tem palestra, o livro de ciências também tem e o professor dá aula, explica, a gente pergunta, a gente também assiste filmes; é bom, mas, poderia ser melhor se todos os professores falassem (Aluna, 8ª série, escola particular).

A frequência dessas aulas parece ser o principal fator de insatisfação desses alunos, uma vez que pouquíssimos professores abordam temas relativos à sexualidade nessas escolas. De acordo com o que percebi, durante o período de observação e que foi confirmado pela fala dos alunos, somente os professores das disciplinas de ciência, religião e português fazem aulas de educação sexual, o que reflete a insatisfação dos alunos.

Só religião e às vezes português (Aluna, 6ª série, escola pública).

Só religião mesmo (Aluna, 6ª série, escola particular).

Só religião e ciências, não tem outro não (Aluna, 8ª série, escola particular).

Tem ciências, religião e português (Aluna, 8ª série, escola pública).

Com relação aos assuntos abordados, percebe-se a predominância da dimensão biológica da sexualidade em relação a outros aspectos, como podemos constatar também através da fala dos alunos.

Os professores falam de namoro, amar, respeito ao outro e às vezes as doenças como AIDS; acho que só isso (Aluna, 6ª série, escola pública).

Eles falam sobre o que é sexualidade, DST, gravidez, métodos anticoncepcionais, homossexualidade e às vezes de preconceito e

tabus do sexo, os órgãos genitais; eu não me lembro de tudo (Aluna, 8ª série, escola particular).

No entanto, quando perguntados sobre os assuntos que eles gostariam que fossem abordados nessas aulas, foi notório o fato de quererem que os professores falassem das reações e sensações do próprio corpo.

Seria bom se falasse de tudo do corpo humano, relação sexual, gravidez, aborto, as doenças, tudo com mais aulas (Aluna, 6ª série, escola pública).

Eu gostaria que falasse mais das DST, de todas, como se pega, o que fazer para evitar; que falasse também da sexualidade do homem e da mulher, com as diferenças, como a gente deve se conhecer melhor, sobre masturbação, as reações do corpo quando a gente namora. Eu sei que é desejo, mas eu quero entender melhor o meu corpo para me fazer uma adulta completa (Aluna, 8ª série, escola particular).

Percebi que esses alunos querem falar de seus próprios corpos, suas reações, emoções, além dos temas já abordados. Para isso, acredito ser necessário maior espaço de tempo, um clima de respeito ao outro, confiança e empatia, além de uma sistematização do trabalho.

Para os alunos, a escola ainda não está preparada para trabalhar a educação sexual, em virtude da pouca quantidade de professores que abordam assuntos relativos à sexualidade, pela falta de preparo dos mesmos, insegurança e falta de motivação.

Eu acho que a escola não está preparada não, porque não tem quase professor que fala dessas coisas pra gente. Eu acho que os professores têm medo de ensinar coisas que eles pensam que a gente não sabe; pensam que não estamos preparados e assim estimular, ou então não querem mesmo, estão fugindo (Aluna, 6ª série, escola pública).

Agora não, só se os professores se prepararem e perderem o medo de falar com a gente sobre essas coisas. A gente não sabe com quem aprender; os pais da gente não falam, os professores também não e, aí, só restam os livros e as revistas pra gente ler e os amigos pra conversar, mas, nem sempre, consegue resposta e fica todo mundo mais curioso (Aluna, 6ª série, escola particular).

Eu acho que não, falta uma equipe de professores mais preparados, seguros, motivados. Tem professores que tentam, procuram fazer o que podem. Mas seria bom mesmo se todos os professores falassem, associasse sexualidade com sua matéria, até porque cada um tem sua própria visão; eu acho que seria melhor (Aluna, 8ª série, escola pública).

No momento, a minha escola, eu acho que não, mas capacidade ela tem. Eu acho que ela não parou para encontrar o caminho certo, ela está até tentando. O que falta mesmo é instruir os professores, capacitar mesmo, para que eles possam vir a falar desses assuntos pra gente de uma forma mais livre, aberta e a gente possa ter mais liberdade e segurança. Eu acho que eles ainda não entenderam que é isso que a gente quer; não é sacanagem, é vontade de saber e entender mesmo (Aluna, 8ª série, escola particular).

Como protagonistas dessa realidade, os próprios alunos sugeriram a educação sexual que gostariam de ter na escola. A mesma deve ser aberta, interativa e dar liberdade de expressão, construir o conhecimento através da problematização desses assuntos, que haja uma integração e sistematização desses conteúdos e contemple todas as séries.

Eu acho que deveria ter aulas constantes, continuidade do assunto, pois, às vezes, um fala uma coisa, com muito tempo fala outra, e a gente fica sem saber direito, por isso eu acho que deve ter aula sempre e falando de tudo de sexo e com professores preparados para saber tratar desse assunto com a gente (Aluna, 6ª série, escola pública).

Acho que deve ser de uma forma clara, sem distinção e pra todos os alunos, pois temos que aprender sobre essas coisas desde cedo e, além do mais, a escola deve preparar a gente pra vida, e tudo isso faz parte da vida de todos nós (Aluna, 6ª série, escola particular).

Deveria ser mais dinâmica, não só o professor falar, mas a gente dizer o que quer expor, o que sabe e o que não sabe, aprender junto com o professor através das dúvidas; que também o professor falasse de tudo, que tivesse texto, livro, passasse filmes com casos reais, fizesse dinâmica, fizesse peça tipo teatro, como a gente com a professora de português; assim seria bom (Aluna, 8ª série, escola pública).

Para mim, deve ocorrer de uma forma que o aluno tenha liberdade de falar, que os professores saibam dar liberdade para agente e que também se sintam a vontade; que possam expor os assuntos de uma forma que se torne claro, fácil e divertido, pra que a gente se sinta bem pra debater e tirar dúvidas. Que tivesse dinâmica, debate e que todos participem - professores

e aluno -, assim os assuntos se tornam natural e tira o ar de mistério (Aluna, 8ª série, escola particular).

Nesse processo de construção da educação sexual que gostariam de ter, os alunos apontaram fatores que na percepção dos mesmos se interpolam como facilitadores e dificultadores e/ou limitadores de sua prática educativa.

Eu acho que o que dificulta é o medo, a vergonha dos professores, o diretor também não mandar colocar nos assuntos que eles preparam e também acho que eles não tão preparados pra isso. O que facilita é o contrário de tudo isso, eu acho (Aluna, 6ª série, escola pública).

Pra mim, o que dificulta é a falta de preparo dos professores pra essas coisas, os tabus, o preconceito em torno do sexo. O que facilita é a direção preparar o professor pra isso e também o professor perder o medo e o preconceito e perceber as nossas necessidades (Aluna, 8ª série, escola pública).

Pra mim, dificulta é a falta de vontade e preparo do professor, a falta de mais filmes, livros, aqui na escola; e facilita se o professor fizer curso e se preparar melhor e ter nos livros esses assunto (Aluna, 6ª série, escola particular).

Eu acredito que as dificuldades são devido à falta de preparo dos professores, cursos que os qualifiquem para isso - a direção não cobra isso deles -, os mitos, os tabus e preconceitos que muitos professores têm, o fato deles pensarem que a gente já sabe; pois tem professor que brinca com a gente e diz: vocês nessa área sabem demais; eu acho que é isso. O que facilita é o professor se qualificar, se libertar do medo, do preconceito, a direção colocar nas reuniões a educação sexual como pauta, e colocar à disposição do professor tudo que ele precisar para essas aulas (Aluna, 8ª série, escola particular).

Finalmente, quanto aos fatores facilitadores e limitadores e/ou dificultadores da prática educativa da educação sexual, os alunos mostraram-se exímios conhecedores, com pode se perceber pelas falas acima. Destacam a falta de empenho da direção administrativa da escola, no sentido de não colocar a educação sexual como parte do planejamento curricular e por não dispor de materiais didático-pedagógico facilitadores dessa prática educativa, aliados ao

medo, preconceito e à não qualificação dos professores nessa área, como os principais fatores limitadores e/ou dificultadores desse processo. No entanto, como fatores facilitadores, apontam praticamente uma inversão desses mesmos fatores.

A visão de educação sexual desses alunos me faz lembrar a educadora Isaura Guimarães (2002, p. 105), que diz:

Uma mudança radical no modo de se encarar a escola se faz necessário entre nós. A postura político-administrativa da educação tem que ser diferente, priorizando uma escola de qualidade onde surja uma dinâmica democrática, rica de solicitações e interesses para o jovem e a comunidade, com recursos mais modernos e atualizados de ensino, com espaços de encontro legitimando a afetividade do jovem, com troca de experiências entre os adultos e os mais novos, de modo a poderem expandir os vínculos confiança e afeto que os minutos cronometrados da vida escolar de todos, hoje, sequer permitem afluírem.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abrangência da relação sexo e escola é imensa e não chega a conclusões, mas há uma síntese geral que abre horizontes para novas análises.

Os resultados dessa pesquisa me permitem afirmar que, nas escolas pesquisadas, convivem dois tipos principais de educação sexual: a oculta e a explícita. A educação sexual oculta se dá sob dois subtipos – a da esquivia e a do silêncio - implícitos nas normas, ações e atos dos diretores, coordenadores e professores, exemplificável através do silêncio mediante o apelo dos alunos, o controle do olhar, o sorriso irônico e o cochicho. Enquanto que a educação sexual explícita apresenta-se nas formas inculcadora de valores e normas e também na interação professor-aluno. No que diz respeito às formas de abordagens, predominam a médica e a pedagógica e, em menor proporção, a política.

Quanto aos conteúdos, há uma predominância dos de cunho biológico, mas as dimensões culturais, sociais e históricas também se fazem presente.

As disciplinas que realizam essa prática pedagógica são: ciências, religião e português. No tocante às fontes desses conhecimentos, os professores dessas disciplinas mostraram que pouco tem a ver com a área de formação e mais com o fato de ter disponibilidade para a temática sexualidade.

Os professores participantes da pesquisa concebem a escola como o local apropriado à prática educativa da educação sexual. Eles mostraram, ainda, maturidade e entendimento de suas limitações e possibilidades de concretizar essa prática. E, de um modo quase unânime, reivindicam cursos que os habilitem teórica e metodologicamente. No entanto, quanto aos executores dessa prática, há consenso apenas de que pessoas devidamente preparadas devem assumi-la.

O interesse dos alunos por esse tipo de aulas leva os professores a repensarem suas práticas pedagógicas; no entanto, ainda se sentem aprisionados a um planejamento que parece fixo, estático.

Percebe-se que o aluno não adquiriu ainda a devida confiança e liberdade com seus professores para tirar as dúvidas que fazem parte de seu dia-a-dia; e, por isso, vão buscar respostas em outros meios, como livros, revista, televisão ou entre eles mesmos, mas, como eles dizem, nem sempre encontram respostas. Parece claro, através da fala desses adolescentes, que a concepção que fazem da sexualidade é reflexo muito mais da educação informal, concebida através da mídia escrita e falada e de algumas formas de relacionamento social, como amizades, namoro, família, do que através da educação formal oferecida pela escola.

Para os alunos, a educação sexual é importante e se faz necessária por fazê-los refletir. No entanto, a falta de integração e sistematização dos conteúdos abordados, em virtude da pouca quantidade de professores, aliado ao preconceito nessa área, como a falta de empenho do corpo administrativo, são fatores dificultadores dessa prática e que fazem com que a educação sexual aconteça de forma ainda frágil na realidade estudada.

Como protagonistas dessa realidade, os próprios alunos sugerem a educação sexual que gostariam de ter na escola: aberta, interativa, com liberdade de expressão, construindo o conhecimento através da problematização, havendo uma integração e sistematização desses conteúdos, bem como contemplando todas as séries.

Cabe, portanto, aos educadores repensar as possibilidades institucionais da escola; repensar o processo burocrático, percebendo-o como uma força capitalizadora da unidade, uma vez que se trata de uma questão política e não apenas funcional.

Uma escola pode organizar-se de dois modos: como local de ensino ou como local de participação. Tudo se diferencia conforme essas tendências, que não são de aleatória escolha

de burocratas, mas um reflexo da sociedade onde ela está inserida e uma projeção da vontade política dominante. Conteúdos, aulas, organização, tudo depende desse posicionamento, que vai gerar um estilo de sucesso ou fracasso social, uma vez que a escola confere *status* e enraíza normas sociais.

A escola deve ser um espaço participativo, em que o aluno tenha oportunidade de exercer julgamento, assumir compromissos e realizar condutas relativas à sexualidade como parte natural de sua vida. Por outro lado, a escola oferece um espaço de laços subjetivos, pois sabemos que é lá que está o grupo que oferece experiências de pertencer, de estar juntos, que permite a formação de valores, crenças, emoções, habilidades e hábitos intelectuais e sociais.

Eu diria que esse é o canal da irracionalidade, de forças poderosas, dentro da escola. O futuro exige que os educadores descubram a potencialidade educativa dessas forças. Não que se deva invadir o mundo erótico de jovem, mas abrir espaços para a sua legitimidade - neste mundo está um homem que tem direito a seu corpo inteiro, às suas emoções, à criação, ao lúdico, ao belo, ao amor.

Acredito que se deva pensar em alternativas que acelerem o processo de integração da sexualidade humana no trabalho escolar. Assim, a educação sexual tem que ser pensada no currículo escolar e, portanto, também os professores necessitam de meios de aperfeiçoamento constante.

Enfim, as escolas podem levar a mudanças sociais e estamos advogando uma mudança libertadora de tabus e repressões sexuais, mas isso depende da maneira como a escola se organiza e de como as crianças são levadas a elas e a assimilam. A escola deve ser um prolongamento cultural da comunidade, para, então, a criança lá encontrar o seu e espaço de voz e vida. Fora disso, ela pode se tornar apenas mais um agente moralizador a reprimir ou um informador a repetir lições que poderão ou não penetrar nos comportamentos de seus alunos.

Portanto, volto a afirmar que a escola tem um grande potencial como educadora sexual e que é a instituição certa para a expansão de uma nova mentalidade em sexualidade humana. No entanto, só quando o professor se tornar consciente de sua permissão para ser educador sexual, ele poderá contribuir para a elaboração de uma comunicação mais fácil sobre o sexo, possibilitando a criação de materiais significativos para programas de educação sexual. Para isso, todos os recursos deverão ser empregados para que os profissionais da escola tomem consciência de sua resistência às mudanças, quando essas envolvem hábitos, valores e padrões morais. *Workshops*, oficinas, treinamentos fora e dentro da escola, assessoria permanente e novas propostas curriculares seriam necessários. Destarte, a educação sexual está a requerer uma mudança de atitude social diante da escola. Isso terá que ser conquistado pelos educadores e pela comunidade e os resultados só virão com o tempo e o compromisso - que demandam continuidade e perseverança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, L. M. S. **Conversa com educadores**: uma reflexão sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais. Curitiba: Bella Escola, 2002(a), v.1.

_____. **Temas transversais**: uma interpretação e sugestões para prática. Curitiba: Bella Escola, 2002(b), v.2

_____. **O papel da escola no século XXI**. Curitiba: Bella Escola, 2002(c), v.3.

BASSALO, L. de M. B. **Os saberes em torno da educação sexual na primeira metade do século XX no Brasil**. 1999. 157p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quatro ciclos do ensino fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: introdução. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000(a), v. 1.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: apresentação dos temas transversais e ética. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000(b), v. 8.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: meio ambiente e saúde. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000(c), v. 9.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: pluralidade cultural e orientação sexual. 2ªed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000(d), v. 10.

CAMARGO, A. M. F. de; RIBEIRO, C. **Sexualidade(s) e infância(s)**: a sexualidade como um tema transversal. Campinas: Moderna, 1999.

CARDOSO, F. L. **O que é orientação sexual**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

CORDIOLLI, M. **Para entender os parâmetros curriculares nacionais**: os temas transversais. Curitiba: Módulo, 1999.

CRUZ, E. F. **A educação sexual e a formação do educador de creche e pré-escola**. 1996. 157p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

DADOORIAN, D. **Pronto para voar**: um novo olhar sobre a gravidez na adolescência. Rio de Janeiro: ROCCO, 2000.

DIMENSTEIN, Gilberto. Gravidez, também é epidemia. **Folha de São Paulo**. Cotidiano, p. 4. São Paulo, 24/08/2003.

EGYPTO, A. C (Org). **Orientação sexual na escola: um projeto apaixonadamente.** São Paulo: Cortez, 2003.

FAZENDA, I (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional.** São Paulo: Cortez, 1989.

FERREIRA, A. P. de H. **Dicionário básico da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** 11ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

_____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão.** Tradução de Lígia M. Ponde Vassalo. Petrópolis, Vozes, 1987

_____. **História da Sexualidade 1: a vontade de saber.** 11ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GOHN, M. G. **Educação não formal e cultura política.** 2ªed. São Paulo: Cortez, 2001.

GTPOS - Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual. **Guia de Orientação Sexual: diretrizes e metodologia.** 8ªed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

GUIMARÃES, I. **Educação Sexual na Escola: mito e realidade.** Campinas: Mercado de Letras, 2002. 2ª Reimpressão.

LAPLANCHE, J; PONTALIS, J. B. **Vocabulário da psicanálise.** Santos: Marins Fontes, 1979.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. O currículo e as diferenças sexuais e de gênero. In: COSTA, M. V (Org). **O currículo nos limiares do contemporâneo.** Rio de Janeiro: DP&A, 1998(a).

_____. Sexualidade: Lições da escola. In: MEYER, D. E. E. (org). **Cadernos Educação Básica 4. Saúde e sexualidade na escola.** Porto Alegre: Mediação, 1998(b).

_____. (Org.). **O corpo educado: pedagogia da sexualidade.** 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

LUDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens quantitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MIELNIK, I. **Educação sexual na escola e no lar: da infância à adolescência.** São Paulo: Ibrasa, 1980.

MS – MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Boletim epidemiológico de DST/AIDS.** Brasília, ano I, n. 1, Jan-Jun, 2004.

NUNES, C; SILVA, E. **A educação sexual da criança**: subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade. São Paulo: Autores Associados, 2000.

OLIVEIRA, D. L. de. Sexo e saúde na escola: isso não é coisa de médico? In: MEYER, D. E. E. (Org). Cadernos Educação Básica 4. **Saúde e sexualidade na escola**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

RICHARD, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, G. L (Org). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

XAVIER FILHA, C. **Educação sexual na escola**: o dito-não-dito na relação cotidiana. Campo Grande: UFMS, 2000.

ANEXOS

ANEXO A – Roteiro de observação:

Escola: _____

Data: ____ / ____ / _____

A) A ESCOLA:

- Estrutura física
- Estrutura organizacional

B) HORÁRIO DE ENTRADA E SAÍDA:

- Comportamento e reação dos alunos

C) NAS AULAS:

- Conteúdo/tema trabalhado
- Metodologia
- Recursos utilizados
- Comportamento/reação professor-aluno

D) HORÁRIO DE RECREAÇÃO:

- Alunos: Comportamento/reações
Conversas/brincadeiras
- Professores: Comportamentos/reações e conversas, no que diz respeito à sua própria sexualidade e à sexualidade dos alunos.

ANEXO B – Roteiro de entrevistas com professores:

A) IDENTIFICAÇÃO:

- Sexo
- Idade
- Tempo de Magistério
- Disciplina que ensina
- Formação acadêmica (tempo)
- Pós-graduação

B) COMO VÊ A SEXUALIDADE:

- Para você, o que é sexualidade?
- Na escola, você já observou cena/fato relacionado à sexualidade? O que você pensou sobre isso?
- Quais são os problemas, na sua opinião, nesta área (sexualidade) entre os adolescentes?
- Que conhecimentos os alunos têm sobre sexualidade?
- Na sua concepção/visão, como eles adquirem esses conhecimentos?
- Como os jovens (adolescentes) poderiam ser melhor informados sobre assuntos relativos à sexualidade?
- Quem são os responsáveis por isso?
- Na sua opinião, quais são as maiores influências que os jovens (adolescentes) têm/sofrem para o seu comportamento sexual (sexualidade)?

C) COMO VÊ A EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA.

- Como você vê a educação sexual na escola?
- Para você, quem deve trabalhar com esse tema (educação sexual)?
- Para você, a partir de que série se deve trabalhar com esse tema (educação sexual)?
- Como esta escola lida com esse tema (educação sexual)?
- Você conhece os temas transversais trazidos pelos PCN?
- Como aqui (nesta escola) isso é trabalhado?

D) COMO VÊ A SUA PRÓPRIA EXPERIÊNCIA NESSA ÁREA: EDUCAÇÃO SEXUAL :

- Como você se sente trabalhando o tema sexualidade?
- Que aspectos você considera que facilitam esse trabalho?
- Que aspectos você considera que dificultam esse trabalho?
- Qual a contribuição da sua formação ou de que forma a sua formação contribui para o seu trabalho na área de sexualidade?
- E que outros aspectos também contribuem para isso?
- Que temas você trabalha, no que diz respeito a educação sexual?
- Que metodologia você utiliza para trabalhar a educação sexual?
- O que orienta a escolha dos assuntos abordados e a metodologia que você usa?
- Como os alunos reagem a essas aulas?

ANEXO C – Roteiro de entrevistas com alunos:**A) IDENTIFICAÇÃO:**

- Sexo
- Idade
- Série

B) COMO VÊ A SEXUALIDADE?

- O que é sexualidade para você?
- O que você acha da sua sexualidade?
- Que fatores influenciam a sua sexualidade?
- De que forma ou como você tira suas dúvidas sobre sexualidade?

C) COMO VÊ A EDUCAÇÃO SEXUAL:

- O que é educação sexual para você?
- Para você, quem são os responsáveis pela a sua educação/educação sexual?
- Para você, a escola deve fazer educação sexual? Por quê?
- Esta escola faz educação sexual? Como? Quando?
- Quais disciplinas fazem educação sexual?
- Que assuntos são abordados? E como são abordados?
- Como você gostaria que esses assuntos fossem abordados/trabalhados na escola?
- Para você, a escola está preparada para fazer educação sexual?
- Como a escola deve trabalhar/conduzir a educação sexual? Ou seja, como você gostaria que fosse a educação sexual na escola?
- Que fatores facilitam a educação sexual na escola?
- Que fatores limitam a educação sexual na escola?
- O que você gostaria que os professores abordassem/falassessem nas aulas de educação sexual?